



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA - NEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA - PPEB

THAIS SILVA TRINDADE DAS MERCÊS

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DE CICLO DE
ESTUDO E REFLEXÃO EM UMA ESCOLA DE BELÉM - PA**

BELÉM
2020

THAIS SILVA TRINDADE DAS MERCÊS

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DE CICLO DE
ESTUDO E REFLEXÃO EM UMA ESCOLA DE BELÉM - PA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica – NEB, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica na área de concentração de Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Currículo da Escola Básica.

Orientador: Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha

BELÉM

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

- M553p Mercês, Thais Silva Trindade das
A Produção de conhecimento sobre enfrentamento da
violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de
ciclo de estudo e reflexão em uma escola de Belém - PA /
Thais Silva Trindade das Mercês. — 2020.
208 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos
Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2020.
1. Violência sexual. 2. Criança e adolescente. 3. Ciclo
de estudo e reflexão. 4. Produção de conhecimento. 5.
Formação de professores. I. Título.

THAIS SILVA TRINDADE DAS MERCÊS

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DE CICLO DE
ESTUDO E REFLEXÃO EM UMA ESCOLA DE BELÉM – PA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – PPEB, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica – NEB, da Universidade Federal do Pará – UFPA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Mestre em Currículo e Gestão da Escola Básica na área de concentração de Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Currículo da Escola Básica.

DATA DE APROVAÇÃO: 12/02/2020

CONCEITO: Aprovado

Banca examinadora:

Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha (Orientador)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Profa. Dra. Maria de Fátima Matos de Souza (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Flávio Corsini Lírio (Examinador Externo)
Universidade Federal de Roraima – UFRR

Prof. Dr. Rafael Fonseca de Castro (Examinador Externo)
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

BELÉM

2020

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes do nosso país, desejando que seus gritos em silêncio sejam escutados e que estas sejam cuidadas, protegidas e felizes. Dedico, em especial, à minha criança, meu sobrinho Álvaro Calebe das Mercês que, no auge dos seus 3 anos de muita travessura, trouxe-me, em suas brincadeiras, conversas e sorrisos, a leveza e a segurança que precisei para finalizar este estudo. É nele, nascido no dia 18 de maio, dia de muita luta no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, que vejo o quanto é importante e necessário continuar enfrentando este fenômeno na sociedade e lutando pela garantia de direitos humanos através da produção de conhecimento científico na área da educação.

AGRADECIMENTOS

Início esse momento de agradecimentos com a profunda emoção de saber que o presente trabalho é resultado de uma rede social de afeto, apoio e união que me acompanhou ao longo de toda minha trajetória até aqui, mas, principalmente, durante estes dois anos. A academia, um espaço distante para muitas pessoas iguais a mim, que um dia disseram que eu não ocuparia por ser pobre, preta, periférica e tantas outras condições que a sociedade utiliza para marginalizar a minha existência, passou a me pertencer também, mesmo que em meio a tantas lutas enfrentadas diariamente.

Diante disso, esta é uma conquista coletiva! Conquista daqueles que não têm ou não tiveram o mesmo acesso à educação pública (básica e superior). Uma conquista do(a) trabalhador(a) e do(a) filho(a) do trabalhador(a) que estão lutando para ocupar esse espaço que, por muito tempo, foi-nos negado. Uma conquista da minha família que, mesmo em meio a todas as dificuldades e pelo contexto em que estamos inseridos, sempre acreditaram na educação (pública, diga-se de passagem) como o único caminho para a mudança da minha vida.

Posto isso, agradeço primeiramente à Deus, por ter me acompanhado durante todo esse período. Ele nunca me abandonou e me sustentou até quando eu pensei em desistir. Toda honra e toda glória sejam dadas a Ele!

Aos meus pais, Álvaro das Mercês e Vera Eli das Mercês, que apesar da relação por vezes ser conflituosa, por pensarmos e agirmos sobre o mundo de formas diferentes, sempre acreditaram em mim e na minha capacidade para alcançar os meus objetivos e, por isso, trabalharam muito para me oferecerem as condições possíveis para a materialização desta conquista.

Ao meu sobrinho, Álvaro Calebe das Mercês, por ser o meu companheiro, por me arrancar muitas risadas, por me surpreender com tanta inteligência, pelo carinho, pelos abraços, beijinhos e por tamanha doçura, que serviram como fatores de motivação e consolação em vários momentos desta caminhada.

À Cynara Aquino, minha companheira e melhor amiga, que lado a lado percorreu trilhas desconhecidas sem soltar minha mão, no decorrer deste processo.

Obrigada pelo carinho, incentivo, apoio, compreensão e amor dispensado. Ainda vamos crescer bastante juntas, porque “uma puxa a outra”. Amo você!

Ao meu orientador, Genylton Rocha, que, há exatamente oito anos me deu a oportunidade de integrar o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão (INCLUDERE), abrindo-me as portas para o mundo da pesquisa, do ensino e da extensão. Com certeza, o presente momento é fruto desse voto de confiança que foi um divisor de águas na minha vida. Para além de professor, o considero um amigo querido, que sempre acreditou no meu potencial e me ofereceu condições e conhecimento para crescer em formação científica e em formação humana. Obrigada pelas trocas e pelo compromisso com a educação pública e a pesquisa educacional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, pelo comprometimento com a pesquisa, com a educação e com a Escola Básica, em especial, Prof^a Dr^a. Amélia Mesquita, Prof^a Dr^a. Ney Cristina de Oliveira e o Prof. Dr. Fabricio Carvalho.

Aos amigos da turma de 2018, pelo companheirismo, momentos de trocas, experiências, discussões e tantos aprendizados sobre a educação, em especial, Kezya Helga e Roberta Pantoja, por dividirem comigo muitos apertos na representação discente.

Às minhas queridas “Tedescos” Cláudia, Ednalva, Lyanny, Rosângela, Eliene, Mônica e Suely pela amizade, afeto, risadas, apoio emocional, incentivo e escuta.

Às minhas “irmãs de orientação”, Silvane, Michelle e Roseane, pela parceria nestes dois anos, pelo compartilhar de experiências, ajuda e apoio nos momentos mais estressantes da escrita de dissertação, sabemos que não foi fácil, mas, conseguimos!

Aos amigos/companheiros de luta e de vida, em especial, Jones, Júlia, Thiago, Adrielson, Débora, Fabrício, Gabriela, Hemerson, Mirthis, Rafael, Taynara, Tiane, Verônica, Luciana, Ingrid, Fanny, Thais Helena, Luciano, Dilly, Igor, Ueslei, Luísa e tantos outros. Vocês foram e são uma rede de afeto essencial nessa caminhada e em tantas outras, muito obrigada por serem meu ponto de apoio e incentivo.

À amizade de Nayara Lima que o mestrado trouxe para fortalecer minha rede de afeto, que me oportunizou tantas trocas e conversas profundas durante esse processo de construção de dissertação. Mana, nós não temos apenas uma pesquisa em comum, nossas lutas se aproximaram. Obrigada por fazer parte deste momento, tu foste um grande exemplo de persistência para mim!

À CAPES, que durante o meu último ano de curso, financiou a presente pesquisa. Me oportunizou segurança e estabilidade para me dedicar exclusivamente aos estudos.

No mais, o que seria da presente pesquisa sem os cinco professores que estiveram presentes desde o planejamento até a conclusão deste movimento de pesquisar/colaborar, compartilhando as suas experiências, conhecimentos e me acolhendo em todas as sextas-feiras na Ilha de Cotijuba? O que seria desta pesquisa sem que a direção da escola autorizasse a minha entrada e permanência no espaço da E.E.E.F.M “Profª Marta da conceição”? Sem a escola pública e os seus atores sociais, este estudo não seria nada. Obrigada pela contribuição!

A todos e a todas, citados(as) ou não neste texto, mas que contribuíram de alguma forma para que este trabalho fosse concluído: MINHA ETERNA GRATIDÃO!

Atenciosamente,

Thais Mercês.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir além”.

(Paulo Freire, 1996)

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. E busca responder a seguinte problemática: que conhecimentos acerca do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes podem ser produzidos por professores dos anos iniciais do ensino fundamental a partir do ciclo de estudo e reflexão? Seu objetivo geral foi analisar os conhecimentos produzidos sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” por meio do ciclo de estudo e reflexão. Para tanto, utilizou-se os seguintes objetivos específicos: identificar as necessidades formativas dos professores dos anos iniciais acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento; analisar os conhecimentos produzidos pelos docentes durante o ciclo de estudo e reflexão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes; e analisar as práticas implementadas pelos docentes participantes do ciclo de estudo e reflexão para a promoção do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. A metodologia deste estudo foi fundamentada na abordagem de pesquisa qualitativa em educação, e utilizou como estratégia de desenvolvimento a pesquisa do tipo colaborativa. A técnica utilizada para coletar os dados foi a entrevista a partir de grupos focais realizados com os professores participantes do ciclo de estudo e reflexão. E, para analisar os dados coletados e produzidos durante o ciclo de estudo e reflexão, foi utilizada como técnica a análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que durante ciclo de estudo e reflexão foram produzidos conhecimentos que não só incluem a conceituação das diversificadas manifestações da violência sexual contra crianças e adolescentes e suas formas de identificação e notificação, mas também, sobre temáticas que estão interconectadas a este tipo de violência. Além disso, os resultados demonstraram que professores capacitados podem produzir práticas de enfrentamento à este fenômeno, ratificando a importância de serem desenvolvidas mais pesquisas de caráter colaborativo, que auxiliem professores por meio de momentos formativos e de compartilhamento entre pares a refletirem sobre a própria realidade com base em subsídios teóricos e metodológicos que os ajudem a intervir em suas próprias práticas cotidianas.

Palavras-chave: Violência sexual. Criança e adolescente. Ciclo de estudo e reflexão. Produção de conhecimento. Formação de professores.

ABSTRACT

This research has as its theme the coping with sexual violence against children and adolescents. And it seeks to answer the following problem: what knowledge about coping with sexual violence against children and adolescents can be produced by teachers in the early years of elementary school as of study and reflection cycle? Its general objective was to analyze the knowledge produced about the coping with sexual violence against children and adolescents by the teachers of the early years of elementary school at E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” through the study and reflection cycle. To this end, the following specific objectives were used: to identify the training needs of teachers in the the early years of elementary school on the theme of sexual violence against children and adolescents and their coping; analyze the knowledge produced by teachers during the study and reflection cycle about sexual violence against children and adolescents; and to analyze the practices implemented by the teachers participating in the study and reflection cycle to promote the coping with sexual violence against children and adolescents. The methodology of this study was based on the qualitative research approach in education, and used collaborative research as a development strategy. The technique used to collect the data was the interview from focus groups conducted with the teachers participating in the study and reflection cycle. And to analyze the data collected and produced during the study and reflection cycle, content analysis was used as a technique. The results showed that during the study and reflection cycle, knowledge was produced that not only includes the conceptualization of the diverse manifestations of sexual violence against children and adolescents and its forms of identification and notification, but also, on themes that are interconnected to this type of violence. In addition, the results showed that trained teachers can produce practices to cope this phenomenon, ratifying the importance of developing more collaborative research, which helps teachers through training and sharing moments between peers to reflect on their own reality based on theoretical and methodological subsidies that help them to intervene in their own daily practices.

Keywords: Sexual violence. Children and teenager. Study and reflection cycle. Knowledge production. Teacher training.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantitativo de Publicação de Dissertações e Teses entre os Anos 2011 a 2017.	28
Quadro 2 - Quantitativo de Publicação de Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/ICED/UFPA) entre os Anos 2011 a 2017.	28
Quadro 3 - Quantitativo de Publicação de Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/ICED/UFPA) entre os Anos 2011 a 2017.	29
Quadro 4 - Estrutura do Grupo Focal.	103
Quadro 5 – <i>Corpus</i> da pesquisa.	105
Quadro 6 – Unidades de Registro – Temas.	106
Quadro 7 – Unidades de Contexto – Agrupamento dos temas.	107
Quadro 8 – Categorias de Análise.	108
Quadro 9 - Caracterização do perfil dos professores.	111
Quadro 10 - <i>Corpus</i> do Diagnóstico.	114
Quadro 11 - Unidades de Registro.	115
Quadro 12 - Unidades de Contexto.	116
Quadro 13 - Eixos temáticos de formação – Ciclo de estudo e reflexão.	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Imagem extraída da Tese de Doutorado intitulada “A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em Municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (Pa)”	56
Figura 2- Imagem extraída do Boletim Epidemiológico (Número de notificações). ..	59
Figura 3 - Imagem extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (características sócio-demográficas de crianças vítimas de violência sexual).	60
Figura 4 - Imagem extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (características da violência sexual contra crianças).....	61
Figura 5 - Imagem extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (características sociodemográficas de adolescentes vítimas de violência sexual).....	62
Figura 6 - Imagem extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (características da violência sexual contra adolescentes).....	63
Figura 7 - Mapa de localização da E.E.E.F.M “Prof. ^a Marta da Conceição” na Ilha de Cotijuba.	109
Figura 8 – Número de matrículas de 2019 da E.E.E.F.M “Prof. ^a Marta da Conceição” – SEDE.	110
Figura 9 - Sessão de Estudo no Anexo Urubuoca.	167
Figura 10 - Reunião de organização da atividade de intervenção na II Feira de Ciências.....	182
Figura 11 - Atividade de intervenção II Feira de Ciências.	184
Figura 12 - Professores Colaboradores na Atividade de Intervenção II Feira de Ciências.....	185

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Criança
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CEDECA	Centros de Defesa da Criança e do Adolescente
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional
ICED	Instituto de Ciências da Educação
MEC	Ministério da Educação
NEB	Núcleo de Estudos Transdisciplinares em em Educação Básica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAIR	Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfretamento da Violência Sexual Infanto-juvenil
PNEVSCCA	Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes
PPEB	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
VSCCA	Violência Sexual Contra Crianças e adolescentes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SEU ENFRENTAMENTO NO BRASIL	36
2.1	Violência sexual contra crianças e adolescentes: conceitos e formas de sua ocorrência.....	36
2.2	A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: o que mostram as estatísticas.....	57
2.3	A escola básica e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	65
2.4	A formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva do desenvolvimento profissional docente	74
3	CAMINHOS DA PESQUISA: DELINEANDO O MOVIMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA COLABORATIVA	81
3.1	Procedimentos metodológicos: a abordagem, a natureza e os instrumentos de coleta e a análise de dados	81
3.2	Caracterização do <i>lócus</i> da pesquisa	108
3.2.1	A instituição da pesquisa.....	108
3.2.2	Os sujeitos da pesquisa	111
3.3	As reuniões de sensibilização e o diagnóstico das necessidades formativas dos docentes sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes	113
3.3.1	Etapas do diagnóstico das necessidades formativas.....	114
3.3.2	Considerações sobre colaboração e a pesquisa colaborativa	116
3.3.3	Considerações sobre violência	122
3.3.4	Considerações sobre violência sexual contra crianças e adolescentes	126
3.3.5	Definindo a estrutura de formação do ciclo de estudo e reflexão.....	131
4	OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS SOBRE OS TIPOS E FORMAS DE OCORRÊNCIA DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	134
4.1	Primeira sessão de estudo – Os conceitos, as causas e as consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes	134
4.2	Segunda sessão de estudo – Aprendendo a identificar os sinais do abuso sexual	137
4.3	Primeira sessão de análise reflexiva – Uma análise do vídeo “O segredo: Aprendendo a Lidar com o Abuso”	143
4.4	Terceira sessão de estudo – Aprendendo a notificar os casos de suspeita e a ocorrência de abuso sexual	151
4.5	Segunda sessão de análise reflexiva – Uma análise de vídeos e notícias jornalísticas sobre casos confirmados de abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes	155

5	OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS SOBRE OS TIPOS E FORMAS DE OCORRÊNCIA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	167
5.1	Quarta sessão de estudo – A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: conceitos, causas e consequências.....	167
5.2	Quinta sessão de estudo – A exploração sexual comercial: como a escola pode enfrentar esse desafio?	171
5.3	Terceira sessão de análise reflexiva – Uma análise de vídeos que tratam o tema da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no contexto da Amazônia ribeirinha.....	174
6	OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	178
6.1	Sexta sessão de estudo – A escola como espaço de construção de uma cultura de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes	178
6.2	Os conhecimentos incorporados orientando as práticas docentes na E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição”	181
7	CONCLUSÃO	187
	REFERÊNCIAS	194
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	205
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA COLETA DE DADOS NA INSTITUIÇÃO	206
	APÊNDICE C – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROFESSORES	207
	ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO NO CICLO DE ESTUDO E REFLEXÃO	208

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A referida temática tem sido pauta de discussões que partem do princípio de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos com absoluta prioridade e, portanto, seus direitos devem ser protegidos e garantidos pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Dentre os direitos que devem ser assegurados e que são fundamentais a crianças e adolescentes, a Constituição Federal (CF) de 1988, resguarda os de “[...] colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (EC nº 65/2010)” (BRASIL, 1988a, Art. 227). Diante disso, a Violência sexual contra crianças e adolescentes, em suas diversas tipologias e características, configura-se como um ataque perverso aos direitos sexuais e humanos de crianças e adolescentes e ao seu desenvolvimento saudável.

Ainda no artigo 227, no parágrafo quarto, é destacada a importância do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes quando é prescrita a ação que o Estado deverá ter sobre qualquer violação desses direitos: “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (BRASIL, 1988b, Art. 227, §4º). É importante destacar que as discussões sobre criança e adolescente, como sujeitos detentores de direitos que possuem características e necessidades específicas, é bem recente, e a utilização do termo “criança e adolescente” é contemporânea.

Em 20 de novembro de 1959 a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou e ratificou em Assembleia Geral da ONU por meio da Resolução 1386 (XIV) a Declaração Universal dos Direitos da Criança, reconhecida também como a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, documento internacional que promove os direitos da criança, elaborado por Eglantyne Jebb, fundadora da *Save The Children*, e adotada pela sua antecessora, a Liga das Nações Unidas, em 1924.

No Brasil, as discussões sobre as garantias de direitos para crianças e adolescentes começaram a emergir a partir do século XX quando o princípio da proteção integral foi adotado na CF de 1988, antes disso, vigorava o Código de Menores de 1979, que atendia, protegia e vigiava apenas crianças e adolescentes que

se encontravam em “situação irregular”, ou seja, em situação de vulnerabilidade social.

Na época, o termo utilizado para caracterizar esses sujeitos era “menor”, colocando-os em uma condição de inferioridade, de pessoas incapacitadas. Além disso, o código trazia um caráter discriminatório com relação a esses “menores” pré-dispondo que a situação de pobreza em que eles se encontravam era condição para que tivessem “desvio de conduta” e atitudes “delinquentes”, tratando-os como pessoas incapazes e um problema para o Estado. Dessa forma, justificava-se toda a ação repressiva desta esfera como uma forma de “corrigir” essas crianças e adolescentes.

No ano de 1989, houve a Convenção sobre direitos da Criança e do Adolescente realizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, foram discutidos tratados internacionais que abriram caminhos para que movimentos sociais organizados começassem a pressionar o Estado a discutir políticas voltadas para o bem-estar social de crianças e adolescentes.

Nesta convenção, os princípios da Declaração dos Direitos da Criança foram reafirmados, ampliando o propósito de proteção social de crianças e adolescentes, a partir dos compromissos assumidos pelos Estados signatários, dentre eles, o Brasil. Foi a partir dessa mobilização social que o Estado começou a colocar em pauta a criação de medidas legais que garantissem a proteção de crianças e adolescentes.

Após um ano da realização da Convenção, em virtude dessas mobilizações, e em consonância com os tratados realizados, foi sancionada a Lei de Nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma conquista para a sociedade civil que fez do Brasil o primeiro país a promulgar um marco legal que compreende e dispõe sobre o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, adequando a legislação interna aos princípios firmados na convenção.

Segundo Paixão e Deslandes (2010), no Brasil, em 1993, ocorreram alguns marcos históricos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Foi elaborado o relatório da primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que teve como objetivo investigar redes de exploração sexual; e foram criados os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) em várias cidades

brasileiras com o objetivo de acolher crianças e adolescentes e suas famílias em situação de violência sexual.

Foi realizado, em 1996, o Seminário sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, conhecido como “Encontro das Américas”, em Brasília, com o objetivo de criar propostas para o Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Os resultados do seminário ficaram conhecidos como a “Carta de Brasília” e foi um marco do compromisso do Brasil junto à comunidade presente no Congresso Mundial (NASCIMENTO; DESLANDES, 2016).

Nesse mesmo ano, em agosto, a exploração sexual comercial ganha destaque na agenda de enfrentamento e prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, pois, na cidade de Estocolmo, foi realizado o I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, onde o seu combate foi tido como pauta prioritária. Este congresso teve como resultado a “Declaração e Agenda para Ação de Estocolmo” que orientou aos estados a formulação de planos nacionais para enfrentar a violência sexual, e do qual o Brasil foi signatário, o que levou o país a se comprometer com a criação de mecanismos internos para o enfrentamento desse tipo de violação.

No ano de 1997, ocorreu a II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que teve como proposta promover a mobilização social dos municípios, estados e países para uma avaliação da implementação das políticas de direitos das crianças e dos adolescentes como prioridade absoluta, como foco em alguns eixos temáticos do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), entre eles, a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Nesse mesmo ano, foi criado o Disque-Denúncia coordenado pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA), com o objetivo de receber e acolher notificações de violência de qualquer natureza contra crianças e adolescentes, entretanto, foi só em 2003 que o serviço passou a ser de responsabilidade do Governo Federal, a cargo da Secretaria de Direitos Humanos que foi criada no mesmo ano. Em 2006, houve a mudança do número, e ele passou a ser chamado Disque 100. Em 2010, o Disque 100 passa a se chamar Disque Direitos

Humanos e a acolher denúncias de violências diversas sofridas por todas as pessoas da sociedade.

Como resultado do I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no ano 2000, houve um grande avanço no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Em maio, houve a criação e instituição do “Dia Nacional de Combate ao abuso e à Exploração sexual de Crianças e Adolescentes” (Lei Federal, nº 9.970/2000) e, desde então, o 18 de maio passou a ser uma data oficial alusiva e de mobilização nacional para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em junho de 2000, na cidade de Natal-RN, foi realizado um Encontro Nacional que teve aprovada, por mais de 160 organizações, a “Carta de Natal” e o texto do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCCA) que, um mês depois, na Assembleia Ordinária do CONANDA, foi ratificado e passou a ter legitimidade, tornando-se referência para a elaboração de ações, programas e políticas públicas referentes ao enfrentamento da violência sexual (NASCIMENTO; DESLANDES, 2016).

Em 2001, foi realizado, na cidade de Yokohama, o II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, do qual o Brasil também foi signatário e onde foram ratificados os compromissos estabelecidos na primeira edição do congresso com a proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.

Em dezembro de 2002, foi lançado o Programa sentinela, considerado um marco metodológico no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Este programa tinha uma proposta de estruturação da atuação em rede, a partir de serviços que oferecessem atendimento especializado, interdisciplinar e multiprofissional.

No ano de 2003, foi implementado em caráter experimental o Programa de Ações Integradas Referenciais de Enfretamento da Violência Sexual Infanto-juvenil (PAIR), com o objetivo de fortalecer e mobilizar redes e proteção e opinião pública por meio de formação, capacitação, assessoria e campanhas sobre a temática.

Em 2004, o governo federal instituiu ações voltadas à formação continuada de professores para o enfrentamento à violência sexual e o consequente envolvimento

das escolas nesse processo, a partir do Programa Escola que Protege, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC).

Em 2008, aconteceu o III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, na cidade do Rio de Janeiro, e foi apresentada a “Declaração e Pacto do Rio de Janeiro”, que estabelece acordos globais de ações integradas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Nesse congresso, foi apontada a necessidade de uma revisão no PNEVSCCA.

A partir deste contexto e também tendo como base o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes⁷⁸ (2010-2020), aprovado no âmbito do Conanda, que reuniu todos os temas setoriais de proteção de direitos em um único instrumento norteador das políticas, de forma articulada e integrada, foi lançado o novo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (EVSCA) - atualizado em 2013 e aprovado pela Resolução Conanda n.º 162, de 28 de Janeiro de 2014 (BRASIL, 2018, p. 142).

O PNEVSCCA (2013) passa a reconhecer a importância da prevenção e o fortalecimento da rede familiar e comunitária, bem como a inserção das escolas, nas ações de prevenção e na rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Pelo exposto, evidencia-se que o tema do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes é merecedor de maior atenção também pelos educadores e pesquisadores da educação básica.

A minha aproximação com a temática do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes iniciou no ano de 2011, quando fui aprovada no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Na semana de recepção aos calouros, participei de uma apresentação dos grupos de pesquisa do Instituto de Ciências da Educação (ICED), evento que me oportunizou conhecer o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão (INCLUDERE).

O grupo coordenado pelo Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha possuía duas linhas de pesquisa que foram apresentadas durante o evento, e uma delas discutia a referida temática. Neste mesmo ano, voluntariei-me ao grupo INCLUDERE e iniciei a minha participação nos grupos de estudos e discussões.

Posteriormente, no ano de 2012, tornei-me bolsista de extensão de projetos vinculados ao grupo INCLUDERE, onde permaneci até 2015. Ao longo desses três anos, como bolsista, desenvolvi ações de pesquisa, ensino e extensão em projetos que tinham como temática central o empoderamento de escolas públicas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e que me possibilitaram ter um contato diário com a temática e com seus desafios mediante a sociedade.

Em 2012, como bolsista do projeto “Empoderando Comunidades Escolares para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, pelo Edital ProExt¹, desenvolvi atividades que tinham como objetivo disseminar o Guia Escolar² para professores das escolas públicas e treiná-los para a identificação e o encaminhamento dos casos suspeitos deste tipo de violência em diversos municípios do Estado do Pará. Esse material é considerado um instrumento inovador para a qualificação de profissionais da educação e comunidades escolares.

Nos anos de 2013 e 2014, no projeto “Empoderando Escolas Públicas de Belém para o Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”, edital PIBEX³, as ações que desenvolvi tiveram como foco o enfrentamento deste tipo de violência nas comunidades das escolas públicas localizadas nos bairros da Cremação, Guamá, Tenoné e Terra Firme, no sentido de promover nessas escolas a articulação de uma rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, onde os protagonistas deste enfrentamento fossem as próprias crianças e adolescentes. Então, foram realizados cursos voltados para a capacitação do público infato-juvenil.

Em 2015, participei do projeto “Empoderando comunidades escolares paraenses para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”, do qual o objetivo geral era colaborar no processo de empoderamento, por meio de ações de extensão, das comunidades escolares de nove municípios do estado do Pará para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Neste

¹ Programa de Extensão Universitária - ProExt/ MEC.

² Guia Escolar – Sinais de identificação de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, publicado em 2011.

³ Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX/PROEX/UFPA.

ano, fiquei responsável pelas ações de extensão que seriam desenvolvidas no município de Belém, na E.M.E.I.F “Rotary”, localizada no bairro da Condor.

Ainda no ano de 2015, defendi o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “As ações desenvolvidas pelo programa Jepiara⁴ para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes entre os anos de 2004 a 2013”, no qual fiz uma análise das ações do referido programa com um recorte mais específico sobre as ações que envolviam a escola na rede de proteção a crianças e adolescentes, pois entendo que a instituição de ensino superior tem o papel de promover, através das atividades de extensão, ensino e pesquisa a aproximação da sociedade com a temática que até então parece distante da realidade social.

As experiências relatadas anteriormente contribuíram para a minha formação enquanto professora e pesquisadora, além de me sensibilizar para a importância de se pesquisar o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola, visto que, a área da Educação, seja ela básica ou superior, tem papel importante no enfrentamento a este tipo de violência, a ela compete não só o papel de incluir propostas de atividades voltadas para esta temática no seu currículo, como, também, identificar e notificar casos suspeitos e/ou confirmados de violência sexual. E, no caso em específico, na escola básica, essas discussões ainda são bastante veladas dentro da comunidade escolar.

Desde que terminei a graduação, estava decidida a continuar pesquisando a temática dos projetos de extensão que participei, porém, possuía uma motivação pessoal por desenvolver os meus estudos em uma região ribeirinha, na qual a incidência de crimes sexuais contra crianças e adolescentes é maior devido à vulnerabilidade social, geográfica e econômica nessas comunidades.

Nos anos de 2007 e 2008, o Estado do Pará esteve em foco no cenário nacional, por conta das denúncias feitas pelo Bispo da Ilha do Marajó, Dom Luiz José Azcona, sobre casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorridas na localidade, o que, posteriormente, gerou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta e protocolada pelo então deputado Carlos Bordalo (PT), com a assinatura

⁴ Programa desenvolvido pelo Centro de defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA/EMAÚS) que atuou na prevenção e combate ao abuso e à exploração sexual e tráfico contra crianças e adolescentes.

de mais 13 parlamentares, que foi anexada a uma outra solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Casa, conhecida como a “CPI da Pedofilia”.

Segundo o diagnóstico do fórum organizado pela Folha de São Paulo para debater a problemática da exploração sexual contra crianças e adolescentes, publicado no dia 22 de maio de 2017, o Estado do Pará, mais de uma década após a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou as denúncias de violência contra crianças e adolescentes, ainda continua marcado por este tipo de violência sexual, principalmente, na região dos rios, onde “crianças ribeirinhas fazem sexo com passageiros e tripulantes de balsas em troca de comida e combustível” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017, s/p).

Então, no final do ano de 2017, submeti-me ao processo seletivo de mestrado acadêmico do Programa de pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/NEB/UFGA), no qual fui aprovada na linha de Currículo da Escola Básica. O projeto, inicialmente, tinha como objeto de estudo “A relação entre a escola básica e a rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Ponta de Pedras, Ilha do Marajó/Pará” e se constituía em uma pesquisa do tipo estudo de caso.

Após a aprovação no mestrado, durante as seções de orientação em conversa com meu orientador, optei pela mudança do objeto de estudo. A partir de então, o objeto passou a ser “A produção de conhecimento sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de ciclo de estudo e reflexão em uma escola de Belém-PA”. O tipo de pesquisa também foi alterado. Optamos pelo desenvolvimento de uma pesquisa colaborativa.

Ao longo da minha participação em projetos de extensão, observei que a escola tem dificuldades em realizar as ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, tais como: identificação de sinais (aparentes ou não) de violência sexual, debate sobre o tema e encaminhamento de casos suspeitos ou não de violência sexual contra crianças e adolescentes.

E um dos fatores que me levou à delimitação deste objeto foi a preocupação em não somente realizar uma pesquisa que denunciasse que a escola básica não está desenvolvendo ações de enfrentamento e, dessa forma, responsabilizar a comunidade escolar pela negligência com a temática, mas desenvolver um estudo

que contribuísse efetivamente para a mudança dessa realidade na escola básica e oferecesse subsídios para que a comunidade escolar desenvolvesse tais ações.

Sendo assim, o objeto de estudo proposto nesta pesquisa faz parte de uma temática difícil de ser abordada devido às ideologias, aos preconceitos e ao senso comum que acompanham as suas definições. Minayo e Souza (1997) dizem que existem definições, por exemplo, nas áreas da saúde, da antropologia, sociologia, jurídica, psicologia, assistência social, entre outras, que podem ser distintas ou coincidentes. Em todas essas áreas, a violência é compreendida como um fenômeno sócio-histórico que atinge todas as pessoas e as afeta emocionalmente, por isso, dificulta qualquer conceituação precisa.

Neste trabalho, destaco uma de suas características, que é a relação de poder estabelecida entre os sujeitos envolvidos (violador e violado). Esta relação se estabelece quando uma pessoa quer obter vantagens de qualquer tipo sobre a outra pessoa com objetivos previamente definidos. No caso da violência praticada contra crianças e adolescentes, “é uma relação de poder na qual estão presentes e se confrontam atores e forças com pesos/poderes desiguais” (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 31).

Os violadores, por possuírem um desenvolvimento psicológico superior ao da criança ou do adolescente, além da força física, utilizam-se de ameaças e jogos psicológicos para coagir a vítima e manter em segredo as suas práticas, fazendo desta uma relação de poder e dominação perversa.

Na maioria dos casos, as pessoas que praticam essa violência são os pais, parentes ou outras pessoas do ciclo de convivência da criança e/ou do adolescente. Estas pessoas usam da confiança que lhes é dada para cometer atos capazes de causar danos físicos, psicológicos, morais e /ou sexuais contra as vítimas.

A violência contra crianças e adolescentes não se limita ou se resume apenas em ameaça física, sexual ou psicológica. Azevedo e Guerra (1998) dizem que a violência também é uma negação dos direitos de crianças e adolescentes serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Seguindo esta mesma forma de entender a violência contra crianças e adolescentes, Minayo (2011) destaca que o ato implica em uma transgressão no

poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral, como, também, numa coisificação da infância.

A violência contra crianças e adolescentes nada mais é do que a não garantia das vítimas de serem tratadas como sujeitos que possuem condições específicas de desenvolvimento e crescimento, e que devem ser respeitados e protegidos. É uma maneira de regredir a expressão “menoridade” ligado ao conceito de infância, na qual crianças e adolescente são incapazes, inclusive, de terem direitos, ou seja, é a perda e a negação dos seus direitos constitucionais, sociais e humanos.

Existem várias ramificações que compreendem o fenômeno dos maus tratos praticado contra crianças e adolescentes, e uma delas é a violência sexual. Nesta pesquisa, darei enfoque neste tipo de violência e discorrerei sobre as suas características, tipologias e enfrentamento.

Neste estudo, concordo com Faleiros e Faleiros (2007) quando o autor diz que a violência sexual não só como uma relação de poder perversa, mas também uma violação contra os direitos humanos universais, que acomete milhares de crianças e adolescentes, violando mais especificamente o desenvolvimento sexual saudável das vítimas.

A VSCCA é um fenômeno que vem se manifestando na sociedade independente do seu contexto histórico, cultural e social. Ariès (1981) diz que os maus tratos contra crianças existem desde os primórdios da origem humana, e que era comum tais violações nas civilizações mais antigas.

Essa é uma prática que possui raízes históricas e culturais que precisam ser constantemente enfrentadas. Para tanto, existem instituições que possuem suas atividades voltadas para a proteção e garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, órgãos que lidam diretamente com o atendimento desses sujeitos dentro da nossa estrutura social, tais como: conselhos tutelares, delegacias, hospitais etc.

Nesse sentido, a escola, como instituição partícipe dessa realidade social e que atende diariamente crianças e adolescentes, possui um papel privilegiado e fundamental no que diz respeito ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, por isso, torna-se protagonista no que diz respeito à prevenção, à

identificação, ao encaminhamento e à denúncia de casos suspeitos desse tipo de violação.

Sobre o papel da escola, o Guia Escolar destaca que:

A escola não é uma instituição meramente transmissora de conhecimentos, mas um espaço em que se trabalham os saberes, os afetos, os valores, as normas, os modelos culturais e os direitos. É também na escola que se constroem modelos de sociedade. Entendê-la sob essa perspectiva significa reconhecer que muitos de seus problemas se originam além do seu espaço pedagógico, e que, portanto, só podem ser enfrentados se houver uma articulação com outras instâncias sociais (BRASIL, 2011, p. 43).

A articulação com outras instâncias faz da escola partícipe de uma rede de proteção que realiza atividades de combate à violência sexual. A rede de enfrentamento é composta por hospitais, delegacias, conselhos tutelares, juizados, assistência social entre outras instituições que também são responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes.

É importante salientar que a escola é uma das instituições consideradas fundamentais para atuação no “Eixo Prevenção” do PNEVSCCA que tem como objetivo “Assegurar ações preventivas contra o abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa” (BRASIL, 2013, p. 27). E define como uma de suas ações:

Promoção de ações educativas/ formativas nos espaços de convivência de crianças e adolescentes para a prevenção ao abuso e/ou exploração sexual de crianças e adolescentes visando garantir os seus direitos sexuais, observando temas transversais como gênero, raça/etnia, orientação sexual etc (Ibid, p. 28).

Segundo Rocha, Lemos e Lírio (2011), fazer da escola parte da rede de proteção potencializa a sua atuação mais abrangente e multidisciplinar, visto que a instituição escolar se articulará com diversas instituições que possuem o mesmo foco: a garantia aos direitos de crianças e adolescentes.

E uma das formas de a escola ser uma das instituições que fazem parte da rede de proteção se dá quando é garantida a realização de atividades formativas para a qualificação de professores com o fito de atuarem no enfrentamento da VSCCA, nas

quais estes profissionais possam ter acesso aos materiais sobre diversas modalidades de violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes, preparando-os para identificação de casos suspeitos desse tipo de violência, e os encaminhamentos necessários para os demais órgãos responsáveis, gerando essa articulação entre as instituições da rede de proteção.

Sobre o papel da escola e dos educadores na atuação contra a ocorrência de violências no âmbito educacional, Silva, Lopes e Carvalho (2008) chamam atenção para a função da formação de professores:

A formação de educadores para atuarem no sentido de identificar sinais como mudanças de comportamento dos alunos, encaminhar para atendimento especializado e prevenir casos de violência física e/ou psicológica, abandono ou negligência, abuso e exploração sexual comercial, bem como a exploração do trabalho infantil é fundamental para que a escola possa assegurar a aquisição dos conteúdos para todos (SILVA; LOPES; CARVALHO, 2008, p.12).

Nesse sentido, uma das possibilidades para proporcionar a relevante formação é por meio da realização de uma pesquisa colaborativa. É desenvolver um tipo de investigação que não só se propõe a descrever e analisar a prática dos docentes e, dessa maneira, reforçar a ideia de papéis distintos entre a escola e a universidade, com resultados que trazem poucos impactos sobre a realidade da comunidade escolar, todavia pensar e realizar atividades formativas que visam à preparação dos profissionais da educação para atuarem no enfrentamento à violência sexual em colaboração com outros membros da comunidade escolar e fora dela e fazê-los partícipes da pesquisa desde o primeiro momento de sua construção.

A intenção é romper o padrão tradicional de pesquisa a partir do ciclo de estudo e reflexão para ajudar docentes a se apropriarem do tema, e para que possam, também, produzir conhecimentos sobre o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e, assim, preparar a comunidade escolar para atuar na rede de enfrentamento.

Nesse contexto, as práticas de investigação são substituídas por outras mais democráticas em que o investigador deixa de falar sobre a educação, passando a investigar para a educação. Assim, o professor deixa de ser mero objeto, compartilhando com os pesquisadores a atividade de transformar as

práticas, a escola e a sociedade, portanto, as pesquisas deixam de investigar sobre o professor e passar a investigar com o professor, trabalhando na perspectiva de contribuir para que os docentes se reconheçam como produtores de conhecimentos, da teoria e da prática de ensinar, transformando, assim, as compreensões e próprio contexto escolar (IBIAPINA, 2008, p. 12).

O ciclo de estudo e reflexão proporciona condições para que professores se percebam durante o processo de desenvolvimento da pesquisa como sujeitos produtores de conhecimento, capazes de refletirem e intervirem sobre sua prática, além de compreenderem as necessidades formativas necessárias para o seu desenvolvimento profissional.

A coprodução de saberes por parte de professores e pesquisadores e a formação de docentes são eixos norteadores dentro de uma pesquisa colaborativa que busca produzir novos conhecimentos científicos mais aproximados do cotidiano da sala de aula. É nessa perspectiva que trabalharei o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para comprovar a lacuna acerca da investigação do meu objeto de estudo, realizei um levantamento de teses e dissertações publicadas entre os anos de 2011 a 2017 sobre a temática da violência sexual. O período escolhido compreende ao meu tempo de aproximação com o referido tema e minha entrada no curso de mestrado.

Em consulta ao portal de periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), a fim de fazer um levantamento de pesquisas concluídas acerca da temática deste estudo em nível de pós-graduação *Stricto sensu*, utilizei os seguintes termos de busca: violência sexual contra crianças e adolescentes; enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes pela comunidade escolar; e a pesquisa colaborativa no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, foi possível fazer um levantamento do referido quantitativo de Dissertações e Teses publicadas entre os anos de 2011 a 2017 (Quadro 1).

Quadro 1 - Quantitativo de Publicação de Dissertações e Teses entre os Anos 2011 a 2017.

Termos de Busca	Quantitativo de Dissertações	Quantitativo de Teses
Violência sexual contra crianças e adolescentes	152	47
Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes	30	11
Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes pela comunidade escolar	6	2
A pesquisa colaborativa no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes	0	0

Fonte: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (2018).

Como apontado no quadro de número um, quando colocado no portal o termo de busca violência sexual contra crianças e adolescentes, identifiquei 152 dissertações (mestrado) publicadas com a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes entre os anos de 2011 e 2017, sendo que só seis dissertações discutiam a respeito do enfrentamento da violência sexual pela comunidade escolar, e apenas cinco foram realizadas na área da educação. Desse total de cinco, três foram desenvolvidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação (PPGED/ICED/UFGA), e foram orientadas pelo Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha (Quadro 2).

Quadro 2 - Quantitativo de Publicação de Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/ICED/UFGA) entre os Anos 2011 a 2017.

Título	Autoria	Ano de Publicação
Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes Realizado Na Escola Dom Rino Carlesi No Município De São Raimundo Das Mangabeiras-Ma	Cleumir Pereira Leal	2016
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento	Aricelma Costa Ibiapina	2013
A Participação das Escolas de Ensino Fundamental de Breves-Pa no Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.	Leonildo Nazareno do Amaral Guedes	2012

Fonte: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (2018).

Os estudos denunciam que não existem formações específicas para os educadores (inicial ou continuada) a respeito da temática da violência sexual e que seu enfrentamento se concentra mais na campanha do 18 de maio, dia alusivo ao combate deste tipo de violência (LEAL, 2016). E quando ocorrem as formações para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, as mesmas não chegam a todos os educadores e muito menos ao contexto escolar, privilegiando apenas um público restrito de diretores e coordenadores pedagógicos (GUEDES, 2012). Além disso, Ibiapina (2013) aponta que os educadores só terão possibilidades de aprender a lidar com as diversas situações de violência sexual, se forem oferecidas condições de trabalho, tempo e espaço, orientações e formação continuada.

Ainda a respeito do levantamento feito no periódico da CAPES, como apontado no quadro um, foram publicadas 47 teses (doutorado) com a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Desse total, apenas duas pesquisas discutem o enfrentamento desse tipo de violência pela comunidade escolar na região norte, e foram desenvolvidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/ICED/UFPa), também orientadas pelo Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha, são elas:

Quadro 3 - Quantitativo de Publicação de Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/ICED/UFPa) entre os Anos 2011 a 2017.

Título	Autoria	Ano de Publicação
A Participação Da Escola No Enfrentamento Da Exploração Sexual Contra Crianças E Adolescentes Em Municípios Impactados Por Grandes Projetos Mineró-Metalúrgicos: Um Estudo De Caso Em Juruti(Pa)	Marilene Maria Aquino Castro de Barros	2016
Avaliação Da Implementação Das Ações De Enfrentamento Ao Abuso Sexual Contra Crianças E Adolescentes Em Escolas Públicas De Ensino Fundamental Do Bairro Do Guamá - Belém/Pa	Flavio Corsini Lirio	2013

Fonte: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (2018).

O estudo de Barros (2016) revela que as escolas não possuem ações de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes e, quando participam de algum projeto, sempre é em parcerias com outras entidades e, desta forma, não existe enfrentamento de forma efetiva na comunidade escolar.

A pesquisa de Lírio (2013) conclui que crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória são as principais vítimas de violência sexual, por isso, é necessário que a escola faça parte de forma efetiva da rede de enfrentamento, tendo condições para identificar e notificar casos desse tipo de violência. Para isso, faz-se necessário que políticas de formação continuada direcionadas para esta finalidade cheguem às instituições aliadas às políticas educacionais.

Como pôde ser evidenciado nesse levantamento, as pesquisas desenvolvidas com a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil ainda são poucas e, quando delimitamos para a Região da Amazônia o quantitativo é ainda menor. E quando se trata do enfrentamento desse tipo de violência pela escola, as pesquisas se tornam ainda mais escassas.

Além disso, o levantamento mostrou que ainda não foram publicados estudos na perspectiva da pesquisa colaborativa que oportunize a escola a participar ativamente da construção de propostas/alternativas de ações para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, sobretudo, no que diz respeito à formação de professores para lidar com casos dessa natureza.

Diante do exposto, foi escolhida para a realização desta pesquisa a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Profª Marta da Conceição”, que está localizada na Ilha de Cotijuba-PA, região ilha do Município de Belém-PA. A Ilha de Cotijuba, onde se localiza a escola, tem proximidade com a Orla do Distrito de Icoaraci, de onde saem embarcações que permitem o acesso ao local.

Estes dois lugares fazem parte da região turística e portuária do município de Belém e possuem um grande fluxo de pessoas diariamente, seja para fins de turismo local nas praias que fazem parte da ilha de Cotijuba, seja para embarque e desembarque de cargas. Estes são aspectos que fazem com que a localidade e suas proximidades se tornem mais vulneráveis ao fenômeno da violência sexual, favorecendo, sobretudo, a exploração sexual.

De acordo com a matéria publicada no site do G1 Pará, no dia 06 de novembro de 2015, os dados do Disque Denúncia revelaram que, só no primeiro trimestre de 2015, foram registrados 4.580 casos no país; e que a maioria deles ocorreu em municípios de regiões portuárias, onde o fortalecimento de ações de combate à exploração sexual se torna mais difícil.

Minha aproximação com a Ilha de Cotijuba aconteceu durante o ano de 2017, quando participei como voluntária de um projeto de extensão da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Este projeto realizava ações com crianças ribeirinhas em um dos anexos da escola “Profª Marta da Conceição”, que fica localizado na comunidade de Pedra Branca, na Ilha de Cotijuba. A gestão da escola sempre se mostrou disponível em receber essas ações na comunidade, além de oferecer a infraestrutura necessária para que as atividades fossem realizadas.

Quando houve a mudança do objeto de estudo, foi preciso também alterar o *locus* da pesquisa, pois percebi que ficaria inviável o desenvolvimento do estudo na localidade anterior, por conta de questões relacionadas ao tempo, suporte financeiro e estrutural, portanto, visualizei nesta minha aproximação com a E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” a oportunidade de continuar com a pesquisa na região das Ilhas e, desta forma, permanecer com um dos aspectos que inicialmente motivou desenvolvimento deste estudo. Para tanto, em junho de 2018, entrei em contato com a direção da escola e iniciei a pesquisa exploratória no *locus*.

Neste período, realizei uma entrevista semiestruturada de caráter exploratório com a direção escolar. Consegui algumas informações iniciais a respeito da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” para subsidiar a reformulação do projeto de pesquisa e a caracterização do meu objeto.

Durante a entrevista, a direção me informou que não existia nenhum projeto ou ação para a prevenção da violência sexual, que todas as ações que envolvem a temática são trazidas por iniciativa de outras instituições que têm como foco o atendimento de crianças e adolescentes, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público. Além disso, a escola não realizava formações de professores para desenvolver ações de enfrentamento à violência sexual. Realizada a leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, foi constatado que a temática do enfrentamento da violência sexual também não estava compreendida no currículo da instituição.

A pesquisa exploratória deu indícios de que a escola não participava da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e muito menos assumia o papel de protagonista, tanto no que diz respeito à realização de ações de prevenção, identificação e encaminhamento de casos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes, quanto às ações de formação de professores para lidar com este tipo de violência.

Essa não é uma realidade específica desta escola, pois o levantamento de estudos no Banco de Dissertações e Teses da CAPES mostrou que maioria das escolas não participa da rede de enfrentamento e não desenvolve ações de enfrentamento à violência sexual. Por isso, acredito ser fundamental que a universidade contribua para reverter essa situação ou, pelo menos, amenizá-la, e um dos caminhos que a academia pode seguir para mudar esse contexto é realizando pesquisas do tipo intervenção, que “consiste em uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção de caráter socioanalítico” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 66). Dentre os tipos de pesquisa-intervenção, chamo atenção para as pesquisas denominadas colaborativas, que valorizam atitudes de colaboração e reflexão crítica dos sujeitos, pelas quais estes tornam-se partícipes ativos dentro dos procedimentos de investigação.

Esta pesquisa se propôs a contribuir com a expansão e produção de estudos que utilizam a pesquisa colaborativa como alternativa de ação para o fortalecimento da escola básica na rede de enfrentamento à violência sexual, principalmente, no que diz respeito à formação de professores para tratar desta temática, a fim de garantir os direitos de crianças e adolescentes.

O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes se constitui em um trabalho contínuo e árduo, pois ainda há preconceitos em relação à discussão da temática no contexto escolar. Essa opção, por velar discussões dessa natureza dentro escola, se dá, também, por conta da construção histórica de uma sociedade conservadora, machista e patriarcal que tira as crianças e adolescentes da condição de vítimas, colocando-as na condição de culpadas, dessa forma, transgredindo os seus direitos. Diante desse contexto, nota-se a real importância da formação inicial e continuada de professores para lidar com casos suspeitos ou identificados de violência sexual dentro desse contexto.

Posta esta realidade, nesta pesquisa busquei responder o seguinte problema: que conhecimentos acerca do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes podem ser produzidos por professores dos anos iniciais do ensino fundamental a partir do ciclo de estudo e reflexão? Em decorrência dessa problemática, surgiram as seguintes questões de investigação:

1. Qual a compreensão que os docentes da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” possuem acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes e as suas formas de enfrentamento a partir da escola antes do início do ciclo de estudo e reflexão?;
2. Que conhecimentos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes foram produzidos pelos docentes durante o ciclo de estudo e reflexão?; e
3. Que práticas foram implementadas pelos docentes após o ciclo de estudo e reflexão para a promoção do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

O objetivo geral deste estudo foi analisar os conhecimentos produzidos sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pelos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” por meio do ciclo de estudo e reflexão. Para alcançar tal objetivo, elaborei os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar as necessidades formativas dos professores dos anos iniciais acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento;
2. Analisar os conhecimentos produzidos pelos docentes durante o ciclo de estudo e reflexão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes;
3. Analisar as práticas implementadas pelos docentes participantes do ciclo de estudo e reflexão para a promoção do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A metodologia desta pesquisa foi fundamentada em uma abordagem do tipo qualitativa (BOGDAN e BIKLEN, 1994; MINAYO, 2012), e teve como estratégia de desenvolvimento para esse estudo a pesquisa colaborativa em educação (DESGAGNÉ, 2007; IBIAPINA 2008; 2016). Como instrumento de coleta de dados, utilizamos o grupo focal (GONDIN, 2003; GOMES, 2005) e, para analisar os dados

que foram coletados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (FRANCO, 2005; BARDIN, 2016; MENDES e MISKULIN, 2017). Este movimento de pesquisa será discutido e aprofundado na terceira seção deste trabalho.

A presente dissertação está estruturada em sete seções. A primeira seção que corresponde à presente introdução do trabalho na qual fiz um aparato geral do estudo e apresentei às questões de investigação, bem como os objetivos desta pesquisa.

A segunda seção, intitulada “A violência sexual contra crianças e adolescentes e seu enfrentamento no Brasil” na qual realizo uma discussão teórica sobre o conceito de violência sexual e suas tipologias; e faço um panorama estatístico do fenômeno em âmbito nacional; discutiu-se também a instituição escolar como um espaço privilegiado para ações de enfrentamento e a formação de professores para esta temática

A terceira seção, intitulada “Caminhos da pesquisa: delineando o movimento de construção de uma pesquisa colaborativa para a formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” é a apresentação da estrutura metodológica em que este trabalho foi fundamentado, o movimento de pesquisa de campo, o *lócus* e os sujeitos da pesquisa, e o diagnóstico das necessidades formativas dos docentes da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição”.

A quarta seção, intitulada “Os conhecimentos produzidos sobre os tipos e formas de ocorrência do abuso sexual contra crianças e adolescentes”, na qual descrevo e analiso o processo das sessões de estudos e sessões de análise reflexivas do primeiro eixo formativo do ciclo de estudo e reflexão, intitulado “Tipos e formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes: Abuso Sexual”;

A quinta seção, intitulada “Os conhecimentos produzidos sobre os tipos e formas de ocorrência da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes”, realizo a descrição e a análise do processo das sessões de estudos e sessões de análise reflexivas do segundo eixo de formação do ciclo de estudo e reflexão, intitulado “Tipos e formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes: Exploração Sexual Comercial”.

A sexta seção, intitulada “Os conhecimentos produzidos sobre o papel da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”, faço a

descrição e a análise do processo das sessões de estudos e sessões de análises reflexivas do terceiro eixo de formação do ciclo de estudo e reflexão, intitulado “A escola e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”, bem como a atividade de intervenção dos professores da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição”.

Por fim, a sétima seção na qual teço às minhas conclusões acerca do estudo e o movimento de colaborar e pesquisar, além de responder às questões de investigação que nortearam esta pesquisa colaborativa.

2 O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SEU ENFRENTAMENTO NO BRASIL

A presente seção tem por objetivo discutir sobre o papel da escola básica no enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes. Para tanto, início fazendo uma incursão teórica nos conceitos e tipologias de violência sexual contra crianças e adolescentes para posteriormente apresentar um parâmetro nacional sobre esse fenômeno no Brasil.

Em seguida, abordarei a participação da escola básica no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e finalizarei falando sobre a formação de professores para essa temática na perspectiva do desenvolvimento profissional docente.

Esta seção foi elaborada com o objetivo de destacar o papel da Escola como espaço de construção de uma cultura de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, e apresentar as formas de participação da comunidade escolar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para o embasamento desta seção, realizei uma revisão bibliográfica sobre a temática e utilizarei os seguintes referenciais: Ariés (1981); Azevedo e Guerra (1998); Toledo (2003); Abrapia (2002); Brino e Williams (2003) Leal e Leal (2002); Libório (2004); Aded (2006); Azambuja (2006); Francischini e Neto (2007); Faleiros e Faleiros (2007); Santos (2009); Azambuja (2011); Rocha, Lírio e Lemos (2011); Ferreira e Azambuja (2011); ANDI (2013); além de documentos como BRASIL (1988; 1990; 2011; 2015; 2018; 2019), entre outros.

2.1 Violência sexual contra crianças e adolescentes: conceitos e formas de sua ocorrência

A violência sexual, embora pareça ser um fenômeno contemporâneo, está presente na sociedade desde de sua origem e se manifesta em várias formas e tipos. Esse tipo de violência advém de um processo de construção social que sempre

colocou a discussão sobre este fenômeno em um espaço de invisibilidade, pouco destaque ou atenção, seja por parte da sociedade, da família ou do poder público.

Esse tipo de violência faz vítimas a todo momento, independentemente de suas características de gênero, etnia, faixa etária e classe social. Nessa pesquisa, darei enfoque à violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, portanto, para entender melhor sobre a temática, farei uma incursão teórica a respeito desse tipo de violência como uma prática a ser enfrentada, apresentando as características e desvelando sobre as suas formas diferenciadas de ocorrência.

A violência sexual contra crianças e adolescentes (VSCCA), de igual modo, é um fenômeno que está presente nos diversos tipos de sociedade e contextos, há registros de vários tipos de violação contra a criança e o adolescente (termos utilizados contemporaneamente) que estão ligadas também ao surgimento da concepção de infância.

Até o século XVII, a ideia da inocência da criança não existia e foi concebida à medida que se iniciou a constituição de infância enquanto categoria na contemporaneidade, por isso os maus tratos contra crianças e adolescentes eram considerados uma prática natural e cultural nas sociedades de épocas anteriores. O que explica o fato de por muito tempo, também, crianças e adolescentes terem vivido sem nenhuma medida legal que assegurasse os seus direitos e proteção.

Historicamente, crianças e adolescentes são vítimas de violações cometidas tanto por familiares quanto por outras pessoas pertencentes ao seu ciclo social ou não, como dito anteriormente, algumas práticas que hoje consideramos perversas já foram tidas como normais para a sociedade, dentre elas, a violência sexual.

[...] o abuso sexual de crianças era muito mais frequente no passado do que hoje em dia. Crescer na Grécia ou em Roma incluía ser usado sexualmente por homens mais velhos. Bordéis de meninos floresciam em todas as cidades da Antiguidade, e meninos escravos eram comumente mantidos para o uso homossexual (DE MAUSE, 1975 apud TOLEDO, 2003, p. 85).

Há diversos relatos de que durante a idade antiga era de costume a prática do infanticídio, considerado um meio de pôr fim na vida de crianças pequenas que nasciam com algum defeito físico. Esta ação era chamada de eugenia. Além disso, a

prática do incesto era comum nesta sociedade. “O imperador romano Tibério, segundo obra de Suetônio sobre a vida dos Césares, tinha inclinações sexuais que incluíam crianças como objeto de prazer” (ADED *et al.* 2006, p. 206).

Durante a Idade Média, a sociedade não se preocupava com a exposição de crianças a assuntos que possuíam conotações sexuais, portanto, era natural para adultos, fossem eles da família ou não, deitarem-se com crianças e “brincarem” com seus órgãos sexuais. A exemplo, no capítulo cinco do livro “História social da criança e da família”, intitulado “Do despudor a inocência”, Ariès (1981) apresenta relatos da vida de Luís XIII feitas pelo médico Heroard durante o século XV, onde podemos perceber como os adultos se relacionavam com a sexualidade das crianças:

Luís XIII ainda não tem um ano: “ele dá gargalhadas quando sua ama lhe sacode o pênis com a ponta dos dedos”. “Brincadeiras encantadoras, que a criança não demora a dominar. Ele chama um pajem “com um Ei!, e levanta a túnica, mostrando-lhe o pênis”.

Luís XIII tem um ano: “Muito alegre”, [...] “ele manda que todos lhe beijem o pênis”. Ele tem certeza que todos se divertem com isso. Todos se divertem também com sua brincadeira diante de duas visitas, o Senhor de Bonnières e sua filha: “Ele riu muito para (o visitante), levantou a roupa e mostrou-lhe o pênis, mas sobretudo à sua filha; então, segurando o pênis e rindo com seu risinho, sacudiu o corpo todo” (ARIÉS, 1981, p. 75).

Dentro desse contexto, as crianças não eram vistas como seres históricos e sociais, não havia a ideia de infância e nem de crianças e adolescentes como pessoas com necessidades específicas de desenvolvimento, que possuíam direitos e que precisavam ser preservadas, protegidas e cuidadas.

Para Neil Postman (1999), a criança sempre existiu, mas a ideia e o sentimento de infância que conhecemos contemporaneamente foi uma invenção da modernidade e não existia até o fim da Idade Média, sendo fortalecida durante o período em que a história chama de renascença.

Ariès (1981) faz um estudo no qual ele apresenta as formas como as principais instituições da Idade Média percebiam as crianças. Nesse contexto, ele destaca que a criança não existia enquanto uma pessoa específica e concreta separada do adulto, mas, sim, eram vistas como adultos em miniaturas, tanto que, era comum elas estarem nos mesmos ambientes que adultos frequentavam sem qualquer pudor. “Os

adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas; elas ouviam e viam tudo” (ARIÉS, 1981, p. 77).

O autor aponta que não existia sentimento de infância e por isso acreditava-se que as crianças não poderiam ser machucadas. Além disso, ele diz que os adultos acreditavam que elas eram alheias à sua sexualidade. Isso se evidencia a partir das análises de imagens realizadas pelo autor, onde ele constatou que nesse período não era importante saber quem e como eram os corpos das crianças (ARIÉS, 1981).

Mas esta realidade começa a sofrer alterações a partir do século XVIII, quando a criança passa a ser vista como um ser em desenvolvimento e com especificidades, que merecia a atenção e cuidado, além de uma dedicação maior para a sua educação e disciplina. A imagem da criança ou de um ser humano aproximado começa a ser exposta pela Igreja católica, através de quadros e escritos religiosos, se configurando como um dos primeiros registros de corpos de crianças na antiguidade.

Sob a influência do cristianismo, institui-se um novo discurso, onde crianças eram vistas como seres iluminados, obras divinas que deveriam ser preservadas, passa-se a admitir que a criança era um ser imaturo para a vida e, por isso, era preciso submetê-la a cuidados especiais antes de colocá-las em convivência com os adultos (ARIES, 1981).

Nesse período, a igreja passa a instituir uma série de regras de comportamentos que privavam as crianças de assuntos relacionados à sexualidade como forma de combate a qualquer prática sexual entre adultos e crianças, considerando que estas relações eram práticas abomináveis e imorais na sociedade, sujeitas a condenações severas.

Segundo Amorim (2018), essa primeira infância ocidental é percebida de três espaços-tempo, são eles: a criança como um ser angelical ou representada na maioria das vezes por imagens de anjos; as imagens do Menino Jesus e de Nossa Senhora Menina, onde se institui um processo de sacralização da infância e o ser criança passa a significar estar mais próximo de Deus, portanto, eram necessários um cuidado e uma disciplina forma como ela seria criada, e a catequese era fundamental no seu processo formativo; por fim, na arte medieval gótica, uma vez que a criança representada em sua forma nua, também representava um corpo sexuado, mas simbolizava alma e pureza.

É nesse período também que surge a ideia de inocência e Ariés (1981, p. 91) diz que:

O sentido da inocência infantil resultou, portanto em uma dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos; e fortalece-la, desenvolvendo o caráter e a razão. Pode parecer que existe aí uma contradição, pois de um lado a infância é conservada, e de outro é tornada mais velha do que realmente é.

Porém, o sentimento moderno de infância corresponde a atitudes contraditórias: ao mesmo tempo que se percebe a criança como um ser ingênuo, inocente, puro, que precisa ser preservado, representado por um ser celestial, a sociedade moderna também provoca uma maturação da infância como um ser que precisa ser “moralizado” através de uma educação feita por adultos, na qual ela precisa assumir compromissos que adultos teriam em determinada fase de suas vidas, como, por exemplo, o matrimônio.

A concepção de inocência concebida neste período era associada a uma ideia de inexpressividade, como se fossem incapazes de agir, de pensar, de se manifestar. E para as crianças serem reconhecidas enquanto sujeitos dentro da sociedade, eram necessários que estes seres se encaixassem em um padrão de vida adulta.

Na segunda metade do século XX, começam a surgir as pressões de diversos movimentos sociais, de caráter nacional e internacional, em defesa de direitos da criança e do adolescente. Nesse período, o Brasil, em sua carta magna, a Constituição Federal de 1988, reconhece a criança e o adolescente como sujeitos que possuem necessidades específicas. Segundo Azambuja (2006, p. 4):

Até o advento da Constituição Federal de 1988, a criança não era considerada sujeito de direitos, pessoa em peculiar fase de desenvolvimento e tampouco prioridade absoluta. A partir de 1988, passamos a contar com uma legislação moderna, em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, inaugurando uma nova época na defesa dos direitos daqueles que ainda não atingiram os dezoito anos de idade.

Em seguida, foi implementado o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei Federal Nº 8.069/1990), que tornou o Brasil o primeiro país a criar uma legislação

específica para tratar e assegurar os direitos de crianças e adolescentes. De acordo com o Estatuto, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, Tit. I, Art. 5, 1990). Com relação à violência sexual, esta lei tipifica, pune e criminaliza severamente crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes.

A partir dessa breve contextualização histórica acerca da concepção de infância, podemos perceber que avanços ocorreram com relação aos direitos de crianças e adolescentes, mas, apesar destes marcos históricos e legais que contribuíram para que crianças e adolescentes fossem reconhecidas como sujeitos de direitos, algumas relações ainda se apresentam fortemente na contemporaneidade.

Em conexão histórica com o que o Ariés apresenta, percebemos que este primórdio do reconhecimento da criança e da infância se deu de forma turbulenta e sob a lógica e padrão de vida adulta, feudal e católica que presumia o que os seres infantis deveriam ser. Estabelecendo este conectivo histórico ao mundo contemporâneo, as relações para com as crianças e suas diversas infâncias não mudaram muito, e a própria história nos evidencia estes fatos e discursos (AMORIM, 2018, p. 41).

Recentemente, as concepções de infância e de inocência infantil têm sido influenciadas pelo meio social. A sociedade tem adultilizado o ser criança, fato que está sendo fortalecido pela mídia, pelos meios de comunicação e pela internet. Estão sendo esquecidos os aspectos físicos, biológicos, psicológicos, emocionais e de identidade infantil que diferenciam o ser criança do ser adulto.

Nesse sentido, no atual contexto, ainda é perceptível a naturalização da violência sexual contra crianças e adolescentes e a coisificação da infância por parte da sociedade: por falta de conhecimento das leis em defesa dos direitos desses sujeitos, pela influência da cultura patriarcal, pela lógica da exploração que se instaurou desde a colonização do Brasil e/ou pela constante reinvenção do capitalismo que transformou os corpos de crianças em produtos de troca e venda, obedecendo a uma lógica de mercado da oferta e demanda e provocando uma erotização da infância.

Rocha, Lemos e Lírio (2011) dizem que, para se pensar a violência sexual, é importante interrogar o processo de coisificação e o descarte dos corpos na sociedade contemporânea:

É relevante analisar os modos de exploração organizados em redes heterogêneas de atores que lucram com a compra e a venda do sexo. Neste aspecto, a violência sexual tem uma dimensão de tornar crianças e adolescentes objetos de uso para alguém que se coloca de maneira coercitiva em uma prática que não se configura uma relação, mas uma utilização do outro em nome da venda de prazeres sem limites, que extrapolam qualquer fronteira ética e do campo de direitos humanos. De um lado, corpos explorados, violentados e com sua cidadania negada e silenciada; de outro, uma rede composta de grupos que negociam tudo e a todos fora de qualquer princípio de dignidade e valor democrático (ROCHA; LEMOS; LÍRIO, 2011, p. 264).

Esse tipo de violência foi historicamente construído dentro das relações interpessoais ao longo dos diferentes contextos da humanidade, por isso adotarei a definição de Faleiros e Faleiros (2007) que define como um ato que atenta contra os direitos humanos e uma relação de poder perversa, principalmente quando a violência sexual é praticada contra crianças e adolescentes, pois o violador é alguém que tem um poder e o desenvolvimento sexual desigual em relação às vítimas, sendo assim, ele se vale dessa desigualdade para conceber tal violação.

Azevedo e Guerra (1998), caracterizam a violência sexual contra crianças e adolescentes como um ato ou jogo sexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, que tem como finalidade estimular sexualmente as vítimas ou utilizá-las para obter a sua própria estimulação ou a estimulação de terceiros.

Quando se fala em violência sexual, é comum para a sociedade associá-la somente à prática do estupro, embora existam várias manifestações que não se limitam apenas à conjunção carnal. Esse tipo de violência ocorre por meio de contato físico ou não, carícias não desejadas, exposição forçada, materiais pornográficos, prostituição ou turismo sexual. Esta última evidencia a concepção capitalista na qual esse tipo de violência também está estruturado.

Ferreira e Azambuja (2011) definem a violência sexual contra crianças e adolescentes como:

O envolvimento de crianças e adolescentes, dependentes e imaturos quanto ao seu desenvolvimento, em atividades sexuais que eles não têm condições de compreender plenamente e para as quais são incapazes de dar consentimento, ou que violam as regras sociais e os papéis familiares. Tais atividades incluem a pedofilia, os abusos sexuais violentos e o incesto, sendo classificadas como intrafamiliares e extrafamiliares (FERREIRA; AZAMBUJA, 2011, p. 19).

Na maioria dos casos, a ocorrência de VSCCA acontece dentro do ambiente familiar, um espaço no qual as crianças e adolescentes supostamente estão protegidos. A família, por viver em um ambiente privado, quando ocorre esse tipo de violência, é comum que os casos se tornem segredo. Faleiros e Faleiros (2007) dizem que isto vem servindo para ocultar a extensão do fenômeno, o que dificulta o estudo, o conhecimento e o enfrentamento dessa violação.

Para Rocha, Lemos e Lírio (2011), a violência sexual contra crianças e adolescentes, geralmente, relaciona-se ao abuso sexual e à exploração sexual, e ambas as formas estão vinculadas às concepções de poder, vigor, força e autoridade. Estas, na maioria das vezes, são as categorias de diferentes entendimentos, porém, que, em muitos casos, fazem parte dos diagnósticos atribuídos ao explorador ou abusador como instrumentos de coerção da vítima.

É importante ressaltar que os casos de violência sexual não são entendidos como fatos isolados e fragmentados um dos outros, eles estão ligados tanto ao cotidiano das classes mais favorecidas, como das classes menos favorecidas, ou seja, todas as crianças e os adolescentes estão vulneráveis a este fenômeno. De fato, um contexto socioeconômico e cultural vulnerável pode fortalecer o cenário para as ocorrências de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, mas isso não quer dizer que a VSCCA seja uma problemática que alcance apenas as classes de baixa renda.

São esses e outros aspectos que nos levam a compreender a violência sexual como um fenômeno multidimensional e de difícil conceituação. E que, apesar dos avanços no campo com relação à temática, as práticas de combate à VSCCA ainda se mostram insuficientes, fazendo do seu enfrentamento uma constante necessária.

A violência sexual ameaça o futuro de crianças e adolescentes, podendo acarretar graves consequências para o seu desenvolvimento, seja ele físico, sexual,

psicológico ou cognitivo. Os abusadores e/ou exploradores sexuais, em sua maioria, têm poderes físicos, morais, econômicos e disciplinadores acima da criança ou do adolescente. Quando se utiliza de troca ou artifícios econômicos para praticar abuso, aliciar ou vender serviços sexuais de crianças e adolescentes, o abuso passa a ser exploração sexual, por isso, a separação entre essas duas práticas é fundamental, até para que as ações de enfrentamento sejam pensadas de maneira mais apropriada de acordo com as diferentes formas de ocorrência de violência sexual.

Nesse sentido, conceito de VSCCA gira em torno de duas tipologias: o abuso sexual e a exploração sexual comercial. Compreender sobre as diversas formas de manifestações da violência sexual contra crianças e adolescentes é primordial para que possamos fazer o seu enfrentamento. Por isso, nesse primeiro momento, discorrerei sobre as características do abuso sexual contra crianças e adolescentes e, posteriormente, sobre as características da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

O Guia Escolar (2011) descreve abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes como:

Qualquer forma de contato e interação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente em que o adulto, que possui uma posição de autoridade ou poder, utiliza-se dessa condição para sua própria estimulação sexual, para estimulação da criança ou adolescente ou, ainda, de terceiros. A assimetria da relação de poder entre o autor do abuso e a criança ou adolescente que sofre abuso é o que mais caracteriza essa situação (BRASIL, 2011, p. 64).

Faleiros e Faleiros (2007) dizem que o abuso sexual é uma forma de dominação sexual perversa, que se mantém através da dominação psicológica de longa duração praticado quando as vítimas não são capazes de se defender. Por muitas vezes, o abusador, como forma de esconder o crime, utiliza a dominação psicológica, provocando na vítima culpa, baixa autoestima, medo e vergonha, e isso faz com que a relação seja mantida em segredo.

Outro aspecto importante com relação à dominação sexual perversa é de entender que ela se trata de uma construção consciente que o abusador tem dos atos que vai exercer sobre a vítima, pois ele delibera, previamente, o passo a passo daquilo que fará para conseguir alcançar o seu objetivo, pois “começa por um processo de

sedução, que consiste na conquista sutil, que anula a capacidade de decisão da vítima, e acaba em sua dominação e aprisionamento” (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 40). A discrepância que há na relação entre o agente da violência sexual e a vítima é destacada pela maioria dos autores que discutem a temática, percebe-se que a desigualdade psicosssexual é uma das características que sempre estão enfatizadas nas diferentes definições de abuso sexual.

O Guia escolar (2011) faz uma categorização dos tipos e formas de ocorrência do abuso sexual, tais como: abuso sexual intrafamiliar, aquele cometido por pais, parentes ou responsáveis legais; abuso sexual intrarrede social, que é cometido por pessoas que estão na rede socioafetiva da família; abuso sexual extrafamiliar cometido por desconhecidos ou agentes cuidadores e socializadores de crianças e adolescentes; e abuso sexual institucional, que é aquele cometido por órgãos que deveriam garantir os direitos de crianças e adolescentes, ou que possuem a custódia legal substitutiva aos cuidados da família.

Azambuja (2011, p.115) considera abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso “os casos que envolvem relações complexas na família abarcando parentes, pessoas próximas ou conhecidas da vítima, ou com alguém que ela mantenha vínculos de socioafetividade”. Essa categoria de abuso sexual ocorre frequentemente no ambiente doméstico sobre o sigilo familiar e social. Esse aspecto contribui para que os casos desse tipo não sejam denunciados, pois revelar esse segredo envolve expor as relações familiares que acontecem num espaço privado para toda a sociedade.

Essas violações envolvem laços de afinidade e consanguíneos entre abusadores e vítimas, e denunciar casos dessa natureza significa, para a maioria das pessoas, a exposição da “imagem da família tradicional”, gerando um ambiente de concordância entre os membros da família para manter em segredo o abuso sexual, e, conseqüentemente, há uma naturalização da violência sexual nesse ambiente, principalmente, quando o abusador é o provedor da família.

São definidos como uma relação incestuosa os casos de abuso intrafamiliar que ocorrem quando “o violentador é parte do grupo familiar (pai, mãe, avós, tios, irmãos, padrasto, madrasta, cunhados). Nesses casos, considera-se família não apenas consanguínea, mas também as famílias adotivas e substitutas” (FALEIROS,V.; FALEIROS, E., 2007, p.40).

É importante destacar que nem toda relação incestuosa é caracterizada como abuso sexual, visto que ela pode se dar por meio de adultos da mesma idade, mas as relações de adultos com uma criança ou adolescente da mesma família é abuso sexual, como apontada no Guia Escolar (2011). Não há possibilidade de consentimento entre os sujeitos, ou dos familiares da criança e do adolescente em relação a esse tipo de relação, quando se trata de sujeitos com menos de 14 anos de idade, há agravamento da pena e a consideração de estupro de vulneráveis.

Embora nem toda relação sexual intrafamiliar seja considerada incestuosa, há casos em que mesmo quando acontece entre adultos com a mesma faixa etária de idade, mesmo que o abusador não tenha usado de força física, é sim, considerado abuso sexual, pois se constrangeu sexualmente a vítima e dependendo das condições em que a vítima se encontrava, deve ser denunciado.

São considerados abuso sexual extrafamiliar “os casos que envolvem pessoas sem vínculo parentesco, conhecimento ou de socioafetividade com a vítima” (AZAMBUJA, 2011, p. 115). Existem casos de abuso sexual extrafamiliar cometidos também por agente cuidadores e socializadores de crianças e adolescentes. Este tipo de abuso ocorre em espaços como: escolas, ONG, igrejas, hospitais. Nestes casos, a maioria dos abusadores são os professores, médicos, líderes religiosos, psicólogos (BRASIL, 2011).

O abuso sexual intrarrede social é aquele cometido por pessoas da rede de sociabilidade da família, ou seja, o abusador pode ser algum vizinho, amigo ou conhecido da família. A criança ou adolescente acaba desenvolvendo uma relação de confiança ou admiração com o abusador. A aproximação do abusador com a família e com a criança ou adolescente faz com que esta forma de abuso sexual seja considerada mista, por ter aspecto tanto do abuso sexual intrafamiliar quanto do abuso sexual extrafamiliar (BRASIL, 2011).

Segundo o Guia Escolar (2011), caracteriza-se como abuso sexual institucional aquele cometido por pessoas que detêm a custódia legal em instituições de cuidados substitutivos a família.

Este tipo de abuso sexual ocorre em instituições governamentais e não governamentais que detêm a guarda temporária da criança ou adolescente em unidades de abrigo e/ou de aplicação de medidas socioeducativas.

Embora seja uma forma similar às anteriores, ocorre em espaços sociais institucionais de guarda de crianças e adolescentes enquanto eles estão sob as proteções legal e parental do Estado (BRASIL, 2011, p. 66).

Nesse caso, o ato sexual praticado entre os funcionários (abusadores) e internos (vítimas) deste local, não se apresenta como uma forma para satisfazer o prazer sexual do abusador, mas para demonstrar o poder instituído por ele ao submeter as crianças e os adolescentes a essa prática perversa, dessa forma, reproduzindo as relações de poder e dominação existentes na sociedade (SANTOS, 2009).

Os abusos sexuais intra/extrafamiliar, intrarrede social e institucional se manifestam em várias modalidades e podem ser tipificados nas formas de: com contato físico e sem contato físico.

De acordo com o Guia de Referência “Abuso sexual contra crianças e adolescentes, Mitos e Realidades”, o abuso sexual sem contato físico é tido como práticas sexuais que não envolvem contato físico entre abusador e a vítima (ABRÁPIA, 2002). O guia traz as seguintes modalidades de abuso sexual sem contato físico:

1. **Abuso sexual verbal:** Conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou a chocá-la.
2. **Telefonemas obscenos:** A maioria é feita por adultos, especialmente do sexo masculino, podendo gerar ansiedade na criança, no adolescente e na família;
3. **Exibicionismo:** A intenção, neste caso, é chocar a vítima. O exibicionista é, em parte, motivado por esta reação. A experiência pode ser assustadora para as vítimas;
4. **Voyerismo:** O *voyeur* obtém gratificação sexual através da observação de atos ou órgãos sexuais de outras pessoas, estando normalmente em local onde não seja percebido pelos demais. A experiência pode perturbar e assustar a criança ou o adolescente. A internet é hoje a grande vitrine para o *voyeur* (ABRÁPIA, 2002, p. 9).

Além desses, o Guia Escolar (2011) apresenta mais duas modalidades: o assédio sexual, quando são feitas propostas de relações sexuais nas quais o abusador exerce a sua posição de poder, chantageando e ameaçando a vítima; e a pornografia que se caracteriza quando o abusador mostra material pornográfico a

crianças ou adolescentes ou fotografa crianças ou adolescentes nuas ou em posições sedutoras com o objetivo de ter lucro financeiro. Esta última também pode ser compreendida como uma forma de exploração sexual comercial.

Outra forma de abuso sexual é aquela que se dá através do contato físico, e trata-se da relação direta e forçada entre abusador e vítima. Essa prática ocorre quando há carícias indesejadas nos órgãos genitais, tentativa de relação sexual, seja ela oral, vaginal ou anal.

O Guia escolar (2011) ainda abrange uma compreensão mais ampla de abuso sexual com contato físico que não se limita apenas ao ato sexual, mas “inclui contatos “forçados”, como beijos e toques em outras zonas corporais erógenas” (BRASIL, 2011, p. 67).

Além disso, o Guia escolar apresenta uma classificação para os abusos sexuais com contato físico, definidas entre com conjunção carnal e sem conjunção carnal, essas práticas pela legislação brasileira podem ser tipificadas como crimes sexuais contra vulneráveis, estupro de vulnerável ou estupro de maiores de 14 anos.

São considerados abusos sexuais com contato físico, mas sem conjunção carnal:

- toques nas partes íntimas (órgãos genitais, glúteos ou seios), ato de encostar ou pressionar os órgãos genitais do perpetrador no corpo da criança ou adolescente, ou ainda de induzir a criança ou adolescente a tocar nos órgãos sexuais do autor do abuso, não importando se por cima ou por baixo da roupa;
- penetração com o(s) dedo(s) ou com objetos. O autor da agressão introduz o dedo na vagina ou no ânus da criança ou adolescente ou induz a criança ou adolescente a introduzir seu(s) dedo(s) ou algum objeto na própria vagina ou ânus;
- sexo oral realizado tanto pelo autor do abuso na criança ou adolescente quanto o contrário. Esta modalidade pode incluir beijos de língua, sucção, beijos ou mordidas nos seios e sucção vaginal, peniana ou anal (BRASIL, 2011, p. 67).

O abuso sexual com contato físico e com conjunção carnal é o mais corriqueiro e trata-se da prática de uma relação sexual forçada com penetração anal ou vaginal entre um adulto e uma criança ou adolescente. É uma atividade sexual que impede

qualquer manifestação de vontade da vítima através de ameaças físicas ou psicológicas e corresponde aos crimes de estupro e estupro de vulnerável.

Da mesma forma que não existe um perfil único para a vítima da violência sexual, não existe um perfil para o abusador, ele pode ser qualquer pessoa independente de classe social, etnia, credo e, principalmente, gênero. A prática do abuso sexual é criminalizada tanto para homens quanto para mulheres de todas as idades.

Outro ponto que devemos considerar é que o abuso sexual pode se dar entre os pares, ou seja, quando o abusador é menor de 18 anos, nesses casos, as relações assimétricas são determinadas pela faixa etária de idade ou pela posição de poder que o abusador ocupa e o autor da violência sexual tem inteira responsabilidade seja qual for a forma por ele adotada.

Os abusos sexuais podem ocorrer em diferentes contextos e entre duas pessoas ou mais pessoas. E, infelizmente, na maioria dos casos, essa violência fica encoberta pela família ou pelos valores morais instituídos na sociedade. Isso faz com que crianças e adolescentes tenham seus direitos transgredidos, silenciados e não encontrem maneiras para se defender dos seus abusadores.

É importante ressaltar que o abuso sexual, mesmo muito comum no espaço doméstico ou familiar, não se limita a esses espaços privados. Como já exposto, até as pessoas responsáveis pelo cuidado e proteção da criança e do adolescente, em espaços que deveriam fazer o acolhimento dessas vítimas, podem se tornar os próprios abusadores.

Outro aspecto a ser destacado, apesar do abuso sexual não ser uma prática que pertence a um determinado grupo socioeconômico, quando se trata de acompanhamento das vítimas desse tipo de violência, existe uma influência econômica que gera uma desigualdade no acolhimento e atendimento das vítimas pela sociedade, tornando-as, assim, as crianças de camadas mais populares vulneráveis às violações. As situações econômicas também influenciam nas notificações dos casos de abuso sexual. Famílias mais pobres que possuem um único mantenedor, que por sua vez, é também o abusador, dificilmente o denunciam para as instituições de proteção à crianças e adolescentes a ocorrência da violência sexual.

A desigualdade no tratamento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual se dá também de acordo com gênero, etnia e faixa etária. Com relação ao gênero, o abuso sexual, quando ocorre com meninos, na maioria das vezes, é ocultado por conta do preconceito da sociedade que logo associa a prática de violação sexual com a orientação sexual da vítima. Quando as vítimas são meninas, o machismo estrutural e a cultura do patriarcado fazem com que as violações sejam desqualificadas, a sociedade banaliza e naturaliza essas relações sexuais, não denuncia e faz com que abusadores do sexo masculino não sejam criminalizados. Por sua vez, as instituições que deveriam acolher essas vítimas, algumas vezes, também reproduzem esses valores, preconceitos e práticas excludentes, transformando vítimas em culpadas pela violência sofrida.

Outro tipo de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre através da exploração sexual comercial. Esta violação é caracterizada por uma relação mercantilizada sobre os corpos/sexo entre crianças e adultos, e se manifesta em quatro modalidades: pornografia, tráfico, turismo sexual e prostituição. Estas modalidades foram adotadas a partir do I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, realizado em 1996, na cidade de Estocolmo, Suécia. Como resultado desse congresso, foi apresentada uma declaração que definiu:

A exploração Sexual Comercial de Crianças é uma violação fundamental dos seus direitos. Constitui-se em uma forma de coerção e violência contra as crianças, que pode implicar em trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão (DECLARAÇÃO..., 1996, p. 1).

Neste congresso, o termo “Exploração Sexual Infanto-Juvenil” ou “Prostituição Infanto-Juvenil” foi substituído pelo termo “Exploração Sexual Comercial contra Crianças e Adolescentes”. Essa troca foi realizada, pois ocorreu a compreensão de que o uso do termo “Prostituição” associado a crianças e adolescentes desviava o foco que deveria ser dado a esses sujeitos com direitos violados, na medida em que este termo co-responsabilizava crianças e adolescentes pela transgressão dos seus próprios direitos, levando-os à categoria de infratores, e tirando-os da categoria de vítimas, à qual que de fato eles pertencem.

O fenômeno da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Brasil passou a ter mais visibilidade a partir da instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) realizada no início da década de 1990, pela qual foram feitas investigações a partir de denúncias de casos de prostituição de crianças e adolescentes (LIBÓRIO, 2004). Isso gerou grandes avanços conceituais, passando a ser concebido como “Exploração Sexual Infanto-Juvenil”, sendo tratado com base nas diretrizes do ECA.

Ainda na década de 90, o fenômeno passa a ser tratado como uma questão de cidadania e direitos humanos, e a violação desses direitos sexuais passa a ser crime contra a humanidade e contra a história das conquistas universais asseguradas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Segundo a Agência de Notícias dos Direitos da Criança (ANDI), em seu Guia de Referência para cobertura jornalística sobre Exploração Sexual de Crianças e adolescentes, da série jornalística “Amigo da Criança”:

A exploração sexual é a utilização sexual de crianças e adolescentes com a intenção do lucro, seja financeiro ou de qualquer outra espécie. Ocorre quando meninos e meninas são induzidos a manter relações sexuais, mediante oferta de valores pecuniários ou não; e quando são usados para produção de material pornográfico, ou levados para outras cidades, estados ou países, com propósitos sexuais (ANDI, 2013, p. 16).

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes diz respeito ao processo de tirar proveito sexual de pessoas com menos de 18 anos. É a utilização de crianças e adolescentes como objetos sexuais dentro de uma relação de exploração de trabalho, onde sexo é moeda de troca.

Entretanto, alguns segmentos sociais resistem em categorizá-la como uma “forma de trabalho” e a tratam como atividade econômica de exploração perversa produzida pelo sistema de forma injusta, pois trata-se de uma violação de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, dentro de um contexto onde indivíduos mais fortes subjugam os mais fracos, levando-os à participação de atos sexuais ou pornográficos.

Dessa forma, compreendo a criança e adolescente como sujeitos objeto de exploração sexual, por isso, este trabalho irá considerar a Exploração Sexual Comercial Contra Crianças e Adolescentes a partir da definição de Leal e Leal (2002) como uma relação de mercantilização e abuso de poder dos corpos de crianças e adolescentes por exploradores sexuais organizados em redes de comercialização, que se dão no âmbito do mercado local e global ou, até mesmo, por familiares e responsáveis legais, além dos consumidores que demandam esses serviços sexuais.

Existem alguns fatores que impulsionam crianças e adolescentes a se submeterem ao regime de exploração sexual comercial, de acordo com o Guia escolar (2011) são eles: a omissão ou insuficiência de políticas públicas; estratégia de sobrevivência na sociedade; conflitos culturais; conflitos familiares.

A partir desta definição, serão apresentadas a seguir, as diferentes modalidades de exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes. É importante destacar que essas atividades de exploração estão articuladas entre si e, por isso, fica difícil falar de uma sem citar a outra.

A pornografia infantil é uma forma de exploração sexual de crianças e adolescentes quando estes são expostos, em qualquer meio, a situações sexuais explícitas, simuladas ou reais, ou quando existe a exposição de suas genitálias com objetivo de oferecer prazer sexual ao consumidor deste tipo de produto. De acordo com Libório (2004), existe um mercado de pornografia direcionado à comercialização de material sexual explícito e obsceno de crianças de terceiro mundo.

Existem variadas formas de pornografia que envolvem crianças e adolescentes, inclusive a difusão de imagens de abuso sexual de crianças de tenra idade, 45 cenas de sexo perverso e sádico. Há sites que vendem espetáculos de pornografia com crianças em tempo real, e mesmo de necrofilia. É importante destacar a estreita articulação da pornografia infanto-juvenil com o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 44 e 45).

Esta modalidade é considerada um crime, segundo o art. 240 do ECA, além disso existe a Lei nº 10.74/2003 que resguarda e protege o direito à dignidade e à liberdade da criança e do adolescente. A venda, a divulgação, a publicação e o consumo de fotografias e vídeos com imagens de partes íntimas de crianças e

adolescentes estão cada vez mais fácil principalmente com o advento das tecnologias e o crescimento das redes sociais. Com relação a esta última, é evidente que nos últimos anos as redes sociais têm sido o meio mais usado para viabilizar práticas de abuso e exploração sexual.

A exploração sexual no contexto da prostituição é uma violação cometida por usuários ou por uma pessoa ou rede de prostituição. E caracteriza-se como exploração sexual, quando o usuário paga para ter relações sexuais com crianças ou adolescentes em troca de dinheiro ou outros elementos.

Segundo Faleiros e Faleiros (2007), a prostituição é uma atividade na qual as relações sexuais são negociadas em troca de dinheiro, de alimentação, vestuário, abrigo ou do acesso a bens e serviços de consumo, onde meninos e meninas são explorados sexualmente por valores “acessíveis” aos exploradores, ou seja, o foco dessa atividade é a lei da oferta e da demanda.

Testemunhos de vítimas, pesquisas e a bibliografia sobre essa problemática no Brasil evidenciam que crianças e adolescentes envolvidos na prostituição trabalham, em geral, nas ruas das cidades, nos portos, nas estradas ou em bordéis. Muitas vezes, em especial na Região Norte atuam em regime de escravidão, e normalmente estão envolvidos nas articulações do turismo sexual e do tráfico para fins sexuais (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 43).

Nesse sentido, o turismo sexual e o tráfico de crianças e adolescentes para fins de Exploração sexual (tráfico de pessoas) se configuram nas formas mais perversas de exploração sexual, pois o tráfico de pessoas é também um crime prescrito por lei, no art. 231 do Código Penal que tem como principal objetivo proteger mulheres, crianças e adolescentes que são as principais vítimas dessa modalidade de exploração sexual. Este fenômeno envolve aliciamento, rapto, agressões, engano, coerções e exposição de crianças e adolescentes a situações similares à escravidão.

De acordo com o Guia Escolar (2011), a forma mais recorrente desse tipo de tráfico ocorre quando os exploradores se passam por agências de modelos, de turismo, de empregos internacionais, entre outras e conseguem, dessa forma, o anonimato da rede de exploração. Assim, crianças e adolescentes são seduzidos pelo sucesso e a mudança rápida de vida.

A Assembleia das Nações Unidas (1994, p. 46) definiu essa modalidade como:

Recrutamento, transporte, transferência, abrigo e guarda de pessoas por meio de ameaças, uso da força ou outras formas de coerção, abdução, fraude, enganação ou abuso de poder e vulnerabilidade, com pagamentos ou recebimento de benefícios que facilitem o consentimento de uma pessoa que tenha controle sobre outra, com propósitos de exploração. Isso inclui no mínimo, a exploração da prostituição de terceiros ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, servidão ou remoção de órgãos.

No contexto do turismo sexual, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes está ligada fortemente às demandas de turistas locais ou internacionais. O turismo sexual ficou bastante conhecido no Brasil no final da década de 1980, nas regiões litorâneas da região nordeste, pela sua grande articulação da rede de exploração sexual nessa região junto aos turismos nacionais e internacionais. É importante ressaltar que, no Brasil, essa modalidade é mais comum durante eventos de negócios e férias.

A localização geográfica do nosso país e suas belezas naturais atraem muitos turistas de várias localidades do mundo, porém não são apenas divulgadas e comercializadas as belezas das cidades brasileiras, infelizmente, uma das atrações turísticas que mais atraem visitantes é a comercialização do sexo, principalmente, com crianças e adolescentes, as vítimas mais vulneráveis. Existem agências e pessoas que trabalham especificamente com essa modalidade de “serviço” turístico, ou seja, uma rede que atua com a finalidade de prestar esse serviço, uma vez que se tem demanda comercial de consumo de corpos de crianças e adolescentes.

Segundo a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI):

É a exploração sexual de crianças e adolescentes por visitantes de países estrangeiros ou turistas do próprio país. Pode ocorrer com a intermediação de redes de exploração que atuam em empresas turísticas e tratam a exploração sexual como um item comercial, muitas vezes ainda no país de origem do turista ou pela internet (ANDI, 2013, p. 19).

Há uma rede articulada para este fim que envolve agências de turismo, guias, hotéis, restaurantes, frotas de táxi em um esquema de cumplicidade onde cada um

exerce um papel que fortalece essa rede de exploração sexual. Essa rede criminosa se organiza a partir da atividade que cada turista demanda durante a sua estadia que facilita a comercialização dos corpos de crianças e adolescentes.

Investigações mostram que certas agências de turismo, com a cobertura da polícia (a parte corrupta dessa instituição), facilitam o aliciamento de crianças e adolescentes para trabalhar no mercado do sexo. Algumas agências, ou mesmo funcionários de hotéis, possuem álbuns fotográficos de jovens de ambos os sexos para serem escolhidos como acompanhantes dos turistas (BRASIL, 2011, p. 114).

O turismo sexual e a prostituição são atividades que geralmente estão intrinsecamente ligadas ao tráfico de pessoas para fins sexuais. O turismo sexual é a forma de exploração sexual mais articulada à economia e ao desenvolvimento do turismo no Brasil.

O turismo sexual pode ser autônomo ou vendido em excursões e pacotes turísticos, que prometem e vendem prazer sexual “organizado”. É o comércio sexual, em cidades turísticas, envolvendo turistas nacionais e estrangeiros e, principalmente, mulheres jovens, de setores pobres e excluídos, de países do Terceiro Mundo (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., p. 45).

Por ser uma forma ilegal e ilegítima de turismo, se enquadra nas modalidades de crimes sexuais. É a modalidade que mais inclui pessoas na sua prática, principalmente as camadas mais pobres. A pobreza se torna um fator determinante para que crianças e adolescentes sejam explorados, pois as torna vulneráveis e faz com que estas busquem esses meios para a sua sobrevivência.

A exploração sexual comercial é um tipo de “negócio”, segundo as estruturas ditadas pelo capitalismo, crianças e adolescentes são forçadamente colocadas em condição de mercadorias e negociadas, seguindo um contrato sexual, no mercado do sexo. Configura-se em uma relação de poder perversa, pois crianças e adolescentes são objetificados e hipersexualizados por “cafetões” ou redes de exploração que buscam se satisfazer economicamente através da utilização dos seus corpos. Apesar de ser uma prática de conceituação difícil, chegamos a um consenso de que é uma violação que contraria todos os direitos fundamentais que deveriam ser garantidos a

crianças e adolescentes. Direitos esses que estão dispostos tanto em normativas nacionais quanto internacionais, como já citado neste texto anteriormente.

A exploração sexual impõe a crianças e adolescentes atos sexuais ou de caráter sexual por parte de alguém com “mais poder” seja ele econômico ou não sobre as vítimas. É importante destacar que essa modalidade de violência sexual, perpassa a violência de gênero também, pois as vítimas mais frequentes são meninas, e este é mais um aspecto por onde podemos identificar a influência da cultura machista e autoritária na violência sexual.

As relações de gênero e a desigualdade que existem nessas relações promovem a imagem da menina/mulher como mero objeto sexual a ser comercializado. A sociedade naturaliza a ideia da comercialização do corpo feminino bem mais do que o corpo masculino, e esse é um dos códigos sociais que estruturam a lógica do mercado do sexo.

Existem algumas diferenças entre os dois tipos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Barros (2015), baseada no Guia Escolar (2011), elaborou um quadro com estas diferenciações, veja a seguir:

Figura 1- Imagem extraída da Tese de Doutorado intitulada “A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em Municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (Pa)”.

EXPLORAÇÃO SEXUAL	ABUSO SEXUAL
Pressupõe uma relação de mercantilização, no qual o sexo é fruto de uma troca, seja ela financeira, de favores ou de presentes.	Não envolve dinheiro ou gratificação.
Criança ou adolescentes são tratados como objetos sexuais ou como mercadorias.	Acontece quando uma criança ou adolescente é usado para estimulação ou satisfação sexual de um adulto.
Pode estar relacionada a redes criminosas.	É normalmente imposto pela força física, pela ameaça ou pela sedução.
Uma criança não tem poder de decisão para se prostituir, mas pode ter seu corpo explorado por terceiros, que obtêm algum tipo de lucro com isso. Portanto, não existe “prostituição infantil”, e sim exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.	Pode acontecer intrafamiliar ou extrafamiliar.

Fonte: Repositório do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (2015).

A violência sexual pode trazer algumas consequências para as vítimas, quais sejam: a fuga do lar, visto que muitas crianças e adolescentes fogem na tentativa de se proteger da violência intrafamiliar; consequências no desenvolvimento da vida sexual saudável da vítima; dificuldades de aprendizagem; consequências na saúde física, psicológica e mental; dificuldades de estabelecer relações afetivas e amorosas; consumo de drogas lícitas e ilícitas para esquecer a sua condição; entre outras.

O Guia escolar (2011) aponta que as consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes podem variar de acordo com alguns aspectos, seja no caso de abuso sexual ou na exploração sexual. Quando do abuso sexual, são elas: a idade de ocorrência; o gênero e o sexo do violador; a duração; o grau da violência; o grau de proximidade da vítima com o violador; a presença ou ausência de figuras parentais protetoras; o grau de sigilo. Quando da exploração sexual: se a vítima foi abusada sexualmente e as condições de “engajamento” no trabalho sexual.

É possível perceber a gravidade deste fenômeno na vida das vítimas. E para melhor compreender a dimensão desse fenômeno no Brasil, na próxima subseção apresentaremos um panorama do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em cenário nacional.

2.2 A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: o que mostram as estatísticas

Nesta seção apresentarei um panorama nacional sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes a partir de dados estatísticos das denúncias realizadas nos últimos nove anos. E serão destacados alguns aspectos da forma de ocorrência desse tipo de violência, tais como: sexo, cor, região, perfil das vítimas e abusadores, tipos, entre outros. Para compor este panorama, foram utilizados os dados estatísticos coletados a partir das informações extraídas do “Balanço Geral 2011 a 1º quadrimestre de 2019 - Violência sexual contra Crianças e Adolescentes” em junho de 2019 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acerca das denúncias recebidas pelo Disque 100 (Disque Direitos humanos

ou disque denúncia); e Boletim epidemiológico da Secretaria de Vigilância e saúde (Ministério da Saúde) – 2011 a 2017.

Segundo o Balanço divulgado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos humanos, no ano de 2019, o disque denúncia recebeu um total de 177.403 mil notificações de casos envolvendo maus tratos contra crianças e adolescentes desde o ano de 2011 a abril de 2019. Desse quantitativo, 175.503 mil foram denúncias que corresponderam à violência sexual.

No período de 2011 a 2018, foram denunciados no Disque Denúncia 172.667 casos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes com faixa etária entre zero e 17 anos. Sendo 139.530 (80,8%) dos casos denunciados tipificados como abuso sexual e 33.137 (19,2%) tipificados entre estupro, exploração sexual, exploração sexual no turismo, *grooming*, pornografia infantil, *sexting* e outros.

No que se refere ao perfil das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, o balanço do Disque Denúncia apontou que 157.513 mil (70,77%) das vítimas dentre os casos denunciados eram do sexo feminino e 38.253 mil (17,18%) eram vítimas do sexo masculino, além disso, foram identificados 26.779 mil (12,03%) crianças e adolescentes que não tiveram o sexo informado no momento da denúncia. Totalizando 222.545 mil crianças e adolescentes que foram vítimas de algum tipo de violência sexual.

Ainda sobre o perfil das vítimas, as maiores ocorrências de denúncias envolviam crianças e adolescentes entre doze e 14 anos, um total de 67.656 mil (30,40%) notificações. Com relação à etnia, 76.859 mil (34,53%) notificações envolveram crianças e adolescentes negras⁵. Além disso, destas vítimas, 6.216 mil (2,79%) casos envolve crianças e/ou adolescentes com deficiência.

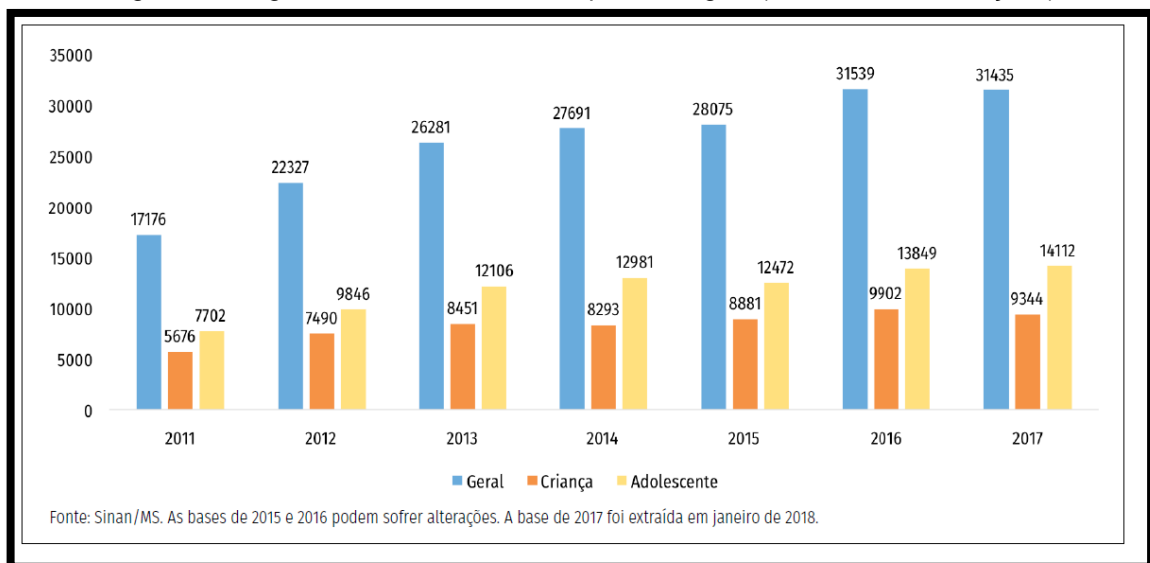
No que compreende ao perfil do suspeito de cometer o crime, dos casos denunciados, um total de 145.145 mil eram pessoas correspondentes ao sexo masculino; e 38.347 mil eram correspondentes ao sexo feminino, na faixa etária de doze a 91 anos (ou mais), em sua maioria, familiares, conhecidos das vítimas ou alguém do vínculo de socioafetividade.

⁵ Esta informação compreende pessoas declaradas pretas e/ou pardas.

No Estado do Pará, as denúncias chegaram a 7.579 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Sendo que, destes casos, 6.780 mil vítimas são do sexo feminino e 1.090 mil são crianças e adolescentes do sexo masculino, com faixa etária entre zero e 17 anos.

Ainda sobre as notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, de acordo com os dados levantados no Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância e saúde (Ministério da Saúde), no período de 2011 a 2017, foram notificados 1.460.326 casos de violência interpessoal ou autoequivocada, sendo 184.524 mil casos de violência sexual. Destes, 58.037 mil envolvendo crianças, o que corresponde a 31,5% dos casos notificados; e 83.068 mil contra adolescente, correspondente a 45,0% dos casos notificados.

Figura 2- Imagem extraída do Boletim Epidemiológico (Número de notificações).



Fonte: Ministério da Saúde (2018)

Esta figura traz um gráfico que apresenta um panorama estatístico dos casos notificados de violência sexual no Período de 2011 a 2017. Segundo o Ministério da Saúde (2018), comparando as notificações realizadas em 2011 e as notificações realizadas em 2017, houve um aumento significativo de 64,6% nas notificações de violência sexual contra crianças e 83,2% nas notificações de violência sexual contra adolescentes.

Quando se trata de crianças foram realizadas 58.037 mil notificações de violência sexual. Os dados mostraram que 43.034 mil (74,2%) correspondiam a casos de violência sexual nas quais as vítimas eram do sexo feminino, 14.996 mil (25,8%) dos casos notificados envolviam vítimas do sexo masculino. Além disso, foram identificadas sete crianças com sexo ignorado.

Desse total, 26.686 mil (51,2%) estavam na faixa etária entre um e cinco anos. Os casos notificados envolvendo crianças do sexo feminino entre um e cinco anos corresponderam a 22.354 mil (51,9%); casos envolvendo crianças do sexo feminino entre seis e nove anos, totalizam 18.442 (42,9%). Entre os casos nos quais as vítimas eram do sexo masculino, 7.332 mil (48,9%) estavam na faixa etária entre um e cinco anos e 7.249 mil (48,3%) estavam entre seis e nove anos. Dentro desse total, o Ministério da Saúde identificou sete crianças com o sexo ignorado.

Além do sexo das vítimas, o boletim também apresenta dados correspondentes a raça/cor, deficiência/transtorno e região de residência, como apresentado na Figura 3:

Figura 3 - Imagem extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (características sócio-demográficas de crianças vítimas de violência sexual).

Características	Criança (n=58.037) ^a					
	Total		Feminino (n=43.034)		Masculino (n=14.996)	
	n	%	n	%	n	%
Faixa etária (em anos)						
<1	2.653	4,6	2.238	5,2	415	2,8
1 a 5	29.686	51,2	22.354	51,9	7.332	48,9
6 a 9	25.691	44,3	18.442	42,9	7.249	48,3
Raça/cor da pele						
Branca	22.611	39,0	16.577	38,5	6.034	40,2
Negra	26.407	45,5	19.782	46,0	6.625	44,2
Amarela	280	0,5	209	0,5	71	0,5
Indígena	586	1,0	509	1,2	77	0,5
Ignorada	8.146	14,0	5.957	13,8	2.189	14,6
Deficiência/transtorno						
Sim	1.910	3,3	1.199	2,8	711	4,7
Não	47.828	82,4	35.818	83,2	12.010	80,1
Não se aplica	185	0,3	140	0,3	45	0,3
Ignorado	8.107	14,0	5.877	13,7	2.230	14,9
Região de residência						
Norte	9.106	15,7	7.200	16,7	1.906	12,7
Nordeste	7.270	12,5	5.695	13,2	1.575	10,5
Sudeste	23.417	40,4	17.156	39,9	6.261	41,8
Sul	12.597	21,7	8.913	20,7	3.684	24,6
Centro-Oeste	5.635	9,7	4.067	9,5	1.568	10,5
Ignorada	5	-	3	-	2	-

a. Foram identificadas sete crianças com sexo ignorado.
 Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

Fonte: Ministério da Saúde (2018).

A imagem evidencia que na Região Norte se concentram 9.106 mil (15,7%) das notificações de casos de violência sexual, sendo que 7.200 mil (16,7%) desses casos envolvem crianças do sexo feminino e 1.906 mil (12,7%) as vítimas são do sexo masculino.

Os dados apresentados no boletim (Figura 4) apontam que do total de 58.037 mil notificações de violência sexual contra crianças, 19.542 mil (33,7%) já aconteceram mais de uma vez. Entre o total de notificações envolvendo as crianças do sexo feminino, o boletim epidemiológico aponta que 14.562 mil (33,8 %) tiveram caráter de repetição. E entre o sexo masculino o caráter de repetição se revela em 4.980 mil (33,2. %) casos que foram notificados. Os principais locais de ocorrência mais registrados foram na residência (total de 40.154 mil - 69,2% dos casos); na escola (total de 2.656 mil - 4,6% dos casos); e em via pública (total de 1.809 mil - 3,1% dos casos). Os tipos de violência mais denunciados foram Estupro (39.000 mil - 62,0% dos casos), Assédio sexual (15.693 mil - 24,9% dos casos) e Pornografia Infantil (2.048 mil - 3,3% dos casos).

Figura 4 - Imagem extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (características da violência sexual contra crianças).

Características	Criança (n=58.037) ^a					
	Total		Feminino (n=43.034)		Masculino (n=14.996)	
	n	%	n	%	n	%
Ocorreu outras vezes						
Sim	19.542	33,7	14.562	33,8	4.980	33,2
Não	17.881	30,8	13.111	30,5	4.770	31,8
Ignorado	20.607	35,5	15.361	35,7	5.246	35,0
Local de ocorrência						
Residência	40.154	69,2	30.649	71,2	9.505	63,4
Habitação coletiva	475	0,8	303	0,7	172	1,1
Escola	2.656	4,6	1.588	3,7	1.068	7,1
Local de prática esportiva	185	0,3	89	0,2	96	0,6
Bar ou similar	141	0,2	92	0,2	49	0,3
Via pública	1.809	3,1	1.159	2,7	650	4,3
Comércio/serviços	234	0,4	178	0,4	56	0,4
Indústrias/construção	113	0,2	63	0,1	50	0,3
Outros	4.839	8,3	3.311	7,7	1.528	10,2
Ignorado	7.424	12,8	5.602	13,0	1.822	12,1
Tipo de violência sexual^b						
Assédio sexual	15.693	24,9	11.973	25,8	3.720	22,6
Estupro	39.000	62,0	28.380	61,0	10.620	64,6
Pornografia infantil	2.048	3,3	1.461	3,1	587	3,6
Exploração sexual	1.836	2,9	1.362	2,9	474	2,9
Outros	4.352	6,9	3.321	7,1	1.031	6,3

a. Foram identificadas sete crianças com sexo ignorado.
b. Variável com possibilidade de múltipla escolha. No total, foram identificadas 62.929 respostas, sendo 46.497 para o sexo feminino e 16.432 para o sexo masculino.
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

Fonte: Ministério da Saúde (2018).

Quando se trata de adolescentes, o Ministério da Saúde (2018) aponta que 76.716 mil (92,4%) das vítimas eram do sexo feminino, enquanto 6.344 mil (7,6%) das notificações as vítimas eram do sexo masculino. Sendo que, desse total, 56.320 mil (67,8%) estavam entre a faixa etária de dez a 14 anos. Os casos envolvendo adolescentes do sexo feminino entre dez e 14 anos corresponderam a 51.206 mil (67,1%) das notificações; os casos nos quais as vítimas eram do sexo masculino na faixa etária de dez a 14 anos totalizaram 4.814 mil (75,9%) das notificações.

Na Região Norte, foram notificadas 18.185 mil (21,9 %) dos casos ocorridos com adolescentes de ambos os sexos. Sendo que desse total, 17.319 mil casos notificados às vítimas eram adolescentes do sexo feminino entre dez e 14 anos; e 866 eram vítimas do sexo masculino entre dez e 14 anos, como aponta o boletim epidemiológico (Figura 5).

Figura 5 - Imagem extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (características sociodemográficas de adolescentes vítimas de violência sexual)

Características	Adolescente (n=83.068) ^a					
	Total		Feminino (n=76.716)		Masculino (n=6.344)	
	n	%	n	%	n	%
Idade						
10 a 14	56.320	67,8	51.506	67,1	4.814	75,9
15 a 19	26.740	32,2	25.210	32,9	1.530	24,1
Raça/cor						
Branca	27.014	32,5	24.741	32,3	2.273	35,8
Negra	46.128	55,5	42.961	56,0	3.167	49,9
Amarela	609	0,7	580	0,8	29	0,5
Indígena	928	1,1	899	1,2	29	0,5
Ignorada	8.381	10,1	7.535	9,8	846	13,3
Deficiência/transtorno						
Sim	5.900	7,1	4.820	6,3	1.080	17,0
Não	67.824	81,7	63.460	82,7	4.364	68,8
Não se aplica	24	0,0	20	0,0	4	0,1
Ignorado	9.312	11,2	8.416	11,0	896	14,1
Região de residência						
Norte	18.185	21,9	17.319	22,6	866	13,7
Nordeste	14.716	17,7	13.829	18,0	887	14,0
Sudeste	26.682	32,1	24.081	31,4	2.601	41,0
Sul	15.583	18,8	14.093	18,4	1.490	23,5
Centro-Oeste	7.864	9,5	7.364	9,6	500	7,9
Ignorada	30	-	30	-	-	-

a. Foram identificadas oito adolescentes com sexo ignorado.
 Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

Fonte: Ministério da Saúde (2018).

Os dados apontam (Figura 6) que 33.030 mil (39,8%) das notificações de violência sexual contra adolescentes já ocorreram outras vezes. Deste total, 30.474 mil (39,7 %) ocorreram com adolescentes do sexo feminino; e 2.556 mil (40,3 %) casos notificados ocorreram com adolescentes do sexo masculino. E que os principais locais de ocorrência mais registrados foram na residência (total de 48.363 mil - 58,2% dos casos); em via pública (total de 11.509 mil - 13,9% dos casos); e na escola (total de 1.149 mil - 1,4% dos casos). Os tipos de violência mais denunciados foram Estupro (total de 67.523 mil - 70,4% dos casos), assédio sexual (total de 67.523 mil - 19,9% dos casos) e exploração sexual (total de 3.427 mil - 3,6% dos casos).

Figura 6 - Imagem extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (características da violência sexual contra adolescentes).

Características	Adolescente (n=83.068) ^a					
	Total		Feminino (n=76.716)		Masculino (n=6.344)	
	n	%	n	%	n	%
Ocorreu outras vezes						
Sim	33.030	39,8	30.474	39,7	2.556	40,3
Não	35.859	43,2	33.585	43,8	2.274	35,8
Ignorado	14.171	17,1	12.657	16,5	1.514	23,9
Local de ocorrência						
Residência	48.363	58,2	45.061	58,7	3.302	52,0
Habitação coletiva	715	0,9	563	0,7	152	2,4
Escola	1.149	1,4	889	1,2	260	4,1
Local de prática esportiva	464	0,6	397	0,5	67	1,1
Bar ou similar	772	0,9	730	1,0	42	0,7
Via pública	11.509	13,9	10.783	14,1	726	11,4
Comércio/serviços	1.050	1,3	936	1,2	114	1,8
Indústrias/construção	339	0,4	323	0,4	16	0,3
Outros	9.256	11,1	8.322	10,8	934	14,7
Ignorado	9.443	11,4	8.712	11,4	731	11,5
Tipo de violência sexual^b						
Assédio sexual	19.121	19,9	17.363	19,6	1.758	23,2
Estupro	67.523	70,4	62.658	70,9	4.865	64,2
Pornografia infantil	1.884	2,0	1.592	1,8	292	3,9
Exploração sexual	3.427	3,6	3.045	3,4	382	5,0
Outros	3.990	4,2	3.709	4,2	281	3,7

a. Foram identificadas oito adolescentes com sexo ignorado.
b. Variável com possibilidade de múltipla escolha. No total, foram identificadas 95.945 respostas, sendo 88.367 para o sexo feminino e 7.578 para o sexo masculino.
Fonte: Sinan/Ministério da Saúde. As bases de 2015 e 2016 podem sofrer alterações. A base de 2017 foi extraída em janeiro de 2018.

Fonte: Ministério da Saúde (2018).

Analisando os dados estatísticos apresentados anteriormente sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no país, torna-se, mais uma vez, evidente a

necessidade e a urgência de se desenvolver ações de enfrentamento a fim de diminuir a ocorrência desse fenômeno no Brasil. Uma das possibilidades de ações pode se dá através da formação de professores da educação básica e/ou através de estudos e pesquisas de caráter interventor que tenham foco em estudar este fenômeno e suas formas de enfrentamento.

É importante destacar que o fenômeno da violência sexual, perpassa a violência de gênero, pois as vítimas mais frequentes são meninas, e este é mais um aspecto por onde podemos identificar a influência da cultura machista e autoritária na violência sexual. Quando as vítimas são meninas, o machismo estrutural e a cultura do patriarcado fazem com que as violações sejam desqualificadas, a sociedade banaliza e naturaliza essas relações sexuais e, por isso, muitas vezes, fica impune.

Contudo, o Guia escolar (2011) alerta que apesar da maioria dos casos denunciados serem de crianças e adolescentes do sexo feminino não devemos minimizar a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo masculino, visto que os números de denúncias crescem à medida que as campanhas pró-notificação aumentam em favor da superação de tabus de gênero.

Alguns dos dados estatísticos apresentados parecem ser diferentes do número total de denúncias, porém precisamos considerar as complexidades do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, a exemplo, um caso pode conjugar mais de um tipo de violência sofrida, uma única denúncia do caso pode envolver várias vítimas ou mais de um violador, entre outros aspectos que envolvem a dinâmica desta problemática.

Ressalto a importância da denúncia como estratégia de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Sabemos que os números de casos são superiores aos que foram apresentados, porém são essas denúncias que ajudam a romper o pacto do silêncio que permeia a dinâmica da violência sexual contra crianças e adolescentes, dessa forma, possibilitando que sejam pensadas estratégias e ações de enfrentamento.

Diante do exposto, a escola se constitui como um *lócus* privilegiado para ações de enfrentamento de violência dessa natureza, pois, se considera que este espaço tem como um dos seus objetivos promover a cidadania e desenvolver uma cultura de

prevenção contra esse tipo de violência para a garantia da qualidade de vida dos seus alunos.

Nesse sentido, professores, diretores e coordenadores assumem um papel de protagonistas no que diz respeito a notificar casos suspeitos ou confirmados de violência sexual. Por isso, apresentaremos na próxima subseção alguns apontamentos com relação ao papel da escola básica no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

2.3 A escola básica e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

A rede de proteção contra crianças e adolescentes é formada e articulada com a participação de várias instituições que atuam na proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes. A escola básica é uma das instituições que fazem parte dessa rede de proteção e tem papel fundamental no fortalecimento de ações que visam à prevenção da violência sexual, bem como outros tipos de violências.

A participação da escola no enfrentamento às diversas violências, além de ser uma responsabilidade social é, também, uma proposição no âmbito legal que precisa ser cumprida. O ECA, no artigo 70, preconiza que “é dever de todos prevenir a ocorrência da ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”, nesse caso, identificar e denunciar casos confirmados ou suspeitos de violência contra crianças e adolescentes é também responsabilidade da escola, e, em especial, do professor. De acordo com o mesmo estatuto no seu art. 245:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena: multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990, Art. 245, s/p).

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394/1996), em seu Título segundo “Dos princípios e fins da Educação Nacional”, no artigo segundo diz:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, **tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, Art. 2, s/p, grifo nosso).

Nesse estudo, compreendo que o pleno desenvolvimento do aluno não está só atrelado a apenas desenvolvimento cognitivo, mas também ao seu crescimento nos diferentes aspectos, sejam eles físicos, biológicos, culturais, psicológicos, sexuais e sociais, como sujeitos de direitos em condição de desenvolvimento peculiar e que estão inseridos dentro de uma realidade social, onde, a escola faz parte dessa realidade.

Os direitos de crianças e adolescentes a terem seu pleno desenvolvimento também estão contidos na resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 que Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Logo, no artigo primeiro, é colocada como função da educação básica:

A presente Resolução define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, **baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso [...]** (BRASIL, 2010, Art. 1, p. 01, grifo nosso).

O pleno desenvolvimento está associado, também, a dimensão do cuidado como é colocado por essa diretriz no art.6º cuja centralidade é a pessoa em desenvolvimento:

Na Educação Básica, é necessário considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana (BRASIL, 2010, p.6).

Dessa forma, a educação se mostra também como uma prática de efetivação e ampliação dos direitos humanos, por isso compreende-se que a escola básica não possui apenas a função de instrução, contudo tem também o papel de educar e cuidar, elementos indissociáveis para a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Brino e Williams (2003) enfatizam que a escola é um espaço ideal para a prevenção, intervenção e enfrentamento da VSCCA, pois um dos seus objetivos visa à qualidade de vida de seus alunos e à promoção da cidadania. Nesse sentido, entende-se a prevenção para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes como uma das funções sociais da escola básica.

Para Francischini e Neto (2007), a escola é entendida como ponto de partida para uma possível mudança na cultura de prevenção contra a violência sexual, já que esta configura-se como uma das instituições mais participantes na vida das crianças e adolescentes e, portanto, deve tomar medidas protetivas e preventivas em relação à segurança destes sujeitos.

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCCA) evidencia a importância da escola na participação do enfrentamento à VSCCA, pois, neste documento, são apontadas ações que envolvem a instituição escolar, como forma de assegurar e informar crianças e adolescentes sobre seus direitos. O eixo estratégico intitulado “Prevenção” reconhece a importância da prevenção e destaca o papel da escola:

[...] os indicadores para o eixo de Prevenção deve-se considerar o envolvimento das diferentes mídias em campanhas de mobilização e prevenção da violência sexual; a qualificação das campanhas de prevenção; o fortalecimento da rede familiar e comunitária e a inserção das escolas em ações de prevenção (BRASIL, 2013, p. 31).

O plano define que a função da instituição escolar é de promover atividades que façam com que a criança ou o adolescente conheçam os seus direitos. Diante disso, a escola se torna ferramenta auxiliar no combate à violência sexual por meio de dinâmicas que proporcionem a discussão e orientação da família e da própria

criança ou adolescente, objetivando a prevenção das várias formas de violência, principalmente em relação à violência sexual.

Assim se faz necessário que a escola esteja preparada para identificar sinais de violência sexual, e, dessa forma, contribuindo para que a integridade da criança e do adolescente seja garantida, tomando as devidas precauções suspeitos ou confirmados, bem como realizando os encaminhamentos necessários.

Diretores, professores e orientadores pedagógicos devem estar atentos para as situações de vulnerabilidade e sobretudo para com a violência sexual a que os alunos possam estar sendo submetidos ou que estejam vivendo. É fundamental que a escola consiga, por exemplo, reconhecer sinais de maus-tratos nas crianças e nos adolescentes. E não se trata apenas de observar as marcas físicas. Os estudos têm demonstrado que, quando uma criança sofre esse tipo de violência, ela, de alguma maneira, "conta" o que aconteceu (ROCHA; LEMOS; LIRIO, 2011, p. 281).

Um instrumento que pode auxiliar a comunidade escolar a atuar no enfrentamento desse fenômeno é o Guia Escolar (2011). Nele vem um conjunto de conhecimento teóricos e práticos que auxiliam na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Este material sugere algumas ações para trabalhar com a comunidade no combate da violência sexual contra crianças e adolescentes, são elas:

Elaboração de um pacto comunitário de fortalecimento dos laços entre as famílias, a escola e os estudantes visando debater sobre proteção x liberdade.

- Finalidades sociais da escola e da educação: Qual é a missão da escola? E do professor?
- Competência ética e compromisso político: O que é ético na escola? Como são construídas as relações? O que é a democracia na comunidade escolar?
- Educação para os direitos humanos: defesa, respeito e promoção.
- O descompasso entre os avanços no plano jurídico-institucional e a realidade concreta da efetivação dos direitos.
- Educação para a cultura democrática: promoção da cultura cidadã e reparação das violações.
- Identificação dos problemas (diagnóstico) da comunidade e da sociedade, as vocações, os atores e suas possibilidades diante dos problemas.
- Elaboração de um fórum de discussão para desenvolver estratégias comuns (ações e agenda).
- Abordagem fundamentada nos avanços conquistados no campo da legislação e políticas desenvolvidas por governos e organismos internacionais (BRASIL, 2011, p. 207).

Observe que nestas ações, a escola é vista como protagonista no combate à violência sexual. O Guia Escolar visa ajudar a escola e os profissionais a identificar e lidar com as problemáticas do abuso sexual e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, justamente para que a instituição tenha papel ativo na rede de proteção de crianças e adolescentes.

É importante que o contexto escolar trabalhe com a inclusão de conteúdos referentes à educação sexual, orientação sexual e sexualidade, pois crianças e adolescentes vivenciam nesse espaço diversas formas de se relacionar e a escola, por ser um espaço formal de educação que transmite saberes sistematizados, pode promover a aproximação destas crianças e adolescentes com as referidas temáticas, além de identificar e notificar casos de violência sexual.

O guia escolar propõe que “os direitos sexuais devem ser ensinados a crianças e adolescentes para que seu desenvolvimento seja saudável e integral” (BRASIL, 2011, p. 17), ou seja, incluir no currículo escolar o tema sobre direito sexual de crianças e adolescentes rompe com tabus sobre o tema da sexualidade e contribui para que sejam disseminados conhecimentos que os auxiliem na prevenção de violência sexual.

Sobre isso, o art. 26 da LDB, parágrafo nono, institui que:

Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) (BRASIL, 1996, Art.26, § 9º, s/p).

A escola básica, como espaço que atende crianças e adolescentes, os quais são o público-alvo da violência sexual, ao criar para seu currículo estratégias para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes e aplicá-la através das suas atividades e propostas pedagógicas, cria, conseqüentemente, uma cultura de prevenção no seu espaço e contribui para o desenvolvimento saudável da sexualidade dos sujeitos.

Trabalhar a prevenção contra violência sexual na escola também está disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que podem ser utilizados pelos professores para compreender como a temática da violência sexual pode ser inserida no currículo da escola, pois, de acordo com esse documento, a orientação sexual dentre a sua finalidade tem como foco a prevenção de abuso sexual de crianças e adolescentes, promovendo a apropriação do seu corpo e a tomada de consciência sobre ele e sobre quem tem a permissão de tocá-lo (BRASIL, 1997).

Segundo a Rede Estadual de Combate da Exploração Sexual de Crianças e adolescentes do Estado de Pernambuco, para a criança desenvolver a sua sexualidade de modo saudável, ela precisa adquirir determinadas competências como estratégia para se prevenir contra a violência sexual. Por isto, a rede recomenda que as crianças ou os adolescentes adquiram três tipos de competências: a capacidade de desenvolver vínculos de amor, a capacidade de iniciar e manter um relacionamento social e a capacidade desenvolver boa relação com o próprio corpo.

Sobre a capacidade de amar de uma criança ou adolescente, o Guia Escolar explica que a capacidade de uma pessoa criar uma relação ou vínculo afetivo com a outra se desenvolve nos primeiros anos de vida. “Crianças bem tratadas, criadas em ambiente de segurança e confiança, crescem sentindo-se dignas e aprendem a retribuir o afeto. Nesses primeiros anos, a boa relação com os pais ou pessoas próximas é fundamental” (BRASIL, 2011, p. 201).

Durante a infância, a criança possui capacidade de interação social, esta pode se desenvolver em maior ou menor grau entre os diferentes tipos de relacionamento. Diante disso, com relação à capacidade de iniciar e manter um relacionamento social, o Guia Escolar (2011, p. 01) diz que “o relacionamento sexual é uma categoria de relacionamento social e também será influenciado pela forma como as questões relativas ao sexo forem tratadas durante o crescimento”.

A capacidade da criança ou do adolescente criar uma relação com o próprio corpo se dá quando ele começa a admirar e respeitar o próprio corpo durante o seu processo de desenvolvimento, assim, tendo um crescimento saudável sem limitações, preconceitos ou violação de direitos sexuais. A criança e/ou o adolescente bem orientados estarão mais atentos a possíveis atos que atentem contra seu direito ao desenvolvimento sexual saudável.

No que diz respeito a esse tipo de ação educativa, entende-se que:

O trabalho de Orientação Sexual compreende a ação da escola como complementar à educação dada pela família. Assim, a escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a Orientação Sexual incluída na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores do trabalho. No diálogo entre a escola e as famílias, pretende-se que a sexualidade deixe de ser tabu e, ao ser objeto de discussão na escola, possibilite a troca de ideias entre esta e as famílias. O apoio dos pais aos trabalhos desenvolvidos com os alunos é um aliado importante para o êxito da Orientação Sexual na escola (BRASIL, 1998, p.16).

Esse trabalho deve ser mediado pela escola com a família. Essa atividade colaborativa entre a escola, os pais e responsáveis é fator preponderante para combater qualquer tipo de violência sexual. Contudo, para que essa colaboração ocorra é preciso que a escola tenha iniciativa para chamar os responsáveis e dialogar sobre tal assunto, quebrando com a visão da escola que exclui ou permite minimamente a atuação desses sujeitos nas atividades cotidianas da instituição.

Para Santos, Costa e Granjeiro (2010), trabalhar com os membros da família a respeito das medidas necessárias e assegurar o direito e a proteção das crianças e adolescentes tanto no âmbito escolar como no não escolar requer mais do que planejamentos, exige ações complementares de assistência social. Isso implica em conhecer a realidade em que a criança ou adolescente se encontra e como tem convivido com seus familiares, alertar a família sobre possíveis situações em que a criança possa tornar-se vulnerável a possíveis abusos, tanto na esfera intrafamiliar como na extrafamiliar.

É importante sensibilizá-los em caso de ocorrências dentro do contexto familiar, para que estes entendam que ao esconder o abuso, será extremamente prejudicial para o desenvolvimento integral da vítima, pois, além do violador não ser punido pelo crime cometido, ainda poderá cometer outra vez o ato de violência sexual.

Os agentes da educação podem fazer um trabalho de sensibilização com os pais e responsáveis para que o mesmo ambiente criado dentro da escola possa permanecer em casa.

Acreditamos que a escola deve e pode ser uma parceira de peso de todas as pessoas comprometidas com a luta contra a violência sexual. Ela deve e pode ajudar a romper o pacto de silêncio que ronda os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Sua ação é de extrema relevância, tanto no movimento pela prevenção do problema - ajudando as crianças e suas famílias a lidarem de forma consciente com a sexualidade -, como também no combate, auxiliando quem sofre essas agressões a ter um atendimento adequado para que volte a ter uma vida mais saudável e feliz (ROCHA; LEMOS; LIRIO, 2011, p. 282).

Sabe-se que a maioria das ocorrências de violência sexual ocorre dentro do ambiente familiar, por isso é primordial alertar as famílias sobre as consequências desse tipo de violência contra seus filhos. A participação dos responsáveis visa interromper o ciclo de violência, desta forma superar as marcas ocasionadas e sensibilizá-los em relação à defesa das crianças e adolescentes.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma problemática que só é possível de ser enfrentada quando se há uma articulação conjunta de diversos setores da sociedade. Nesse sentido, as ações de enfrentamento não podem ser isoladas umas das outras, é preciso fortalecer a rede de proteção social e implementar ações coletivas que visem ao combate desta problemática social.

A Rede de Proteção de crianças e adolescentes é o conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais, articulado e construído com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infanto-juvenil (FALEIROS, V.; FALEIROS, E., 2007, p. 77).

Para se construir uma cultura de prevenção na escola, é necessário articular ações com instituições que fazem parte dessa rede de proteção através de oficinas, debates, filmes que proporcionariam o conhecimento sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e comunidade.

É importante ressaltar que, ao considerar a escola uma instituição protagonista no enfrentamento à VSCCA, não quer dizer que ela esteja isenta de oferecer certos riscos a estes sujeitos, pois até em instituições que oferecem atendimento a crianças e adolescentes estão sujeitas às práticas de crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Diante disso, qualquer membro da comunidade pode ser aliado no combate da violência sexual, e isto exige que eles tenham consciência de que a criança ou o adolescente, quando relatam algum sintoma ou eventual abuso, deve ser levada a sério, pois dificilmente a vítima irá inventar uma história para se beneficiar da situação.

Sabemos o quanto a sociedade, por sua construção histórica, torna-se cruel, machista e homofóbica, por isso, o papel da escola não é apenas o de prevenir e identificar casos suspeitos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes. A escola deve incluir as crianças vítimas desta violência que são tidas como “diferentes” ou “rejeitadas”, pois o modo como essas crianças e adolescentes é visto no ambiente escolar, muitas vezes, as tiram de sua condição de vítima (MIRANDA, 2016).

Diante do exposto, a escola como espaço de socialização, no qual a criança e o adolescente passam boa parte do seu dia, precisa criar condições para a inclusão das vítimas da violência sexual. E essa tarefa só pode ser cumprida quando a escola adquirir a consciência de que possui uma responsabilidade social ampliada nestes casos, e se mobiliza para que as suas atividades de prevenção possibilitem que crianças e adolescentes tenham entendimento dos seus direitos, assim, colocando na sua prática educacional o princípio da proteção integral.

No entanto, para que essas ações tenham sustentabilidade e eficácia, é necessário que sejam criadas políticas educacionais que garantam que seja trabalhado o tema do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no cotidiano da escola, como reação à violação de direitos humanos, inclusive ao direito de desfrutar da infância e/ou adolescência como fases de desenvolvimento e descobertas, tanto cognitivas quanto sociais, as quais muitas vezes são interrompidas pela violência sexual e suas consequências.

A formação de diretores, coordenadores, professores e comunidade escolar para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes possibilita que estes possam identificar casos suspeitos e encaminhá-los para os órgãos responsáveis na defesa dos direitos das vítimas desse tipo de violência.

Crianças ou adolescentes são vítimas não só da violação sexual que deixam marcas físicas e psicológicas para o resto de suas vidas, mas também dos preconceitos que são gerados na sociedade e dentro da escola após a denúncia desse

tipo de violação, daí a importância da escola básica em promover atividades de sensibilização e formação neste espaço.

2.4 A formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva do desenvolvimento profissional docente

Nessa subseção, parto do pressuposto de que a formação de professores não acaba em si mesma após a formação inicial, mas é concebida como um processo contínuo e, por isso, fundamental a sua formação continuada, visto que o atual cenário de mudanças históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas, no qual a escola básica passa cotidianamente por um processo de inovação, demandam funções que estão além da instrução de pessoas e a transmissão de saberes sistemáticos.

Nesse processo de mudanças no contexto escolar, o professor passa a ser visto como um principal (não o único) agente de transformação, logo, faz-se urgente pensar em uma formação na qual esses profissionais tenham as reflexões sobre suas próprias práticas, uma formação articulada com os conhecimentos da teoria e da prática, de forma que os docentes se sintam capacitados para intervir na sua realidade.

No âmbito das políticas educacionais, o professor é visto como protagonista no processo educacional e a formação de professores como uma forma de melhoria da qualidade da educação aliada à valorização profissional docente. De acordo com a LDBN 9.394/96, em seu artigo sessenta e sete inciso segundo:

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; (BRASIL, 1996. Art. 77, s/p)

Porém, a maioria dos cursos de formação de professores da educação básica centra os seus processos formativos em aspectos que não contribuem com estes

profissionais para lidarem com as novas demandas do exercício da docência: o primeiro é o esvaziamento total de teorias e a ideia de que o professor é apenas um ser prático e, portanto, precisa priorizar conhecimentos do saber-fazer; o segundo aspecto já envolve uma formação com o preenchimento de teorias descontextualizadas e desarticuladas do cotidiano da prática docente.

Imbernón (2009) diz que a formação não pode ser unicamente baseada na racionalidade técnica e/ou apenas transmissora de teorias científicas, mas aliada à realidade que o professor enfrenta cotidianamente para ser, de fato, uma atividade que contribua efetivamente com sua prática:

Paradoxalmente, há muita formação e poucas mudanças. Talvez seja porque ainda predominem políticas formadoras que praticam com anímo e entusiasmo uma formação transmissora e uniforme, com o predomínio de uma teoria descontextualizada, válida para todos, estejam onde estiverem, distantes dos problemas práticos reais [...] a formação deve aproximar-se à escola e a partir das situações problemáticas dos professores (IMBERNÓN, 2009, p. 35).

As formações devem ser um espaço de reflexão crítica sobre a realidade. Esse processo reflexivo deve ser coletivo e permanente sobre as próprias práticas, onde possa ser possibilitado o desenvolvimento de atitudes colaboração entre os pares para solucionar as problemáticas enfrentadas no cotidiano da escola.

Diante disso, sabemos que na escola básica existem problemas sociais que surgem para além do contexto educacional/escolar, então, percebemos a importância da busca por formação permanente como forma de nos reconhecermos enquanto sujeitos inacabados e que precisamos sempre buscar e produzir novos conhecimentos. Freire (1996, p. 55) afirma que a:

inconclusão que se reconhece a si mesma implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca. Histórico-sócio-culturais, mulheres e homens nos tornamos seres em que a curiosidade, ultrapassando os limites que lhe são peculiares no domínio vital, se torna fundante da produção do conhecimento.

Diante desse cenário, alguns pesquisadores (LIBÂNEO; PIMENTA, 1999; GARCIA, 2009; IMBERNÓN, 2010; NÓVOA, 2015) discutem o processo de formação

docente como algo permanente em todas as fases da vida pessoal e profissional, baseada em reflexões críticas sobre a própria prática, com vistas na superação da distância entre os conhecimentos produzidos pela pesquisa educacional (universidade) e a prática docente cotidiana (escola/professores). Estes intelectuais centram os seus estudos no conceito de desenvolvimento profissional docente.

Segundo Garcia (2009, p. 7), a formação é “um processo a longo prazo, na qual se integram diferentes tipos de oportunidades e experiências planejadas sistematicamente para promover o crescimento e o desenvolvimento profissional”. Para Nóvoa (2015), a formação pode ser compreendida como um *continuum* do desenvolvimento profissional de docentes, a qual é formada por três fases: formação inicial, indução profissional e formação continuada. Já Libâneo e Pimenta (1999, p. 260) acrescentam que “o desenvolvimento profissional envolve formação inicial e contínua articuladas a um processo de valorização identitária e profissional dos professores”.

Corroborando com estas definições, Imbérnon (2010) entende o processo de formação como um contínuo de desenvolvimento profissional, que está presente em vários momentos de formação da vida desde a experiência escolar. E que, para além da aprendizagem da docência ou do aperfeiçoamento, engloba fatores como carreira docente, salário, estruturas hierárquicas, a demanda do mercado de trabalho, etc.

Até a década de 1990, promovia-se, no País, uma formação de professores voltada para a questão técnica e política do trabalho pedagógico, para o método e o conhecimento teórico do conteúdo, restringindo-se a ações de aperfeiçoamento dos conteúdos e técnicas de ensino, desenvolvidas em palestras, seminários, oficinas, isto é, eventos pontuais e descontínuos, desvinculados da prática docente (URZETTA; CUNHA, 2013, p. 844).

Essa concepção de desenvolvimento profissional docente exclui a ideia de que no processo de formação professores são apenas executores de orientações e decisões alheias, mas concebe estes profissionais como capazes de evoluírem continuamente e de decidirem e inferirem, coletivamente ou individualmente, sobre as suas próprias práticas e teorias que as orientam no cotidiano escolar.

Libâneo e Pimenta (1999) dizem que o desenvolvimento profissional só é possível e passível de acontecer diante do confronto que os professores fazem de

suas ações cotidianas com as produções científicas, pela pesquisa da prática e as novas produções de conhecimentos, pois as transformações das práticas docentes só se concretizam quando professores ampliam a sua consciência sobre as próprias práticas que conseqüentemente pressupõe conhecimentos teóricos e críticas sobre a realidade.

Candau (2007) faz uma crítica ao tipo de concepção que é empregada nos programas de formação continuada, onde ainda há o predomínio da dicotomia entre prática e teoria. De acordo com esses programas, a universidade é tida como a produtora de conhecimento e os professores da escola básica aqueles que executam na prática.

Os professores possuem conhecimentos e saberes específicos que são articulados, mobilizados, produzidos e utilizados durante as suas tarefas cotidianas, por isso, propor uma formação que também leve em conta as subjetividades dos docentes, é positiva, visto que esse tipo de formação tem como uma das características a reflexão do professor sobre a sua prática e outras práticas escolares (TARDIF, 2014).

Ferry (1991 apud Garcia, 1999) diz que a produção de conhecimento envolve três dimensões no campo da formação de professores: é uma formação dupla que combina uma formação tanto no campo pedagógico quanto no campo acadêmico; ser compreendida como uma formação profissional; e ser uma formação de formadores que articule a formação de professores e sua prática profissional que contribua para a construção da identidade profissional do professor.

Neste estudo adotamos a formação na perspectiva do desenvolvimento profissional, que visa capacitar professores para realizar análises sobre as estruturas hierárquicas e o contexto no qual estão inseridas as suas práticas cotidianas. Um processo de formação que permite que os docentes mobilizem conhecimentos tanto da teoria quanto da prática.

Imbernón (2010, p. 52) diz que “uma formação deve propor um processo que dote professor de conhecimentos, habilidades e atitudes para criar profissionais reflexivos ou investigadores”. Nesse sentido, uma formação de professores reflexivos (sobre si, sobre o processo de formação e sobre o mundo) é uma das possibilidades de atender às novas demandas do exercício da docência.

Trevizan (2008, p. 31) diz:

Assim, a intenção de preparar o professor, não apenas para o exercício técnico-pedagógico, com seus saberes pedagógico e curriculares, mas também para desempenhar um papel ativo de investigador do fenômeno educativo adquire força (e luz!), uma vez que investigar a escola e, por conseguinte, a sala de aula, é enxergá-las em uma relação complexa de independência, necessitando [o professor] de saberes cada vez mais completos.

Ou seja, os professores precisam desenvolver uma capacidade, não só a capacidade de reflexão em si, mas a de mobilizar conhecimentos que os capacitem para investigar as suas próprias experiências, e, a partir disso, transformarem de fato as suas atividades docentes dentro do contexto histórico, social, cultural e estrutural em que se encontram.

Um processo de formação baseada na perspectiva do desenvolvimento profissional docente deve criar condições para que professores elaborem soluções que respondam a problemáticas com as quais eles se deparam no cotidiano da prática docente, e, dessa forma, permitindo que sejam criadas também novas formas de agir e pensar diante dos fenômenos educativos e sociais que estão presentes no contexto escolar, como é o caso da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A formação de professores para lidar com esse fenômeno tem sido um dos grandes desafios do enfrentamento. Os professores necessitam de um processo de formação com base na reflexão crítica, para conseguirem elaborar projetos e ações que visem à inserção da temática no planejamento escolar, para preencher lacunas da formação inicial, com temas que não foram discutidos anteriormente, como a sexualidade, a educação sexual ou os direitos humanos (BRASIL, 2011).

Inoue e Ristum (2008) afirmam que a escola é local ideal para a identificação desse tipo de violência, interrompendo o impacto negativo sobre as crianças e adolescentes, e que os professores podem contribuir para romper o ciclo da violência quando efetivam as notificações. Para isso, faz-se necessário criar condições para que este profissional conheça o fenômeno e saiba como enfrentá-lo.

A pesquisa de Brino e Williams (2003) evidencia que 44% dos casos de abuso sexual, o professor é a primeira pessoa a saber do relato pela vítima, o que demonstra

o importante papel do professor nas notificações de casos de violência sexual, pois ele, em grande parte das ocorrências, é o primeiro profissional que pode auxiliar a romper o silêncio que está presente na maioria dos casos. Isto aponta que “devemos lembrar a importância do lugar ocupado pelos profissionais da educação como agentes protetores às (aos) adolescentes violentados sexualmente, por atuarem no sentido de acolhimento” (SANTOS, 2011, p. 37).

A formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das condições primordiais para se criar uma cultura de prevenção contra esse tipo de violação no ambiente escolar. Os professores precisam estar atentos a todos os sinais, e desenvolver a capacidade de ouvir crianças e adolescentes e de ajudá-los a enfrentar estas situações, sem qualquer preconceito.

Além de estarem preparados para captar essas pistas, nem sempre tão óbvias, os educadores precisam estar capacitados para lidar com a criança e suas famílias. Estabelecer uma relação de confiança com a criança ou o adolescente, sem preconceitos e moralismos, é um desafio para esses profissionais (ROCHA; LEMOS; LIRIO, 2011, p. 282).

Os investimentos públicos na formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes foram poucos até agora, porém fundamentais para se discutir como tem se dado a aquisição e a produção de conhecimentos docentes sobre esse fenômeno na prática docente.

Algumas políticas públicas tiveram como objetivo capacitar, sensibilizar e disseminar conhecimentos sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes para profissionais da educação básica, entre elas:

- Em 2004, o projeto Escola que Protege foi criado como uma estratégia de formação continuada voltada para os profissionais da educação básica, com o objetivo de efetivar e a atuação desses profissionais na rede de proteção de crianças e adolescentes e para o enfrentamento à violação dos seus direitos. Entre um dos seus objetivos, estava o de capacitar profissionais da educação para atuar e prevenir, no âmbito, escolar o abuso sexual e a exploração sexual comercial.

- O Guia Escolar no ano de 2004 que possui uma atualização do ano de 2011. Este material didático possibilita informações acessíveis sobre a referida temática que subsidiam ações preventivas no âmbito educacional.

Das duas políticas apresentadas acima, a mais recente tem aproximadamente nove anos, isso demonstra que a necessidade de se criarem políticas públicas e políticas educacionais para que de fato sejam efetivadas ações de formação de professores para o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes é urgente, visto que este fenômeno está presente no cotidiano da prática docente e da escola básica, espaço este que deve ter maior atenção sobre a problemática.

Landini (2011) afirma que é necessário preparar a escola para lidar com situações reais de violência sexual, por isso os docentes precisam estar inclusos em uma prática que seja sistematizada, planejada, fundamentada e consciente. Porém, isso não ocorre se a formação for baseada no princípio apenas técnico, visando o professor como um executor de atividades. É necessário que essa formação seja oriunda de um processo de reflexão crítica sobre esse fenômeno com vista de enfrentá-lo de forma contextualizada nas atividades educativas.

A partir de formações que tenham como perspectiva o desenvolvimento profissional docente, baseadas nas reflexões sobre a própria prática docente, conhecimentos, professores podem se tornar agentes fundamentais no que tange à identificação, ao acolhimento e à notificação de casos suspeitos e/ou confirmados de violência sexual contra crianças e adolescentes, e, principalmente na produção de conhecimentos sobre esse fenômeno.

Esse processo formativo, baseado na reflexão, pode contribuir com a desconstrução de várias concepções sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes baseadas no senso comum, visto que, de forma coletiva ou individual, eles refletem sobre a sua prática confrontando com os conhecimentos que estão postos pela teoria, além disso, eles podem mobilizar tantos os conhecimentos das teorias da educação quanto de ensino para desenvolverem ações mais conscientes com vistas na garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes.

3 CAMINHOS DA PESQUISA: DELINEANDO O MOVIMENTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA COLABORATIVA

Esta seção tem como objetivo apresentar as delimitações metodológicas adotadas neste estudo, tais como: a abordagem de pesquisa, o tipo de pesquisa que foi desenvolvido neste trabalho e os instrumentos utilizados para realizar a coleta e a análise de dados, bem como, o *lócus* e os sujeitos da pesquisa, o processo de investigação desenvolvido e o diagnóstico das necessidades formativas realizado com os professores.

3.1 Procedimentos metodológicos: a abordagem, a natureza e os instrumentos de coleta e a análise de dados

O objeto de estudo desta pesquisa tem como ponto central a produção de conhecimentos por parte de docentes da escola básica, a partir de uma formação continuada baseada em um processo de estudo e reflexão sobre a temática do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Este objeto faz parte de um fenômeno social que tem características bastante específicas.

A educação e a sociedade estão intrinsicamente ligadas, por isso, nestes espaços se manifestam fenômenos escolares, sociais e são expressos aspectos mais gerais do contexto sociopolítico, fazendo com que a escola, representada pelos seus diferentes sujeitos, possa contribuir para a transformação da realidade social.

E uma das funções do tipo de pesquisa que adotei foi a de possibilitar a compreensão de que a escola não é só um espaço de acúmulo e transmissão de saberes cognitivos, mas uma instituição que faz parte de uma realidade sócio-histórica e cultural, onde os seus sujeitos produzem conhecimento científico e podem intervir sobre os diversos fenômenos manifestados dentro ou fora do ambiente escolar.

A compreensão do processo de produção de conhecimento por parte dos docentes da escola básica não seria possível de acontecer se os dados fossem apenas quantificados, descritos e analisados de forma genérica, a partir de uma

metodologia calcada no princípio da racionalidade técnica, sem imersão e aprofundamento na realidade em que os sujeitos estão inseridos, e sem levar em consideração o acúmulo dos conhecimentos que estes possuem e carregam consigo para dentro do ambiente escolar.

Sendo assim, este estudo contempla aspectos e características da abordagem de pesquisa qualitativa em educação que:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2012, p. 22).

A pesquisa qualitativa traz um viés naturalista, pois os fenômenos sociais se manifestam na realidade e, portanto, faz-se necessário investigá-los na realidade. Além disso, os fenômenos são produzidos por pessoas e transformados por elas. No caso dessa pesquisa, investigamos o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A abordagem qualitativa se preocupa com aspectos da realidade e não com uma representatividade numérica, ou seja, tenta compreender o fenômeno em sua forma holística e não focar apenas em conceitos específicos, pois, dessa forma, o fenômeno é entendido como parte de uma realidade social (MINAYO, 2012).

Os pesquisadores que adotam pesquisas com abordagem qualitativa defendem que não há um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm suas especificidades, assim se contrapõem aos métodos quantitativos, pragmáticos e com ideias preconcebidas, e destacam a importância das interpretações dos eventos bem mais do que a interpretação do pesquisador.

Outra característica dos pesquisadores qualitativos é evidenciada na definição de Bogdan e Biklen (1994, p. 51):

Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências pelo ponto de vista do informador. O processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos.

Esta pesquisa tentou compreender e solucionar uma problemática enfrentada pelos professores no cotidiano da prática docente que é a violência sexual contra crianças e adolescentes e o seu enfrentamento no ambiente escolar, para tanto foram desenvolvidas atividades de formações que possibilitassem que os professores desenvolvessem habilidades para a identificação, estratégias de prevenção e combate deste fenômeno, e, dessa forma, a partir das suas próprias reflexões, intervissem em sua prática docente e na realidade escolar em que estão inseridos.

Alguns movimentos de investigação caracterizam as fases de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2012), existem três etapas que configuram o trabalho científico em pesquisa qualitativa, são elas: a fase exploratória; o trabalho de campo; e análise e tratamento do material empírico e documental.

Posto isso, iniciei o movimento de pesquisa no mês de junho de 2018 com uma pesquisa exploratória na E.E.E.F.M Profª Marta da Conceição, o *lócus* escolhido para desenvolver meu estudo. O objetivo da pesquisa exploratória inicial foi levantar dados e informações que subsidiassem e dessem relevância à escolha e definição do objeto de estudo desta pesquisa.

No dia 12 de junho de 2018, foi realizada uma apresentação na referida escola e foi estabelecido o primeiro contato com a direção escolar. Informalmente, ocorreu uma conversa a respeito da pesquisa colaborativa que pretendia desenvolver na instituição. Esse momento inicial foi o ponto de partida para a imersão no campo da pesquisa.

Nesse primeiro encontro, a diretora da escola se mostrou bem receptiva com a proposta de ser desenvolvida uma pesquisa em educação na instituição e dentemão já forneceu algumas informações a respeito das características da escola e sua estrutura. Foi possível, também, estabelecer uma aproximação com a direção, possibilitando desta forma, um contato de confiança e o retorno para uma reunião e para a realização de uma coleta de dados de caráter exploratório com a própria direção, na qual foram registradas as informações obtidas durante a conversa informal.

Para coletar os dados durante a pesquisa exploratória, utilizei como técnica de a entrevista semiestruturada. De acordo com Poupart (2008) esta técnica se constitui em uma porta de acesso às realidades sociais dos indivíduos, apostando na sua

capacidade de entrar com relação as outras técnicas de coleta de dados. A entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) permite combinar perguntas fechadas e abertas, e em que o entrevistado possa discorrer sobre um determinado tema em questão sem estar preso a indagação formulada (MINAYO, 2014).

Um dos fatores que motivaram a realizar uma entrevista com a direção da E.E.E.F.M “Prof^a. Marta da Conceição” foram, principalmente, os tramites burocráticos para a realização da pesquisa, pois, era preciso informar primeiro à pessoa responsável pela instituição a respeito da intenção de pesquisa que se pretendia desenvolver na escola, para, então, ter a autorização para coletar os dados em *lócus*. Partindo desse princípio, compreendi que a direção da escola poderia ser uma fonte de dados que subsidiaria as informações iniciais deste estudo.

Além desse fator, a escola já se encontrava em período de culminância das suas atividades do primeiro semestre de 2018, e o meu projeto de pesquisa ainda estava em construção, então, não havia muito tempo para buscar outras alternativas. E diante destas condições, na semana seguinte, foi realizada reunião com a diretora e, na mesma oportunidade, ocorreu a primeira coleta de dados desta investigação: a entrevista semiestruturada de caráter apenas exploratório.

Na entrevista realizada em junho de 2018, foram feitas perguntas a respeito da ocorrência de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes na escola; se a instituição desenvolvia algum projeto que envolvesse a temática; se os professores participavam ou participaram de alguma formação que tivesse como foco principal a prevenção contra esse tipo de violência; e se a direção possuía algum conhecimento sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Segundo informado pela diretora da escola, já havia ocorrido um caso confirmado de violência sexual há três anos, quando ela ainda era professora. Segundo informado, foi realizada a ocorrência e notificado para o conselho tutelar. A denúncia partiu das vítimas e a escola informou à família. Na atual gestão, que iniciou no ano de 2017, a diretora relatou que houve uma denúncia de um caso suspeito, que não foi confirmado posteriormente.

Com relação à formação para qualificar os professores para desenvolver ações de enfrentamento à violência sexual, a direção informou que os docentes sempre

participaram de rodas de conversa, seminários de integração, mas que eram eventos mais informativos do que formativos e não focavam na temática da violência sexual. Além disso, durante a entrevista, foi possível identificar que a direção da escola não possuía nenhum conhecimento sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual a nível nacional, estadual e local.

Além destas informações, durante a reunião com a diretora da escola, foi possível registrar dados sobre o perfil da escola, a dinâmica de funcionamento, informações sobre os professores que atuam na escola, os seus horários e a quantidade de alunos matriculados. Tais dados também subsidiaram a caracterização do *lócus* e nortearam a organização e planejamento de execução da pesquisa.

Realizei ainda uma análise documental, nesta técnica, são pesquisados documentos que podem ser desde leis e diretrizes a autobiografias. “A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38). Neste caso, o documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico (PPP) da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” do ano de 2018 fornecido pela diretora para a pesquisa. Destaco que essa foi a única versão e o único documento que meu estudo teve acesso.

Para Guba e Lincoln (1981, apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39), o uso dos documentos na pesquisa educacional apresenta uma série de vantagens: os documentos são uma fonte “estável e rica”, onde podemos ter acesso para consulta inúmeras vezes; representam uma fonte de informação “natural”, contextualiza de forma temporal e espacial; indica a necessidade de procurar informações que complementem a pesquisa por meio de outras técnicas de coletas de dados.

A leitura do PPP foi fundamental, para subsidiar a formulação do meu projeto de pesquisa, pois, confirmou que não existia nenhuma ação de formação de professores e/ou comunidade escolar para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes sendo desenvolvido na instituição e que a temática não estava inserida no currículo escolar.

Em um trecho na apresentação do documento está dito “almejam identificar na prática docente a formação do professor para a cidadania e a sua prática

pedagógica na preparação democrática do indivíduo no processo educacional [...]” (PPP, 2018, s/p). Apesar da formação de professores para o enfrentamento do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes também ser uma questão de promoção de cidadania, o referido trecho não deixou claro qual(is) temática(s) estavam sendo trabalhadas para que isso ocorresse.

Essa busca de informações para a caracterização do problema, do objeto, das questões de investigação, dos objetivos e do percurso metodológico se configurou no que chamamos de pesquisa exploratória que tem como objetivo principal, esclarecer e modificar os conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos para buscar maior familiaridade com a problemática a ser pesquisada (GIL, 1999).

Concomitante a pesquisa exploratória, foi realizado o mapeamento de teses e dissertações acerca do tema de estudo. Para o momento, utilizei quatro termos de busca já descritos na introdução, são eles: violência sexual contra crianças e adolescentes; enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes pela comunidade escolar; e a pesquisa colaborativa no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica por meio da leitura de obras publicadas de autores contemporâneos que discutem sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes nas diferentes áreas do conhecimento científico. As duas atividades culminaram na construção da seção teórica desta dissertação.

É importante enfatizar que os estudos acerca do tema “enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” ainda são um quantitativo pequeno, principalmente, quando se trata da área da educação, como foi evidenciado no levantamento realizado no portal de periódicos da CAPES e na busca por obras e referenciais teóricos sobre a referida temática, o que ratifica o cenário de poucas produções sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e aponta a urgência em se produzir novos conhecimentos sobre essa temática, principalmente na área da educação.

Após a pesquisa exploratória, iniciei a minha imersão no campo de pesquisa para coletar dados empíricos. O objeto de estudo e a abordagem escolhida para a

realização desse processo investigativo exige que o pesquisador esteja inserido dentro do contexto em que será estudado para que ele tenha a vivência que os sujeitos investigados na pesquisa possuem cotidianamente. Sobre isso, Bogdan e Biklen (1994, p. 48) destacam:

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registos oficiais, os investigadores querem saber como e em que circunstâncias é que eles foram elaborados. Quais as circunstâncias históricas e movimentos de que fazem parte? Para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado.

No mês de setembro de 2018, retornei ao *lócus* de pesquisa. Na oportunidade, entreguei o projeto de pesquisa finalizado com o intuito de apresentar os objetivos da pesquisa, bem como os instrumentos de coleta de dados para ciência da instituição, e também realizei a entrega dos documentos solicitando autorização para coletar os dados para a pesquisa na escola (APÊNDICE B).

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizei como estratégia de investigação a pesquisa de natureza colaborativa, baseada nos pressupostos de Desgagné (2007) e Ibiapina (2008; 2016) e outros autores que discutem esse tipo de metodologia. Estes autores definem a pesquisa colaborativa como uma pesquisa crítica voltada para resolução de problemas sociais, com destaque principalmente naqueles vivenciados dentro da escola, que motiva o professor a rever e repensar as suas práticas, e a transformá-la, um tipo de pesquisa que privilegia a coprodução de saberes, a formação, a reflexão e o desenvolvimento pessoal e profissional tanto dos pesquisadores, quanto dos professores participantes da pesquisa.

No caso desta pesquisa, a problemática na qual os sujeitos se deparam é o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes que se origina para além dos muros da escola. Diante disso, busquei possibilitar através da formação de professores que eles se percebam enquanto agentes fundamentais do enfrentamento a este tipo de violência, visando contribuir com a produção de conhecimentos desses docentes sobre essa temática e possíveis transformações das suas práticas docentes.

Desgagné (2007) aponta que a colaboração entre pesquisadores e docentes para a construção de conhecimentos referentes ao ensino, originou-se de uma constatação do distanciamento entre o mundo do exercício profissional e o da pesquisa que pretende elucidá-lo. Embasado nas reflexões de Gitlin (1990), o autor aponta que há mais de uma década esse distanciamento é comparado a um abismo entre a universidade e o meio escolar, com pouca relação entre a teoria e a prática, pois os conhecimentos produzidos a respeito do ensino pela academia não se mostraram eficientes ao ponto de influenciar nas ações dos professores para enfrentar a complexidade do cotidiano da prática educativa. Isso reforça a ideia de que a escola está aberta para receber a universidade, porém, não existe nenhum retorno da universidade para a escola.

As consequências disso tem sido a resistência das instituições escolares, em específico dos professores, em receber as pesquisas em educação que tem como foco a escola e a prática docente, além de perpetuar essa relação hierarquizada entre escola e universidade e reforçar a visão de que a escola é um lugar do senso comum (a prática pela prática) e a universidade é o lugar da ciência, por isso, a necessidade de se ter pesquisas que ajudem a solucionar os problemas reais do cotidiano escolar e que estabeleçam uma aproximação real entre os saberes acadêmico-científicos e o cotidiano da escola (DESGAGNÉ, 2007; IBIAPINA, 2016).

Posta essa realidade, à universidade é atribuído o papel de quem produz os saberes científicos e acadêmicos, e à escola a instituição que produz os saberes da prática cotidiana. Ibiapina (2016, p.35) diz que este tipo de relação “impede a comunicação entre esses mundos, entre esses agentes e as suas produções, bem como a expansão dos significados e sentidos produzidos na academia e na escola”.

Isso evidencia que há uma restrição na comunicação entre a escola e a universidade, tencionando as relações entre a academia e a prática docente, gerando uma ideia de superioridade da universidade sobre a escola e limitando a produção de conhecimento aos seus referidos contextos específicos.

A pesquisa colaborativa faz a aproximação de duas dimensões da pesquisa em educação, quais sejam: a produção de saberes e a formação de professores. E, por privilegiar a pesquisa e a formação, diminui a distância estabelecida entre a escola e a universidade, avançando no que diz respeito à produção de conhecimentos

existentes na academia e no meio escolar, rompendo com a dicotomia na relação entre teoria e prática, visto que aborda conhecimentos advindos das duas ordens.

Na década de 1980, as críticas contra o modelo tradicional de pesquisa começaram a imergir, e desta forma consolidaram-se no âmbito da educação as pesquisas que têm caráter de intervenção com o propósito de transformar a realidade da escola e da sua comunidade. As pesquisas passaram a adquirir uma intencionalidade emancipatória, nas quais os professores nesse processo começaram a ser vistos como agentes capazes de transformar tanto a sala de aula quanto a instituição escolar a partir de análises reflexivas e críticas sobre as suas práticas docentes.

De acordo com Kemmis (1987, Apud IBIAPINA, 2008) realizar uma investigação baseada na perspectiva da emancipação:

[...] não consiste em melhorar o debate educativo e depois melhorar a educação. Esses aspectos estão entrelaçados e devem acontecer, concomitantemente, por meio da ação emancipatória. Um dos princípios a considerar nessa prática de pesquisa, é investigar a própria ação educativa, nela intervindo (IBIAPINA, 2008, p. 31).

As pesquisas de caráter emancipatório, além de colocarem o professor no centro da investigação como sujeitos ativos e não mais como um simples objeto a ser estudado, se preocupam em analisar as práticas docentes a partir de intervenções que ajudem a aperfeiçoar e melhorar a prática cotidiana do professor.

A pesquisa colaborativa inicia, no final da década de 1990, a construção de um campo de saberes que elimina o mencionado fosso e rompe com a concepção de que pesquisadores e docentes e as suas produções, necessariamente, restrinjam-se a produzir saberes que circulem apenas nos seus próprios mundos, não concorrendo para que haja a comunicação interconectada entre eles (IBIAPINA, 2016, p. 35).

Dessa forma, a pesquisa colaborativa surge como uma possibilidade para o desenvolvimento de estudos que privilegiam ações emancipatórias do professor e da escola, um tipo de pesquisa que visa romper esse modelo “tradicional de produção de saberes”, promovendo uma aproximação real entre os saberes acadêmico-científico

e o cotidiano escolar. Tornando os sujeitos agentes do processo e não apenas informante.

As pesquisas que têm como base a perspectiva colaborativa envolvem professores e pesquisadores na produção de conhecimento e no processo de desenvolvimento da pesquisa. “Investigar colaborativamente significa envolvimento entre pesquisadores e professores em projetos comuns que beneficiam a escola e o desenvolvimento profissional docente” (IBIAPINA, 2008, p. 22).

É importante destacar que a maioria das pesquisas em educação estão voltadas para o trabalho docente, e algumas delas apenas vêm apontando erros, indicando prescrições do que o professor deveria fazer ou denunciando o comportamento do professor em ação. Esses tipos de pesquisas não trazem contribuições aparentes para o desenvolvimento desses profissionais e suas práticas.

Para Ibiapina (2008), a pesquisa colaborativa contribui qualitativamente para a mudança da cultura escolar. E, no que diz respeito ao desenvolvimento profissional dos docentes, diferencia-se das demais por valorizar atitudes de colaboração e reflexão crítica entre os pares.

Por buscar superar esses pressupostos de uma pesquisa unicamente descritiva, criando possibilidades de novos paradigmas de investigação crítica, a pesquisa colaborativa se entende a prática de ensinar como um fenômeno concreto (IBIAPINA, 2008), não mais se investiga apenas sobre a ação dos professores, mas na ação dos professores e com os professores.

Investigar na perspectiva colaborativa significa o desaparecimento de relações hierárquicas entre pesquisadores e professores. O processo de investigação passa a ser fruto de uma relação de colaboração entre pesquisador e docentes e estes se tornam coautores e coparceiros na produção de conhecimento.

[...] calcados em decisões e análises construídas por meio de negociações coletivas, tornam-se co-parceiros, co-usuários e co-autores de processos investigativos delineados a partir da participação ativa, consciente e deliberada (IBIAPINA, 2008, p. 26).

Ibiapina (2016) destaca que a relação de igualdade é o ponto fundamental na pesquisa colaborativa, quanto menores as relações de poder e opressão entre os

partícipes da pesquisa, maior o potencial de colaboração e maiores são as condições para que aconteça a reflexão crítica.

Assim, na perspectiva mencionada, os conhecimentos e as práticas gerados nas pesquisas não são de autoria exclusiva dos docentes universitários (pesquisadores), tampouco dos práticos (docentes). Ou seja, o saber produzido não é estritamente acadêmico, tampouco estritamente prático (IBIAPINA, 2016, p. 45).

A pesquisa do tipo colaborativa pressupõe a coprodução de conhecimentos entre pesquisador e a comunidade da pesquisa. Ela permite ao pesquisador atuar em dois campos: o da pesquisa e o da formação. E, durante esse processo, todos os envolvidos participam ativamente da ação colaborativa em todas as etapas.

É importante elucidar que o processo de colaboração não deve ser interpretado como uma atividade que exige que todos (pesquisadores e professores) participem das mesmas atividades com as mesmas competências e responsabilidades, mas sim, que durante as tarefas “[...] cada partícipe preste sua contribuição específica, isto é, contribua para beneficiar esse projeto” (IBIAPINA, 2008, p. 26).

Os professores não terão responsabilidades na sistematização dos procedimentos mais formais de pesquisa, pois eles não foram e não serão formados para aprimoramento profissional nesta área, por isso, não serão exigidos deles conhecimentos a respeito da sistematização de pesquisa:

Esclareço, portanto, que a pesquisa colaborativa não exige que os professores sejam co-pesquisadores [...] o objetivo de trabalhar colaborativamente representa oportunidade para que os professores participem como co-produtores da investigação, sem necessariamente tornarem-se pesquisadores (IBIAPINA, 2008, p. 26).

Segundo Ibiapina (2016), a utilização da expressão “pesquisa colaborativa” é recente e não há um consenso na sua origem, porém, há três correntes que podem ajudar a definir a gênese das concepções desse tipo de pesquisa: a primeira corrente está nas proposições de Corey (1953) e Lewin (1946) e surge como alternativa teórico-metodológica de desenvolvimento da pesquisa-ação emancipatória; a segunda corrente está baseada nos apontamentos de Fiorentini (2006), para o qual toda a

colaboração acontece por meio da participação efetiva de todos os envolvidos; e a terceira corrente está fundamentada nos pensamentos de Desgagné (2001), que afirma que a pesquisa que é classificada como colaborativa perde os vínculos com a epistemologia da pesquisa-ação, uma vez que há interação entre pesquisador e docentes, que conjuntamente produzem conhecimentos sobre as práticas educativas orientadas pela reflexão crítica.

Os pressupostos que orientam a minha pesquisa estão fundamentados na terceira corrente que tem sua origem a partir das discussões teórico-metodológicas baseadas nos pressupostos da pesquisa crítica, cuja a compreensão também é defendida por Ibiapina (2008). Essa concepção tem como uma de suas referências a Escola de Frankfurt, que dá ênfase às relações de poder presentes nos contextos sociais.

Ibiapina (2016) diz que pesquisa colaborativa na perspectiva crítica difere da pesquisa-ação emancipatória:

Uma vez que estas consideram a possibilidade de emancipação dos envolvidos e aquela a de empoderamento proveniente do processo de reflexão crítica, que oportuniza o repensar da função sociopolítica dos partícipes no contexto da pesquisa educacional (IBIAPINA, 2016, p. 41).

Trabalhar na perspectiva da pesquisa colaborativa é defender a produção de conhecimento a partir de uma realidade microsocial (a escola/professor) sem esquecer os aspectos sócio-políticos mais gerais presentes no contexto macrossocial (educação/sociedade). É possibilitar, a partir das reflexões, a compreensão das relações de poder e das práticas autoritárias dominantes presentes na educação e na sociedade como uma forma de emancipação da ideologia dominante, é entender a escola como um espaço de transformação social e oferecer condições para tal compreensão.

Nesse sentido, as ações formativas devem incentivar o professor a valorizar a forma de pensamento do outro, possibilitando a partir da interação entre os pares a construção de um ambiente democrático, de discussão e autônomo, pois a coprodução de saberes, a reflexividade e o desenvolvimento profissional e pessoal

dos professores e pesquisador só serão possíveis se houver interatividade e respeito mútuo.

É essencial para um trabalho colaborativo criar condições para que ocorra o desenvolvimento e a aprendizagem das práticas de colaboração e reflexividade entre os partícipes da pesquisa, pois, dessa forma, as possibilidades de produção de conhecimento ligadas à prática de ensino expandem-se, permitindo que haja de fato uma relação entre teoria e prática.

Ibiapina (2008) recomenda a sistematização de procedimentos essenciais para a concretização efetiva das investigações que utilizam a perspectiva colaborativa, são eles: a sensibilização dos colaboradores, a negociação dos espaços e tempos, o diagnóstico das necessidades formativas e dos conhecimentos prévios, as sessões de estudo intercaladas pelas sessões de análises reflexivas das práticas docentes.

No caso desta pesquisa em educação, as ações colaborativas envolveram a Universidade Federal do Pará, através da pesquisadora, e os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental da E.E.E.F.M Prof^a Marta da Conceição, e iniciaram no período de outubro de 2018. Foi definido o calendário do ciclo colaborativo em consenso com o calendário da escola para o segundo semestre de 2018, respeitando a agenda dos professores e suas respectivas atividades cotidianas.

Diante disso, a primeira atividade desenvolvida na escola foi a reunião de sensibilização. De acordo com Ibiapina (2008, p. 38):

Nesse contexto, considero que o ciclo colaborativo da pesquisa em educação inicia com a sensibilização dos colaboradores, que parte de um estudo sistemático sobre os princípios da pesquisa colaborativa. O Pesquisador deve apresentar uma síntese a respeito do que ele está considerando que seja um processo colaborativo, ouvindo o que pensam e sabem os partícipes a respeito da atitude de colaborar na pesquisa em educação. Nesse momento, negocia-se com os pares as atribuições do mediador (pesquisador) e dos colaboradores (professores).

No dia 30 de novembro de 2018, aconteceu o primeiro encontro de sensibilização com professores dos anos iniciais. Nesse primeiro momento, realizei uma apresentação sistemática a respeito dos princípios que norteiam a realização de uma pesquisa colaborativa embasados na discussão teórica que apresentei anteriormente sobre esse tipo de pesquisa.

Em conversa com os professores, perguntei-lhes a respeito do que entendiam por colaboração. As falas mais recorrentes entre os professores destacaram que era uma forma da universidade contribuir no aperfeiçoamento das suas práticas, mas que isso não acontecia, e que nas experiências que possuíam geralmente os pesquisadores extraíam as informações a respeito do que pretendiam estudar, porém não colaboravam com as práticas cotidianas deles.

Nesse sentido, Ibiapina (2008) já anunciava que a maioria dos professores enquanto práticos do ensino possuem interesse principalmente em pesquisas que ajudem a melhorar a sua prática profissional. A autora também já evidenciava o tradicionalismo das maiorias das pesquisas embasadas na racionalidade técnica, que só concebem os professores como informantes.

Seguindo este momento realizei uma exposição das possíveis atribuições que teríamos durante a pesquisa. Esclareci que a minha atribuição enquanto pesquisadora, seria a de mediar todas as etapas da pesquisa, e a dos professores seria o de colaborar com a pesquisa.

Foi destacado que, ao longo do processo, uma das minhas funções era a de fazer emergir, incentivar e desenvolver práticas de colaboração entre eles, e, por isso, não era preciso que eles se sentissem pressionados a realizarem as etapas mais formais de pesquisa (coletar dados, analisar dados, criar relatórios), pois a pesquisa não objetivava cobrar que eles também tivessem responsabilidades iguais as minhas.

Pontuei que as funções dos professores seriam a de compartilhar comigo as suas experiências práticas, além de participar de forma voluntária e consciente de todas as etapas da pesquisa, pois, para que pudessem ser criadas condições para contribuir com o desenvolvimento profissional desses docentes, era necessária a interação pesquisador e professores durante todo o percurso do trabalho colaborativo.

É importante destacar que as negociações de atribuições que viabilizam a colaboração não excluí o conflito. Magalhães (2002) diz que os conflitos e questionamentos sugeridos durante o trabalho colaborativo aos participantes dá a oportunidade de um estranhamento e uma compreensão crítica, além de evitar consensos falsos. Ibiapina (2008) também destaca que quando ocorrem situações de conflito, deve-se criar um clima democrático para enfrentá-lo coletivamente e sempre de forma criativa.

No dia 07 de dezembro de 2018, realizei um segundo encontro com os professores. Nesse segundo momento defini em conjunto com os professores sobre os procedimentos de trabalho que seriam utilizados durante a pesquisa; o período de duração dos encontros; o período de duração da pesquisa; a necessidade de realização de leituras acerca da temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; e a necessidade ou não do anonimato deles na pesquisa, entre outros aspectos da pesquisa colaborativa.

Em consenso com os professores, foi definido que os encontros aconteceriam duas vezes ao mês, às sextas-feiras, durante duas ou quatro horas de tempo, e quando houvesse necessidade, o dia todo (manhã e tarde). A sexta-feira foi escolhida, porque nesse dia da semana eles possuem um horário pedagógico para desenvolver atividades com foco na formação continuada.

Com relação às leituras, não houve qualquer posicionamento contrário quanto a necessidade de realização destas para as sessões de estudos, a única solicitação dos professores foi para que não fossem utilizados materiais muito técnicos e extensos, mas leituras acessíveis e de fácil compreensão, pois não estavam acostumados com materiais de termos muito científicos.

Diante disso, acreditei ser importante explicar que uma das funções desta pesquisa era de contribuir com o desenvolvimento profissional deles, elucidando as suas dúvidas, criando um ambiente propício para uma discussão e para a reflexão conjunta sobre as suas práticas docentes, e não somente avaliá-los sobre a leitura realizada (ou não). Com relação a isso, foi esclarecido, também, que seriam feitas exposições ou estudos dirigidos sobre os assuntos que seriam discutidos nas sessões de estudos, como uma forma de aproximá-los da temática e de incentivá-los a exporem os seus pensamentos.

Expliquei que uma outra função desse tipo de pesquisa era de que, na medida em que eles fossem se apropriando da leitura, eles percebessem a relação entre o que está sendo posto na teoria e o que de fato tem acontecido nas suas práticas cotidianas e, com isso, de forma conjunta, chegássemos a possíveis estratégias que pudessem promover a transformação da realidade escolar vivenciadas por eles.

Com relação à necessidade de anonimato ou não dos professores Ibiapina diz:

[...] é preciso que os colaboradores e o próprio pesquisador decidam como serão reconhecidos ao longo do processo investigativo, optando por ser identificado pelo próprio nome ou pelo nome de um personagem fictício. Essa escolha implica em uma justificativa que expressasse o porquê dessa escolha, quando a opção é feita por nomes fictícios, é necessário o esclarecimento acerca dos aspectos que indicam a identificação com o nome escolhido (IBIAPINA, 2008, p. 40).

Nesse sentido, decidimos, por consenso, pela não identificação dos sujeitos na pesquisa, sejam por motivos pessoais elencados pelos próprios docentes durante a reunião ou por questões de ética profissional no desenvolver da pesquisa. Então, após definido isto, ficou acertado que antes de iniciar a fase do ciclo de estudo e reflexão seria apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo) para a apreciação, leitura e assinatura dos docentes.

Na sequência do trabalho colaborativo, no dia 14 de dezembro de 2018, realizei o diagnóstico das necessidades formativas dos docentes, bem como o levantamento dos seus conhecimentos prévios sobre a temática do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. É importante esclarecer que na primeira reunião de sensibilização também levantei dados que fazem parte do *Corpus* do diagnóstico e que também contribuíram para definir as atividades de formação. Segundo Ibiapina (2008, p. 41):

Esses procedimentos são necessários para que os partícipes exponham os temas de interesses formativo e as sugestões para o preenchimento de lacunas deixadas no decorrer do processo de formação que possam ser retomados no processo da pesquisa e formação proposto pela pesquisa colaborativa.

Considero importante realizar uma breve incursão teórica dentro do tema da análise das necessidades formativas, pois, durante o desenvolvimento dessa pesquisa, foi constatado que a discussão sobre a análise de necessidades formativas como um instrumento para a formação de professores e planejamento de ações educativas vem se constituindo, enquanto campo teórico e prático de pesquisa, desde o final dos anos 1960 (ESTEVES; RODRIGUES, 1993).

Ibiapina (2008) diz que, embora a palavra necessidade seja polissêmica, ela a compreende como a vontade que o professor expressa para adquirir um conteúdo de formação que ele considera primordial para a sua prática docente. A autora afirma que as necessidades dos professores são de natureza histórico-social, evolutiva e conjuntural, elas surgem em contextos históricos sociais concretos e são determinadas tanto para seu campo externo de atuação quanto para seu campo interno. Ramalho *et. al* (2004) enfatizam que as necessidades estimulam e direcionam as ações de formação quando suas raízes estão calcadas na realidade profissional.

Os estudos de Bandeira (2014) mostram que a análise de necessidades formativas foi adquirindo maior notoriedade como um procedimento que garantia a qualidade da formação de professores, após os anos 1970, o que gerou o desencadeamento de dois discursos: o Humanista e o tecnocrático. O discurso humanista defendia uma adaptação da formação aos anseios dos professores a serem formados; o tecnocrático, defendia que os professores deveriam se adaptar ao sistema político educacional e às necessidades sociais de formação, buscando assim a racionalidade e a eficácia.

Essa discussão parte de uma preocupação especial com o processo de formação docente, visto que as formações ofertadas não contribuíam ou não correspondiam as reais necessidades dos professores e tinham um caráter racionalizado. Entendia-se que uma atividade de formação continuada que não conhecia as verdadeiras necessidades dos professores não era capaz de produzir mudanças para o contexto em que ele estava inserido.

Galindo (2011) destaca que as necessidades formativas surgem durante as variadas fases da vida profissional e estão intrinsicamente associadas às especificidades que os acompanham ao longo de sua carreira docente, a exemplo, das rotinas, dos conflitos internos e externos ao ambiente escolar, as contradições, o conservadorismo, etc. Daí a importância de pensar uma formação na qual o professor tenha voz nesse processo de planejamento e organização das atividades formativas.

Posta essa breve discussão, nesse primeiro momento realizei uma roda de conversa com o objetivo de colher informações dos docentes a respeito de algumas temáticas que estão interconectadas com o objeto desta pesquisa. Durante esse momento, meu papel foi de estimular através de perguntas, entre uma fala e outra, as

opiniões, pensamentos e impressões pessoais dos professores sobre algumas categorias. Segundo Ibiapina (2008, p. 45):

No processo colaborativo fazer emergir os conhecimentos prévios internalizados pelos professores representa uma oportunidade para que os docentes se reapropriem de sua formação, rearticulando e recontextualizando experiências e conhecimentos.

Foi comum os professores realizarem algumas perguntas quando se sentiram inseguros em desenvolver algum pensamento. Inicialmente alguns se colocaram receosos a respeito da dinâmica, mas no decorrer da atividade foram ficando à vontade para falar e perguntar também, outros, ficaram calados até o fim ou apenas repetiam o que algum outro colega já havia dito.

Durante as falas, realizei perguntas sobre a opinião dos professores a respeito da temática da pesquisa; sobre quais eram os pontos que mais eles sentiam dificuldades para lidar com o tema do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; e quais eram os seus maiores interesses de formação enquanto professores da educação básica com relação à temática proposta.

Após o fim da roda conversa, senti a necessidade de realizar mais uma reunião de sensibilização e recolher mais informações para criar condições para que os docentes desenvolvessem novos quadros teóricos a respeito da temática, possibilitando a desconstrução dos conhecimentos inicialmente expostos por eles, a partir do aprendizado de conhecimentos que lhe permitissem transformar a sua realidade social e suas práticas docentes. Essas informações orientariam as ações de colaboração que foram realizadas com os professores.

Neste primeiro momento, o diagnóstico foi fundamental para perceber e compreender, mesmo que inicialmente, que a partir das declarações feitas pelo grupo de professores foram emergidas as necessidades e interesses que eles possuíam sobre a temática. Este foi o último encontro do ano de 2018.

O retorno à escola aconteceu no dia 15 de março de 2019 para uma reunião com a gestão escolar. O objetivo desta reunião foi solicitar o calendário da instituição, definido após a semana pedagógica, para que pudesse ser elaborada uma proposta de calendário (datas) de ciclo de estudo e reflexão que foi discutida e avaliada

posteriormente com os professores colaboradores da pesquisa, bem como, solicitar o dia, horário, espaço e material didático para tal.

No dia 05 de abril, ocorreu o reencontro com os professores para a última reunião de sensibilização onde apresentei a proposta de data para as formações durante o ano de 2019, respeitando o que foi acordado na penúltima reunião do ano de 2018. O calendário foi aprovado pelos professores, sabendo que poderiam existir contratempos no decorrer do ano letivo, devido ao cotidiano da escola, sendo assim, ficando flexível a possibilidade de mudança de datas e reorganização do mesmo. Destaco que neste dia não estavam definidas as temáticas de formação, isso só ocorreu após a finalização do diagnóstico das necessidades formativas.

Neste mesmo dia, entreguei aos professores uma ficha para preenchimento de dados pessoais, que possibilitou traçar e construir uma caracterização dos mesmos. Entreguei também o termo de consentimento livre e esclarecido para a leitura e assinatura, e assim eles o fizeram. Na oportunidade, finalizei a coleta de dados para o diagnóstico das necessidades formativas.

Nesta reunião, ocorreu a inclusão de mais um professor colaborador, que voluntariamente se apresentou e demonstrou interesse na pesquisa. Tal professor atua em um dos anexos escolares ligados à E.E.E.F.M Prof^a Marta da Conceição. Diante disso, é importante lembrar que a pesquisa colaborativa não se constitui em um procedimento fechado apenas para quem está participando desde o início do processo, mas àqueles que despertarem o interesse em fazer parte das formações e discussões ao longo do ano, nada impedia a sua participação.

O diagnóstico trouxe resultados que possibilitaram visualizar as necessidades de formação desses professores a respeito da temática e elaborar as atividades de formação do ciclo de estudo e reflexão, que foram avaliadas e aprovadas posteriormente pelos professores colaboradores.

O novo significado, unido aos anteriormente formulados, amplia as capacidades de abstração e síntese. Assim, o diagnóstico das necessidades formativas desperta motivos nos professores criando as condições para que eles fiquem dispostos a melhorar a prática docente, assumindo a vontade de aperfeiçoar-se e de estudar os conceitos necessários para a condução da atividade docente, justificando, assim, o foco da colaboração. A exposição dos conhecimentos prévios motiva os professores a buscar novas formas de atuação em vistas à melhoria da prática docente e a conhecer e ampliar

estratégias de reflexão que melhorem o ensino; bem como aprender novos conhecimentos, procedimentos e atitudes indispensáveis à atuação pessoal e profissional (IBIAPINA, 2008, p. 46).

Foi utilizado como instrumento do diagnóstico os relatos orais dos professores realizados durante as rodas de conversa e que foram significativos para elucidar essas dificuldades. Essas reuniões foram registradas através de gravações de áudio. Os áudios gravados foram transcritos literalmente, organizados e analisados com base no princípio da análise de conteúdo defendida por Bandin (2016), Franco (2005) e Mendes e Miskulin (2017) e serão detalhados na subseção 3.3 desta dissertação.

Seguindo as ações de colaboração, para se pesquisar colaborativamente é necessário que os professores e pesquisador se reúnam para fazer estudo e a reflexão dos conhecimentos diagnosticados previamente. Portanto, após essa fase de diagnóstico e com a planificação dos dados, iniciou-se uma outra etapa da pesquisa, o ciclo de estudo e reflexão que é composto por sessões sistemáticas de estudo e sessões de análise reflexiva.

Ibiapina (2008) diz que o ciclo de estudo e reflexão é uma oportunidade para que sejam externalizados sentidos e significados, ajudando na reorganização das estruturas já fixadas e no aprofundamento do conhecimento teórico e prático dos pesquisadores e dos professores. Nesse sentido, o ciclo ajuda os professores a tomarem consciência e conhecerem os significados já internalizados nas suas práticas, confrontá-los e reconstruí-los por meio da reflexividade.

O ciclo de estudo e reflexão foi organizado por meio de atividades formativas que oportunizaram e auxiliaram no processo de coprodução de conhecimento e que permitiram a reflexão interpessoal e intrapessoal dos colaboradores. Dessa forma, foram organizados primeiramente sessões de estudos com o objetivo de estimular os professores a discutirem a respeito da temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Dessa forma, as sessões sistemáticas de estudo estimulam os professores a refletir com base em construções teóricas, sem perder de vista a prática pedagógica, tanto no que se refere a sua sala de aula, quanto aos diversos contextos educacionais e sociais (IBIAPINA, 2008, p. 47).

O material didático escolhido para ser trabalhado no ciclo de estudo e reflexão se trata de uma cartilha direcionada para profissionais da educação intitulada “Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” publicada no ano de 2011.

Esta publicação foi o resultado de um projeto de reestruturação do “Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (2004) em parceria entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Ministério da Educação com o objetivo de promover um debate e parcerias, no âmbito nacional, entre as Universidades, as redes de ensino e as redes de proteção das crianças e adolescentes para introduzir o tema na agenda escolar, além de estimular um processo de reflexão crítica em relação aos próprios comportamentos, atitudes e modelos, visando instrumentalizar os professores para a ação (BRASIL, 2011).

A escolha por este material se concretizou pelo fato do Guia Escolar contemplar e sistematizar discussões sobre a temática das duas últimas décadas seja no plano jurídico, pedagógico ou metodológico, dessa forma, oportunizando que professores tenham acesso a informações que possibilitem a sua formação continuada e capacitação para elaborar projetos, atividades, ações que tenham por objetivo o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e desta forma inserindo a temática na agenda escolar e criando uma cultura de prevenção na escola. Destaco que apesar do Guia Escolar ser o material didático base para as formações, isso não limitou o uso de outros recursos teóricos, de áudio e/ou vídeo para o aprofundamento das discussões.

Intercaladas ao ciclo de estudo e reflexão, foram realizadas as sessões de análises reflexivas, para que os professores refletissem a respeito dos novos conceitos discutidos nas sessões de estudo, fazendo relação e confrontando sempre com os conhecimentos prévios apontados pelos próprios professores durante o diagnóstico de necessidades formativas.

As sessões de análise intrapessoal podem ser realizadas por intermédio de dois níveis de reflexão, o nível de introspecção, que implica na utilização de recursos e procedimentos, como por exemplo o videoteipe e autobiografia; e nível da colaboração, que abre espaço para que os pares levantem

questionamentos que esclareçam aspectos não contemplados na análise introspectiva.

Para a concretização dessa modalidade de reflexão, conforme Atet (2001, p. 34), é preciso motivar o professor a exercitar o “[...] aprender o saber-analisar, o saber-refletir, o saber-justificar” as práticas. Dessa forma, refletir sobre a prática ingênua, transcendendo a racionalidade técnica, a rotina, o legal, o instituído. A prática de pesquisa colaborativa cria o espaço adequado para desencadear esse tipo de reflexão e a gerar mudanças que contribuam para a reelaboração da ação docente (IBIAPINA, 2008, p. 48).

As sessões de reflexão motivam os docentes a se questionarem sobre as práticas desenvolvidas até o momento e conceitos construídos ao longo da trajetória profissional. Esse movimento leva professores a assumirem novas posturas e a se comprometerem com a transformação da realidade.

As sessões de estudo e de análise reflexiva são essenciais na pesquisa colaborativa, pois são nesses espaços que se concretiza a produção de conhecimentos entre pesquisadores e professores, os partícipes exercitam a colaboração a partir do momento em que compreendem a perspectiva do outro e conseguem estabelecer uma comunicação entre si, encarando a pesquisa não mais como um projeto individual, mas sim coletivo.

Durante as etapas de sessões sistemáticas de estudos e sessões de análise reflexiva, utilizei como técnica de coleta de dados um outro tipo de entrevista: o grupo focal. Sobre essa técnica de coleta de dados, Gondim (2003) diz que ela ocupa uma posição de intermediária com outras técnicas de coletas de dados, como a observação participante e as entrevistas aprofundadas, e pode ser caracterizada como um recurso para a compreensão do processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos.

Alguns recorrem a eles como forma de reunir informações necessárias para a tomada de decisão; outros os vêem como promotores da auto-reflexão e da transformação social e há aqueles que os interpretam como uma técnica para a exploração de um tema pouco conhecido, visando o delineamento de pesquisas futuras (GONDIM, 2003, p. 152).

Para Gomes (2005, p. 283), as entrevistas com grupos focais podem ser utilizadas em todas as fases de um trabalho de investigação:

[...] São apropriadas para estudos que buscam entender atitudes, preferências, necessidades e sentimentos. São utilizadas, por exemplo quando se investigam questões complexas no desenvolvimento e implementação de programas, como aspectos relacionados a dificuldades, necessidades ou conflitos não claros ou pouco explicitados (GOMES ,2005, p. 283).

Ao todo, foram coletados os dados de grupos focais idealizados dentro de três eixos de formação (seis sessões de estudos e três sessões de análise reflexiva), ao longo de oito meses, divididos em encontros de 2hrs ou 4hrs, às sextas-feiras durante o horário pedagógico dos professores. A seguir a estrutura dos encontros:

Quadro 4 - Estrutura do Grupo Focal.

	Sessão de estudo/Sessão de Análise reflexiva
Abertura	Recepção, apresentação dos objetivos do encontro e síntese do encontro anterior.
Dinâmica da atividade	Sessão de estudo: Exposição e discussão da temática de estudo correspondente ao eixo de formação em vigência. Sessão de Análise reflexiva: Exposição através de recursos (animação, documentários, matérias jornalísticas, etc.) do tema gerador correspondente ao eixo de formação em vigência.
Debate	Sessão de estudo: Realizados durante a exposição do tema de estudo e/ou ao final da sessão, de forma livre e com poucas intervenções da pesquisadora (apenas quando necessário). Sessão de Análise reflexiva: Realizado ao final da exposição do tema gerador, de forma livre e com poucas intervenções da pesquisadora (apenas quando necessário).
Síntese	Retomada e validação das ideias centrais do debate.
Encerramento	Agradecimento e organização para os próximos encontros.

Fonte: Baseado em Kinalski *et al.* (2017).

O grupo focal obteve uma rica e detalhada coleta de dados, visto que a interação entre os pares me possibilitou testemunhar uma discussão dinâmica sobre o enfoque do estudo. Nesse sentido, o grupo focal permitiu a interação entre mim

(pesquisadora/mediadora) e os professores (colaboradores), e entre os professores (pares), o que viabilizou a análise, o diálogo e a colaboração entre os pares.

Grupos focais é um grupo reduzido de pessoas com as quais o pesquisador discute sobre o problema a ser investigado, de modo a obter mais informações sobre ele, dar-lhe um foco, um afinamento, bem como uma direção ao conteúdo dos instrumentos de coleta de dados (VERGARA, 2014, p. 56).

Concomitante a todo esse movimento de coleta e produção de dados, realizei o tratamento dos dados coletados, para tanto, utilizei a análise de conteúdo como técnica, baseada nos estudos de Bandin (2016), Franco (2005) e Mendes e Miskulin (2017). Esta técnica foi escolhida porque é um procedimento de pesquisa que tem uma abordagem metodológica crítica e reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento (FRANCO, 2005).

Como primeiro passo da técnica da análise de conteúdo, realizei a pré-análise, que se constitui na leitura e a releitura do material transcrito com o objetivo de estabelecer uma familiarização com os dados. E, como atividade de pré-análise, a autora elenca a “leitura flutuante” que é o primeiro contato com os materiais de análise; e “a escolha dos documentos” que “pode ser definida *a priori*, ou o objetivo é determinado pelo pesquisador [...]” (FRANCO, 2005, p. 48). Para auxiliar nessa etapa, utilizei as regras apresentadas por Bardin (2016) para o momento de pré-análise, são elas: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

A pré-análise se constituiu na fase de organização das ideias. Neste momento aconteceu a escolha dos materiais a serem analisados, a retomada dos objetivos da pesquisa em relação aos dados coletados e a elaboração dos indicadores que orientaram a interpretação final da pesquisa. Esse procedimento me auxiliou no sentido de selecionar as falas significativas que possuíam relação diretamente com os objetivos da pesquisa e, com isso, constituiu-se o corpus desta pesquisa como exemplificado no quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – *Corpus* da pesquisa.

INSTRUMENTO	EIXOS	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Registro Oral das sessões de estudos	1ª ao 3º	PROFESSOR, s.e - sessão x – data.	Coletados a partir das gravações realizadas com os professores durante as sessões de estudo. Indicou-se o pseudônimo do professor em letra maiúscula, o código – s.e –, a sessão (indicada por 1,2,3,4,5 ou 6) e a data em que foi realizada.
Registro Oral das Sessões de Análises reflexivas	1ª ao 3º	PROFESSOR, a.r - sessão x – data.	Coletados a partir das gravações realizadas com os professores durante as sessões de análises reflexivas. Indicou-se o pseudônimo do professor em letra maiúscula, o código – a.r –, a sessão (indicado por 1,2 ou 3) e a data em que foi realizada.

Fonte: Baseado em Mendes e Miskulin (2017).

Após esse momento de pré-análise, que se constitui na execução da leitura flutuante e definição do *corpus* do diagnóstico, iniciei a fase de exploração do material. Esta é a fase em que os dados brutos do material foram codificados para então se alcançar o núcleo de compreensão do texto. Essa codificação envolveu procedimentos de recorte, contagem, classificação, desconto ou enumeração de regras previamente formuladas, onde aprofundou-se nos dados com o objetivo de constituir as unidades de análise, que se dividiram em unidades de registro e unidades de contexto (FRANCO, 2005; BARDIN, 2016).

Segundo Franco (2005, p. 37), a unidade de registro é definida como “a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas”. A autora ainda destaca dois tipos: “a palavra”, que se caracteriza como a menor unidade de registro usada na análise de conteúdo; e “o tema”, que é definido como “uma asserção sobre determinado assunto. O tema pode ser uma simples sentença (sujeito e predicado), um conjunto delas ou um parágrafo”. Nesta pesquisa, foram encontradas o total de 23 unidades de registro (quadro 6), veja a seguir.

Quadro 6 – Unidades de Registro – Temas.

Unidades de Registro - Temas
Casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contra crianças e adolescentes
Indicadores de violência sexual contra crianças e adolescentes
Sinais corporais ou provas materiais de violência sexual contra crianças e adolescentes
Sinais comportamentais ou provas imateriais de violência sexual contra crianças e adolescentes
Frequência e desempenho escolar como indicadores de violência sexual contra crianças e adolescentes
Invisibilidade dos casos de violência sexual em crianças e adolescentes com deficiência
Os tipos e as formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes
As características da violência sexual contra crianças e adolescentes
As dinâmicas da violência sexual contra crianças e adolescentes
Omissão dos profissionais da educação sobre casos de violência sexual contra crianças e adolescentes
Falta de credibilidade na resolução de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes
Desconfiança das denúncias de violência sexual feitas por crianças e adolescentes
Falta de capacitação para a identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes
Despreparo de como proceder diante dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes
Não notificação por medo de problemas com pais e responsáveis de crianças e adolescentes
Responsabilização da vítima de violência sexual
A falta da denúncia por parte da família
Consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes
Aspectos sociais, culturais e econômicos que fortalecem a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes
Violência sexual contra crianças e adolescentes facilitada pelas TIC's
O envolvimento de políticos, órgãos e instituições na rede de exploração sexual
Machismo, hipersexualização do corpo de crianças e adolescentes
A importância da formação de professores para o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após a definição das unidades de registro, foram elaboradas as unidades de contexto. Com relação às unidades de contexto, Franco as define como:

[...] é a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado, porém é indispensável para a necessária análise e interpretação dos textos a serem decodificados (tanto do ponto de vista do emissor, quanto do receptor) e, principalmente, para que se possa estabelecer a necessária diferenciação resultante dos conceitos de “significado” e de “sentido”, os quais devem ser consistentemente respeitados, quando da análise e interpretação das mensagens disponíveis (FRANCO, 2005, p. 43).

Nessa etapa, ocorreu a releitura dos dados à procura de recorrências e não recorrências nas falas realizadas em cada sessão de estudo ou sessão de reflexão, com esse procedimento, foi possível reagrupar os temas e construir as unidades de contexto, que foram determinadas por dois critérios “o custo e a pertinência”

(FRANCO, 2005; BARDIN; 2016). Nessa etapa, realizei o agrupamento de algumas unidades de registros e estabeleci as unidades de contexto:

Quadro 7 – Unidades de Contexto – Agrupamento dos temas.

Unidades de contexto	Unidades de Registro – Temas
Indicadores de violência sexual contra crianças e adolescentes	Indicadores de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Sinais corporais ou provas materiais de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Sinais comportamentais ou provas imateriais de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Frequência e desempenho escolar como indicadores de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Invisibilidade dos casos de violência sexual em crianças e adolescentes com deficiência
Os tipos e as formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes	Os tipos e as formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes
	As características da violência sexual contra crianças e adolescentes
	As dinâmicas da violência sexual contra crianças e adolescentes
	Consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes
Aspectos sociais, culturais e econômicos que fortalecem a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes	Aspectos sociais, culturais e econômicos que fortalecem a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Não notificação por medo de problemas com pais e responsáveis de crianças e adolescentes
	Omissão dos profissionais da educação sobre casos de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Falta de credibilidade na resolução de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Desconfiança das denúncias de violência sexual feitas por crianças e adolescentes
	Responsabilização da vítima de violência sexual
	A falta da denúncia por parte da família
	Violência sexual contra crianças e adolescentes facilitada pelas TIC's
	O envolvimento de políticos, órgãos e instituições na rede de exploração sexual
	Machismo, hipersexualização do corpo de crianças e adolescentes
A importância da formação de professores para o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes	A importância da formação de professores para o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes
	Despreparo de como proceder diante dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Falta de capacitação para a identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes

Fonte: Baseado em Mendes e Miskulin (2017).

Após a exploração do material, realizei a categorização dos dados a partir de “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2005, p. 58), quais sejam a seguir:

Quadro 8 – Categorias de Análise

Categorias	Unidades de Contexto
Reflexões sobre os conceitos, as causas e as consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes.	Os tipos e as formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes
	Aspectos sociais, culturais e econômicos que fortalecem a ocorrência de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Indicadores de violência sexual contra crianças e adolescentes
A formação de professores para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.	A importância da formação de professores para a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes

Fonte: Baseado em Mendes e Miskulin (2017).

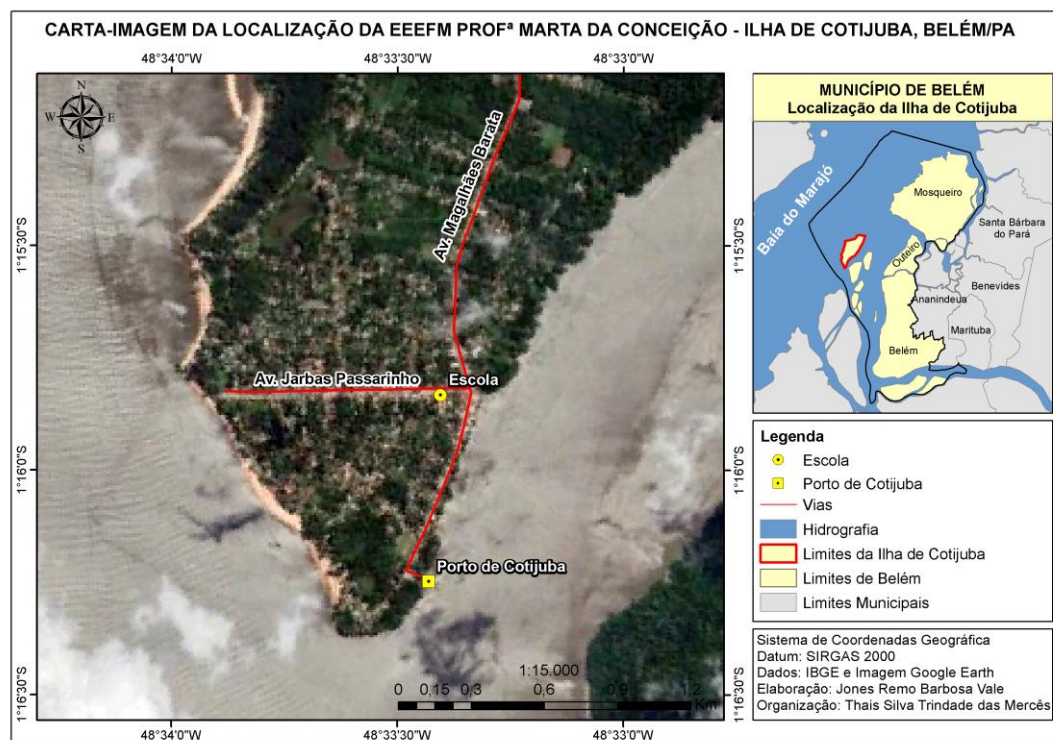
A análise de conteúdo me possibilitou uma visão holística dos dados coletados, considerando o contexto em que foram levantados e situações que levaram às alterações dos seus significados, visto que, por ser uma pesquisa de caráter qualitativo e processual, exigiu uma interação entre pesquisador, sujeitos e lócus da pesquisa e muitos dados foram produzidos durante o processo de interação.

3.2 Caracterização do *lócus* da pesquisa

3.2.1 A instituição da pesquisa

Neste trabalho, a instituição escolhida para a realização desta pesquisa foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Profª Marta da Conceição”, localizada na Rua Jarbas Passarinho, Bairro Centro da Ilha de Cotijuba, região Ilha de Belém – PA. A escola oferta ensino para crianças, adolescentes, jovens e adultos da Ilha de Cotijuba e das comunidades aos arredores da Ilha. O seu funcionamento ocorre nos três turnos (manhã, tarde e noite).

Figura 7 - Mapa de localização da E.E.E.F.M “Prof.^a Marta da Conceição” na Ilha de Cotijuba.



Fonte: Elaborado por Vale (2019) e Organizado por Mercês (2019).

Segundo informações extraídas do Projeto Político Pedagógico (2018), a trajetória da E.E.F.M “Prof.^a Marta da Conceição” tem origem a partir do Educandário Nogueira de Farias, que funcionou a partir de 1932. No ano de 1967, a professora Mariana dos Anjos foi admitida pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) para atuar no Educandário. A professora já atuava na educação do município, ministrando aulas para filhos dos moradores da Ilha na Sede do Clube 15 de agosto, onde atualmente funciona a escola.

Em 1969, o Educandário fora desativado e a professora Mariana dá continuidade as suas aulas com o aval da SEDUC, quando recebe a portaria da “Escola Isolada 15 de Agosto”, e, durante 1 ano, a professora lecionava sozinha, o dia inteiro para turmas multisseriadas. Com o decorrer dos anos, a Escola foi crescendo em pessoas atendidas e o corpo docente e precisou passar por uma reforma de ampliação.

Na sua reinauguração, no ano de 1984, a escola muda de nome e passa a se chamar E.E.EF. Professora Marta da Conceição, sob a direção de Iracema Patrício.

No ano de 2003, por necessidade de admissão de alunos que concluíram o Ensino Fundamental, a Escola passa a ofertar também o Ensino Médio, sob a direção de Maria de Jesus dos Santos.

No que se refere à estrutura física da escola, o espaço é composto por salas de aula; sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE); laboratório de informática; sala para serviço de gestão; sala para serviço da secretaria escolar; almoxarifado; cozinha; copa para os funcionários; quadra de esportes, banheiros para alunos; banheiros para funcionários; e casa para os professores.

A faixa etária das crianças e adolescentes matriculados na instituição está entre seis e onze anos, nos anos iniciais do Ensino Fundamental; de doze a 15 anos, nos anos finais do Ensino Fundamental. Tendo em vista que é a maior instituição escolar localizada na Ilha de Cotijuba, a escola atende um número relevante de crianças e adolescentes matriculados em sua sede, além daquelas que estudam nos anexos escolares localizados em comunidades próximas à Ilha (Pedra Branca e Urubuoca), como podemos ver a seguir:

Figura 8 – Número de matrículas de 2019 da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” – SEDE.

Consulta das matrículas 2019				
URE: 19A URE - BELEM				
USE: Unidade 11				
Escola: EEEFM PROFA MARTA DA CONCEICAO		Código MEC: 15042952	Diretor:	
Endereço: RUA JARBAS PASSARINHO		Município: BELEM	Bairro: CENTRO	
CEP: 66846010		Telefone: (91) 3617-1312	E-mail: -----	
CURSO	VAGAS DISPONÍVEIS	ALUNOS ENTURMADOS	ALUNOS NÃO ENTURMADOS	TOTAL DE MATRÍCULAS
ENS FUND EDUCACAO ESPECIAL	8	14	0	14
ENS MED REGULAR (Res.191/2011)	56	187	0	187
ENS FUND I DE 9 ANOS	45	169	2	171
ENS FUND II DE 9 ANOS	86	180	1	181
ENS FUND EJA 3A E 4A ETAPA	15	60	0	60
ENS MED EJA 1A E 2A ETAPA	7	43	1	44
TOTAL	217	653	4	657

Fonte: Portal de Matrículas – SEDUC/PA (2019).

A escola contava, no momento do levantamento destas informações, com equipe gestora composta por uma diretora, uma secretária e dois auxiliares. Quanto aos demais profissionais, eram um total de seis, destinados ao apoio operacional

(merendeiras, agente de segurança, vigia, agentes de serviços gerais). O corpo docente é composto por aproximadamente 30 professores, sendo sete deles, inicialmente, sujeitos desta pesquisa. Apenas cinco professores permaneceram até a conclusão da pesquisa.

3.2.2 Os sujeitos da pesquisa

Diante do acordo firmado com os sujeitos (professores) desta pesquisa com relação à necessidade de identificação ou não no corpo deste estudo e como forma de resguardar os princípios éticos desta investigação, os sujeitos não serão denominados pelos seus nomes próprios durante a escrita desta dissertação. Na análise dos resultados, para tanto, utilizou-se como critério de identificação apenas a função (professor) a qual eles exercem seguida de seus pseudônimos⁶. As informações descritas nesta subseção são oriundas de seus discursos na ocasião de três reuniões de sensibilização realizadas na escola e de uma ficha de identificação (Apêndice C) elaborada pela pesquisadora e preenchida pelos docentes na última reunião de sensibilização.

Quadro 9 - Caracterização do perfil dos professores.

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	FORMAÇÃO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA ESCOLA
Bernardo ⁷	54	Curso de magistério	34 anos	34 anos
Araceli ⁸	50	Licenciatura em Pedagogia com Especialização em Educação especial	25 anos	24 anos
Marielma ⁹	52	Licenciatura em Pedagogia com Especialização em Educação	20 anos	2 anos

⁶ Os pseudônimos escolhidos fazem alusão a crianças e adolescentes vítimas de violência no Brasil.

⁷ Caso Bernardo Boldrini: menino de 11 anos assassinado por superdosagem do medicamento Midazolam, no ano de 2014. Foram acusados e condenados pelo crime o pai, a madrasta e a irmã dela.

⁸ Caso Araceli Crespo: menina de 8 anos raptada por dois desconhecidos, estuprada e brutalmente assassinada em 18 de maio de 1973. Os assassinos foram absolvidos e o processo arquivado pela justiça. Em 2000, o Congresso Nacional instituiu o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na data da morte de Araceli.

⁹ Caso Marielma de Jesus: menina babá torturada, estuprada e morta pelos patrões, em 2005, em Belém-PA. O caso se tornou símbolo da luta contra o trabalho infantil.

		inclusiva e neuropsicopedagogia		
Ana Lúcia ¹⁰	45	Curso de Magistério com Especialização em Educação Inclusiva	26 anos	24 anos
Flávio ¹¹	44	Licenciatura em Pedagogia com Especialização em Deficiência intelectual e psicopedagogia	22 anos	4 anos
Evandro ¹²	33	Licenciatura em Pedagogia com Especialização em Educação especial e inclusiva e neuropsicopedagogia	10 anos	1 ano
João Hélio ¹³	30	Licenciatura e Bacharelado em Educação Física	4 anos	2 anos

Fonte: Arquivo da pesquisa (2019).

O professor Bernardo é um homem de 54 anos, morador da Ilha de Cotijuba e trabalha nos anos iniciais há 34 anos, mesmo período de experiência como professor na escola *lócus* da pesquisa. É professor efetivo do quadro docente da instituição e atua nos 2º e 3º ano do ensino fundamental, trabalhando nos turnos da manhã e da tarde.

A professora Araceli é uma mulher de 50 anos, também moradora da Ilha de Cotijuba e atua como professora há 25 anos. Na escola, ela trabalha há 24 anos. Atualmente, é professora do 1º e 4º ano dos anos iniciais, em dois turnos, manhã e tarde. Ela já foi professora dos anexos escolares da instituição, localizados nas comunidades da Ilha de Cotijuba.

A professora Marielma, mulher de 52 anos de idade, é moradora do município de Belém. Trabalha na escola há 2 anos, mas sua experiência como professora é de 20 anos. Na escola, desenvolve as suas atividades nas turmas de 5º ano, nos turnos da manhã e da tarde.

A professora Ana Lúcia é uma mulher de 45 anos, moradora da Ilha de Paquetá,

¹⁰ Caso Ana Lúcia: menina de 7 anos raptada na porta do colégio, torturada, estuprada e morta por asfixia, no ano de 1973. O Caso foi censurado pela ditadura militar em 1974, por suspeitas de envolvimento de filhos de políticos com o crime.

¹¹ Caso Flávio Macedo: menino de 9 anos, estuprado e decapitado em ritual macabro por um casal e dois homens, no ano de 2012.

¹² Caso Evandro Caetano: menino de 6 anos morto em ritual macabro no ano de 1992.

¹³ Caso João Hélio: menino de 6 anos assassinado após um assalto ao ser arrastado pelos criminosos, preso no cinto de segurança, pelo lado de fora do veículo no ano de 2007.

comunidade localizada nos arredores da Ilha de Cotijuba. Possui experiência como professora há 26 anos, sendo 24 anos de atuação na rede estadual, mesmo período de atuação na instituição. Atualmente, é professora do 3º ano dos anos iniciais, no turno da manhã. E, durante o turno da tarde, atua em uma turma multisseriada no anexo escolar Pedra Branca, na Ilha de Cotijuba.

O professor Flânio, um homem de 44 anos de idade, morador da Ilha de Paquetá. Além da graduação em pedagogia, possui o curso de Licenciatura em Letras- Língua Portuguesa. E, atualmente, está cursando o Mestrado em Educação Matemática para os Anos Iniciais. Atua como professor há 22 anos, sendo seis anos na rede estadual de ensino e, destes, quatro na instituição lócus da pesquisa. Na escola, ele atua no AEE, nos três turnos de funcionamento.

O Professor Evandro é um homem de 33 anos, que reside na Ilha de Cotijuba e desenvolve suas atividades como professor de uma turma multisseriada do anexo escolar da comunidade Urubuoca, nos turnos da manhã e tarde. Além da graduação em Pedagogia, ele está cursando a graduação de artes visuais. Sua experiência profissional na área da Educação é de dez anos de carreira, sendo quatro atuando na rede estadual de ensino; destes, há um ano como professor dos anos iniciais, mesmo período de atuação na escola. Destaco que este professor, inicialmente, não era sujeito da pesquisa, porém, na última reunião de sensibilização, ele demonstrou voluntariamente interesse em participar do estudo.

O professor João Hélio, um homem de 30 anos, reside no Distrito de Icoaraci e atua como professor de Educação Física nos turnos da manhã e tarde, três vezes na semana (segunda, quarta e sexta-feira) na instituição pesquisada. Sua experiência como professor é de quatro anos, sendo dois anos na rede estadual, mesmo período de atuação na escola.

3.3 As reuniões de sensibilização e o diagnóstico das necessidades formativas dos docentes sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes

Esta subseção tem por objetivo descrever e analisar o processo das reuniões de sensibilização dos professores e o diagnóstico das necessidades formativas sobre o tema do enfrentamento da violência sexual e como foi utilizado esse diagnóstico

para organizar ciclos de estudos que possibilitassem os professores a criarem mecanismos de análise e reflexão sobre suas práticas.

Na intenção de criar condições para que os professores da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” pudessem refletir sobre a sua prática e desenvolvessem um saber que possibilitasse aos mesmos se reconhecerem enquanto produtores de conhecimentos capazes de transformar a sua realidade social, iniciamos o processo de sensibilização para a pesquisa colaborativa. Nesse momento, foi realizado o diagnóstico das necessidades formativas desse grupo de professores sobre a temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Foram utilizadas como técnica para o diagnóstico as etapas da análise de conteúdo já descritas acima. A seguir, descreveremos o diagnóstico.

3.3.1 Etapas do diagnóstico das necessidades formativas

Este diagnóstico iniciou a partir da *Leitura flutuante*, na qual estabeleci o primeiro contato com os dados e delineadas as impressões iniciais, representações e conhecimentos nas mensagens contidas no material transcrito. Estas falas significativas se constituíram no *Corpus* deste diagnóstico. No Quadro 10, faço a descrição do instrumento utilizado.

Quadro 10 - *Corpus* do Diagnóstico.

INSTRUMENTO	REUNIÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Registro oral das reuniões de sensibilização	1ª, 3ª e 4ª	PROFESSOR, r.s, - data	Coletados a partir das gravações das conversas realizadas com os professores durante as reuniões de sensibilização. Indicamos o pseudônimo do professor em letra maiúscula, o código – r.s – e a data em que a fala foi registrada.

Fonte: Baseado em Mendes e Miskulin (2017).

Para o diagnóstico, foram utilizados registros orais retirados da 1ª, 3ª e 4ª reunião de sensibilização, dos momentos significativos de discussões. Durante a 2ª reunião de sensibilização, não houve muitas discussões a respeito da temática da

pesquisa, ela foi mais objetiva e direcionada para a organização do espaço e do tempo dos professores.

A partir de então, foram escolhidas as unidades de registros, estas que podem ser definidas por diferentes tipos, tais como: a palavra, o tema, o personagem e o item (FRANCO, 2005). Para tanto, escolhi o “Tema” como unidade de registro, pois envolve “não apenas componentes racionais, mas também ideológicos, afetivos e emocionais. Elementos que podem ser percebidos, por exemplo, em respostas às questões tipo: [...] ‘O que você entende por VIOLÊNCIA?’ ” (FRANCO, 2005, p. 39).

Retornei à leitura dos dados coletados e comecei a explorá-los separadamente, buscando através de cada relato, os significados imprimidos a partir de temas. A escolha do “tema” como unidade de registro permitiu que fosse levantado um número maior de respostas permeadas por diferentes significações.

Após a análise e interpretação de cada relato, foram organizadas as unidades de registro como apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 11 - Unidades de Registro.

Unidades de Registro	Descrição
Considerações sobre a Colaboração e a Pesquisa	Entendimentos pessoais sobre atitude de colaboração, seja com a pesquisa, seja com a educação e expectativas sobre a proposta de pesquisa colaborativa
Considerações sobre Violência	Falas que atribuíram significados, definições e ideias sobre o fenômeno da violência.
Violências na Escola	Relatos sobre as suas vivências com as violências no ambiente escolar
Banalização dos casos de violências	Mensagens que pautavam a naturalização da violência pela sociedade e pela escola.
Considerações sobre Violência Sexual Contra Crianças e adolescentes	Entendimentos, sentimentos e relatos de vivências com relação temática da violência sexual contra crianças e adolescentes
Legislação/Políticas públicas de Garantia de direitos da criança e do adolescente	Mensagens de desconhecimento da legislação e/ou políticas públicas que garantem direitos de crianças e adolescentes.
Dificuldades para a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes	Relatos sobre as dificuldades de tratar e lidar com a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola.
Papel da Escola/ Professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes	Comentários sobre o desconhecimento do papel da escola e do professor frente ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes

Fonte: Baseado em Mendes e Miskulin (2017).

Após determinar as unidades de registro, iniciei o processo de construção e estabelecimento das unidades de contexto, estas que “podem ser consideradas como

o ‘pano de fundo’ que imprime significado às Unidades de Análise” (FRANCO, 2005, p. 43).

Nesse momento, busquei em cada fala dos professores colaboradores as recorrências e não recorrências explicitadas em cada uma das reuniões de sensibilização. Frente a esses critérios, realizei o agrupamento de algumas unidades de registro a partir das convergências de sentidos e significações que existiam entre elas, estabelecendo dessa forma três unidades de contexto.

Quadro 12 - Unidades de Contexto

Unidades de Contexto	Unidades de Registro
Considerações sobre a Colaboração e a Pesquisa colaborativa	Considerações sobre a Colaboração na Pesquisa
Considerações sobre Violência	Considerações sobre Violência
	Violências na Escola
	Banalização dos casos de violências
Considerações sobre Violência Sexual Contra Crianças e adolescentes	Considerações sobre Violência Sexual Contra Crianças e adolescentes
	Legislação/Políticas públicas de Garantia de direitos da criança e do adolescente
	Dificuldades para a denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes
	Papel da Escola/ Professor frente a violência sexual contra crianças e adolescentes

Fonte: Baseado em Mendes e Miskulin (2017).

Diferente da análise de conteúdo, não defini categorias, por isso, apresentarei, a partir de agora, separadamente, a análise de cada uma dessas unidades de contexto. É importante ressaltar que as unidades de contexto balizaram as discussões e estão inter-relacionadas, direta ou indiretamente, com o objeto e a problemática desta pesquisa. As análises feitas dessas três unidades de contexto me possibilitaram concluir o diagnóstico das necessidades formativas dos professores da E.E.E.F.M. “Profª Marta da Conceição”, para, então, pensar e elaborar as atividades de formação. Isso ocorreu a partir da discussão dessas unidades, a qual permitiu que fossem criados os eixos temáticos de formação.

3.3.2 Considerações sobre colaboração e a pesquisa colaborativa

A primeira reunião de sensibilização foi direcionada com o objetivo de compreender o que os professores entendiam sobre a atitude de colaborar, seja com

a pesquisa, seja com a educação, e quais eram as suas expectativas sobre a proposta de pesquisa que seria desenvolvida na escola.

A maioria das falas foram relacionadas, principalmente, às dificuldades e aos contextos que eles vivenciam cotidianamente, ou seja, problemáticas relacionadas a suas próprias práticas docentes e ao contexto escolar no qual estão inseridos.

Toda colaboração é sempre bem-vinda, então, quando todo mundo se ajuda e participa, de alguma forma de algum objetivo, as coisas funcionam. Através da colaboração as coisas fluem melhor, então, essa colaboração é importante dentro da escola (JOÃO HÉLIO, r.s – 30/11/2018).

Eu vejo assim, que se tu não colaborar com o outro o negócio não rola. Até por conta principalmente das muitas responsabilidades que temos, então, se tu não conseguir fazer colaboração com o outro a gente não caminha, né? [...] Pra mim eu entendo isso, que é a comunidade, escola, aluno e professor, a gente tem que um colaborar com o outro pra coisa poder fluir (ANA LÍDIA, r.s- 30/11/2018).

Nos relatos acima, os professores João Hélio e Ana Lídia enunciaram a importância da colaboração para se desenvolver um trabalho coletivo por todas as pessoas que compõem a comunidade escolar para que os objetivos da escola sejam alcançados. Constatei, dessa forma, que os professores entendiam a colaboração como algo que se manifestava a priori em cada indivíduo, como uma responsabilidade que todos deveriam ter para a escola “dar certo”, como uma atitude espontânea onde todos deveriam ter a mesma consciência.

Diante disso, Ibiapina (2008) enfatiza que colaborar não significa que todos participem igualmente das mesmas tarefas e com a mesma intensidade, mas que, baseados por um projeto comum, cada um contribua da sua maneira a beneficiar esse projeto sem se sentir pressionado a participar. É criar oportunidades iguais para que todos tenham vez e voz em todos os momentos do trabalho colaborativo.

A primeira necessidade identificada durante a reunião foi a de sensibilizar os professores para as atividades que acompanham esse tipo de pesquisa, dando-lhes informações sobre quais eram os seus papéis dentro do processo colaborativo e esclarecendo que o objetivo não era o de pesquisar sobre a ação deles, mas na ação com eles. E que o processo colaborativo seria construído coletivamente, a partir das necessidades do grupo, onde cada professor colaborador teria oportunidade de

contribuir da sua forma nas etapas da pesquisa, de maneira que se sentisse à vontade a participar do processo.

Uma pesquisa colaborativa se caracteriza por criar condições para que a colaboração e a reflexão aconteçam entre os pares, portanto, a atitude de colaboração não é algo espontâneo, mas, sim, apreendido deliberadamente durante qualquer processo de produção ou coprodução de conhecimento (IBIAPINA, 2008).

A professora Ana Lídia fez um apontamento que representa bem o que os professores colaboradores, em geral, relataram sobre o que seria uma atitude de colaboração no ambiente escolar:

O técnico pedagógico precisa auxiliar nessa nossa caminhada, tirar nossas duvidas para ampliar aquele conhecimento que a gente traz, mas que muitas vezes a gente não sabe como conversar com o aluno, que as vezes a gente tem uma ideia de como fazer, como trabalhar, mas a gente não sabe como passar. As nossas duvidas a gente tira sempre entre nós (professores), conversa entre nós. Então se a gente não tiver intensamente colaborando o negócio não vai longe (ANA LÍDIA, r.s - 30/11/2018).

Baseada no relato acima, percebi que durante o processo colaborativo seria necessário estabelecer momentos de relação de ajuda e conexões interpessoais entre os pares (colaborador/colaborador e pesquisador/colaborador), pelos quais fosse possível que as atitudes de colaboração fossem apreendidas e efetivadas.

Os estudos sobre pesquisa colaborativa revelam que, quando há uma interação entre pares com diferentes níveis de conhecimentos e com diferentes competências, as atitudes de colaboração se efetivam, ou seja, quando um companheiro mais experiente ajuda o outro menos experiente a realizar uma determinada atividade, isso permite avançar na capacidade de aprendizado profissional (DESGAGNÉ, 2007; IBIAPINA, 2008).

Atitudes de colaboração rompem com a lógica neoliberal presente na sociedade e no ambiente escolar que prioriza a individualidade, a competição, o ranqueamento. Colaborar, pois, significa envolver todos e todas na construção de um ambiente horizontal, democrático, onde seja desenvolvido um trabalho coletivo que produza conhecimentos e práticas docentes mais conscientes e emancipadas, com vistas na transformação social.

Os professores colaboradores imprimiram em suas falas inquietações com relação a forma na qual tradicionalmente as pesquisas são desenvolvidas. Os relatos foram carregados por um tom de desabafo advindo das experiências anteriores com as pesquisas em educação:

Sobre a pesquisa eu penso assim, que é legal, mas quando, também, as pessoas que vem fazer a pesquisa com a gente, trazem algo pra nos ajudar, né? Porque muitas das vezes, essas pessoas só querem sugar o nosso conhecimento [...] do meu ponto de vista, eu acho legal quando na pesquisa existe a questão da troca, pois tem alguns que vem, coletam o que eles acham legal, colocam lá no texto, dizem o que é pra gente fazer, mas não nos ajudam a fazer (ARACELI, r.s - 30/11/2018).

Do meu ponto de vista colaborar com a pesquisa é legal, mas desde que o pesquisador venha nos trazer algo de bom, e não seja só pra obtenção de título, que não venha só pra dizer que “lá na escola tal os professores não estão fazendo isso, aquilo, que não está certo”, só descreva as nossas atividades e não nos ajude efetivamente com a realidade (MARIELMA, r.s - 30/11/2018).

Quando chega o pesquisador a gente fica bem “escabriado”, porque a gente não sabe com quem vai lidar, e o que dar de informação, a gente dá as informações que a gente acredita serem mais pertinentes, mas a gente não tem o retorno dessas pesquisas. Então essa questão da colaboração, pelo menos pra mim, ela é extremamente importante (FLÂNIO, r.s- 30/11/2018).

No geral, estes professores acreditavam que, mesmo que estivessem colaborando com essas pesquisas, não existia retorno/resultados que influenciariam diretamente na mudança da sua realidade escolar, ou seja, na concepção desses docentes, os resultados das pesquisas educacionais traziam poucos impactos visíveis para a escola e/ou prática docente.

Esses relatos evidenciaram a resistência que professores da educação básica possuem em participar de qualquer tipo de pesquisa. Isso ocorre porque a maioria das pesquisas em educação segue a lógica de modelos empírico-analíticos, onde o professor é visto apenas como uma fonte de informação, um objeto a ser estudado.

Desgagné (2007) e Ibiapina (2016) dizem que ainda há uma relação hierarquizada e vertical entre a academia e a escola. Isso faz com que professores tenham essa resistência em colaborar com a pesquisa em educação. Além disso, os autores ressaltam que esse distanciamento entre o pesquisador, objeto de pesquisa e pesquisados faz com que os estudos não atendam às expectativas reais dos

professores, principalmente, porque os interesses de formação dos professores estão voltados, prioritariamente, ao aprimoramento de suas práticas cotidianas.

Há uma necessidade de que pesquisas em educação ajudem esses docentes a solucionarem conflitos e problemas que estão presentes dentro da complexidade do cotidiano escolar, isto é, necessita-se de uma aproximação real entre o universo da pesquisa (saber acadêmico-científico) e do universo da escola (cotidiano escolar).

O professor Flânio destacou esse distanciamento, legitimando assim, as discussões que apontam um abismo existente entre a universidade e o meio escolar (DESGAGNÉ, 2007). Ele ressaltou a importância de se ter um *Feedback* dessas pesquisas para a escola, e que fossem além de uma formação pontual, objetiva e com elaboração de prescrições instantâneas, um retorno que os auxiliassem a caminhar após a presença do pesquisador e tempo de pesquisa, um conhecimento que eles pudessem transformar em práticas docentes:

As nossas pesquisas universitárias elas estão muito distantes do contexto da escola, e eu percebo que a colaboração não existe elas são apenas formações pontuais, para determinado momento, para aquele trabalho de pesquisa e não contempla o professor. Pra escola seria importante esse retorno, esse feedback, que vá para além daquele momento. Durante essas pesquisas, essas formações, eles não nos ensinam a caminhar depois daquele momento. O pesquisador não vai estar sempre do nosso lado, então é importante nos termos um auxílio e uma orientação do que fazer para que eu possa aplicar na minha sala de aula o que eu aprendi e a partir daí desenvolver uma ação (FLÂNIO, r.s- 30/11/2018).

A partir desse relato, identifiquei que os professores necessitavam que a pesquisa contribuísse qualitativamente para a mudança das suas atividades docentes, a partir da construção de conhecimentos baseados em seus contextos, um conhecimento que servisse para além do período de desenvolvimento da pesquisa, ou seja, era preciso conceber a realidade estudada para a partir de então promover a aproximação da teoria e da prática (universidade da escola) e pensar nas ações de formação como estratégias para que os professores compreendessem as suas ações e desenvolvessem a capacidade de solucionar conflitos da sua prática com mais profissionalismo.

Pesquisar colaborativamente é contribuir para o desenvolvimento profissional dos docentes quando são planejadas atividades formativas que oferecem

mecanismos que os ajudem a enfrentar e refletir as problemáticas sociais e situações educativas com as quais eles se deparam cotidianamente. E, à medida que estes docentes refletem e compreendem as suas práticas cotidianas, contribuem para que o pesquisador reinterprete as discussões teóricas com base nas suas práticas, ou seja, a colaboração é uma ajuda mútua (IBIAPINA, 2008).

Algumas expectativas foram levantadas com relação ao trabalho que seria desenvolvido na E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição”:

Eu enquanto professor acredito que a gente tem que tá se formando continuamente, se apropriando dos conhecimentos, e a gente tendo essa troca, que é colaborativa mesmo, é importante (FLÂNIO, r.s- 30/11/2018).

[...] essa pesquisa colaborativa ela tem que vim pra ajudar a gente desenvolver um trabalho melhor, muito melhor na escola, porque a educação mudou, e mudou porque a gente mudou também (BERNARDO, r.s- 30/11/2018).

[...], então eu espero que essa sua pesquisa seja colaborativa pra todo mundo, tanto da gente pra senhora quanto de você pra gente, e transforme um pouco da nossa realidade nas escolas das ilhas (ARACELI, r.s - 30/11/2018).

Colaborar na pesquisa sua pesquisa vai ser bom, desde que a gente participe, que a gente aprenda, que ela auxilie na nossa postura, que a direção nos apoie e que a gente possa ajudar também (MARIELMA, r.s - 30/11/2018).

O trabalho colaborativo de coprodução de conhecimento representa a criação de novas possibilidades de se compreender a prática docente, um elemento essencial no processo da pesquisa em educação. Nesse sentido, essa atividade pressupõe que o pesquisador contribua em dois campos, o da pesquisa e o da formação continuada desses professores (IBIAPINA, 2008).

Para tanto, era necessário superar um modelo unicamente descritivo de compreensão da prática docente, que realiza apontamento de erros, delineia perfis para professores da educação básica (bom professor/mau professor) e cria “receitas prontas” e homogêneas para solucionar diferentes problemas da prática cotidiana, ou seja, negar uma pesquisa que fosse apenas diagnóstica, de instrução e sem devolução aos professores.

Diante disso, era necessário ouvir a voz dos professores para entender quais eram as suas necessidades formativas com relação à temática pesquisada. Então, durante o período das reuniões de sensibilização, além de discutirmos sobre a pesquisa colaborativa e negociarmos espaços e tempos para a realização do período colaborativo na escola, discutimos sobre alguns temas relacionados ao objeto da pesquisa.

Nesta fase de sensibilização, realizei o diagnóstico como uma estratégia para a organização das atividades de formação continuada e produção de conhecimentos. O objetivo principal desse momento foi o de fazer um levantamento dos conhecimentos prévios e identificar as principais dificuldades que os professores colaboradores apresentavam a respeito da temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Ibiapina (2008) diz que as reuniões de sensibilização e o diagnóstico de necessidades formativas são partes integrantes da pesquisa colaborativa, pois é nesses momentos que é possível produzir objetivos e fornecer informações que subsidiem as atividades de formação. São condições primordiais para esse tipo de abordagem de pesquisa.

Frente ao exposto, sobre a necessidade de ouvir os professores para identificar as suas necessidades de formação, foram realizadas duas reuniões para conversarmos sobre temáticas que estão relacionadas ao objeto da pesquisa.

A terceira e a quarta reuniões de sensibilização foram dois momentos, nos quais os professores ficaram livres para exporem, em uma roda de conversa, suas impressões, considerações, sentimentos, entendimentos e aflições sobre a temática de pesquisa proposta. À medida que eles discutiam sobre determinado tema, fiz intervenções com perguntas que auxiliariam posteriormente o diagnóstico.

3.3.3 Considerações sobre violência

A violência foi uma das categorias mais discutidas pelos professores, pois, automaticamente, quando solicitado que eles falassem um pouco sobre a temática da

violência sexual contra crianças e adolescentes (VSCCA), todos direcionaram as suas falas para apontamentos sobre o fenômeno da violência de forma geral.

Não podemos esquecer que a VSCCA é um recorte existente dentro do fenômeno da violência, no entanto, o fato dos professores colaboradores não se sentirem seguros para discorrer sobre esse assunto demonstra a falta de formação (inicial e continuada) destes educadores para o trato desta temática. Colocando em evidência as dificuldades e os tabus existentes na abordagem da temática no ambiente escolar, sobretudo, quando esse tipo de violência é praticado contra crianças e adolescentes.

Ao definirem violência, os professores colaboradores trouxeram variadas formas de manifestações deste fenômeno, e a maioria delas estava relacionada à violência física e simbólica. Veja os comentários a seguir:

Eu penso que violência é tudo aquilo que eu faço que machuca e que agride outra pessoa. Até nas palavras, nas conversas, na forma que você fala com o outro, isso pra mim é uma agressão. A violência as vezes surge dentro da nossa casa mesmo, até na forma da gente se comunicar com as pessoas (ANA LÍDIA – r.s - 14/12/2018).

Eu acho assim de que ela é variada, são muitas formas, é agressão verbal, física, é tratar o outro mal, e fala mal do outro, e não se colocar no lugar do outro (MARIELMA – r.s- 14/12/2018).

Tem vários tipos de violência. Violência física, psicológica, emocional, intelectual. [...] violência pra mim é esse não respeitar o outro dentro das suas limitações, dentro das suas possibilidades, e aí quando você não respeita isso, é um ato de violência muito claro (FLÂNIO – r.s- 14/12/2018).

Existem vários tipos de violência, a violência verbal, a violência física, que é muito comum. Pra mim todo ato de violência é pra prejudicar o próximo intencionalmente (ARACELI, -r.s- 14/12/2018).

A violência é um fenômeno complexo e de difícil conceituação, pois sempre esteve presente em diferentes formas, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais, simbólicas, culturais, verbais e, em diferentes contextos da sociedade, principalmente, nos momentos de mudanças políticas e históricas da humanidade.

Para Bazaral (2014), devido à grande abrangência e variedade de sua manifestação, a violência é uma problemática que não permite consenso enquanto a sua conceituação, porque não há como enquadrar este fenômeno em um único

enfoque específico, visto que ela se traduz de acordo com circunstâncias históricas em que está inserida.

É importante destacar que, ao tentarem definir violência, os professores colaboradores elencaram diversas tipologias, e isso se dá devido às dificuldades de se estabelecer um discurso universal sobre o fenômeno, mas chamou-me atenção que em nenhum dos comentários, a violência sexual foi citada como uma forma de ocorrência.

Percebendo que nenhum professor havia citado a violência sexual em suas falas, foi perguntado sobre com quais tipos de violências eles mais se deparavam ou reconheciam a existência no cotidiano. Os relatos foram pautados, principalmente, nas violências ocorridas dentro das relações estabelecidas no ambiente escolar e, mais uma vez, não houve qualquer comentário sobre violência sexual.

[...] no nosso dia a dia a todo momento isso acontece, seja de professor para professor, de professor para aluno, de aluno para professor, de aluno para aluno, em todos os momentos a gente é agredido de certa forma, porem as pessoas nem imaginam, principalmente de aluno. Eles agridem muito o professor com palavras, as vezes eles nem sabem o que estão fazendo (ANA LÍDIA – r.s- 14/12/2018).

Com os alunos da educação especial, eles sofrem muitas dessas violências, como se eles fossem o objeto com o qual você vai brincar e aí quando é observado isso o discurso é “mas eu tava só brincando” e não é reconhecido o ato de violência (FLÂNIO – r.s- 14/12/2018).

Além de reconhecerem a ocorrência de outros tipos de violência que estão presentes no ambiente escolar, sem citar quais, mas que, por algum motivo, não existe uma atenção adequada o que conseqüentemente provoca a invisibilidade, os professores relataram um processo de difícil desconstrução social ou percepção em alguns casos, não só pela escola, mas também pela sociedade.

Os comentários dos dois professores a seguir retrataram bem a discussão levantada pelo grupo de professores colaboradores:

Na escola existe muitas dessas violências, mas elas estão meio que camufladas, a gente acaba não atentando muito pra elas, elas acabam ficando meio escondidas, mas elas acontecem muito. A gente passou a tratar a violência como uma coisa normal, né? Naturalizou. As violências físicas que são as mais aparentes, a comunidade escolar acaba aceitando e naturalizando muitas coisas (FLÂNIO – r.s- 14/12/2018).

Na maioria das vezes se tornou tão banal a violência que as pessoas já não estão, mas nem preocupadas, ninguém quer saber que se dane. Eles não estão nem aí, não. Se tornou natural isso (ANA LÍDIA – r.s- 14/12/2018).

É comum nos depararmos com projetos desenvolvidos pelas escolas que têm como objetivo o combate às violências, porém, a sua maioria não possui um enfoque que trate sobre o enfrentamento da violência sexual. Geralmente, os projetos são mais direcionados para o combate às violências urbanas ou àquelas ocorridas dentro do ambiente escolar, a exemplo do *bullying* ou da violência física. Isso se dá pelo fato dessas violências possuírem maior “destaque” nas agendas das discussões escolares, havendo mais informações a respeito de suas ocorrências.

À medida que a escola começa a desenvolver atividades de formação continuada para que a comunidade escolar aprenda a trabalhar com a temática do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, esses educadores começam a descobrir uma realidade até o momento desconhecida, ou que estão camufladas naquele contexto.

Segundo o Guia Escolar (2011), os professores, em sua maioria, desconhecem a realidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes, pois há uma desinformação sobre a temática, e isso os impede de ajudar a enfrentar esse tipo de crime. O guia chama a atenção para o caráter delicado do assunto e à necessidade de se fazer uma preparação quando for realizar a sua abordagem dentro da escola, destacando a importância de trazer especialistas sobre o tema para fornecer uma formação geral para a comunidade escolar.

A falta de informação pode também ser uma das causas indutoras para a naturalização das violências. Visto que, sem informação, a sociedade em geral não tem como denunciar ou criar mecanismos de enfrentamento a esses casos, fortalecendo, assim, as suas ocorrências e recorrências, principalmente, quando se trata de violência sexual contra crianças e adolescentes, em que existem vários fatores que tornam as vítimas vulneráveis e silenciadas frente a esse tipo de violência.

Barros (2016), embasada nos pensamentos de Baierl e Almendra (2014), aponta que não devemos tratar a violência apenas combatendo a violência, mas enfrentá-la combatendo o medo e dando visibilidade a este medo. Segundo ela, isso significa criar soluções e respostas de forma coletiva para a sociedade e a vida em

todos os seus âmbitos e não permitir que o medo e a paralisia social fortaleçam as diferentes manifestações de violência.

Outra questão é que violência enquanto fato social tem sido negligenciada, porque, apesar de se ter a consciência da sua existência, ela acaba se transformando em algo suportável para a sociedade, pois faz parte da lógica do sistema capitalista que a sociedade produz (BAZARAL, 2014).

E, quando se trata da violência sexual, essa lógica de mercado se apresenta fortemente nas suas manifestações. Leal (2002) diz que o projeto societário econômico permite a comercialização do sexo com crianças e adolescentes, provocando a banalização desse tipo de crime, por meio da erotização da imagem da criança e do adolescente, transformando-os em produtos de consumo da mídia para benefício do mercado.

Landini (2011) afirma que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das manifestações de violência mais difíceis de serem identificadas, principalmente, pelo pacto de silêncio que perpassa a lógica de relação de poder entre os violentadores e as vítimas. Nesse sentido, faz-se necessário possibilitar aos educadores o acesso a conhecimentos sobre este fenômeno, para que possam colocar em ação atividades de prevenção no enfrentamento dessa violência.

Ao fim da terceira reunião de sensibilização, percebi que os professores se limitaram na discussão sobre violências e não adentraram especificamente no recorte da violência sexual contra crianças e adolescentes. Diante disso, precisei estender a roda de conversa para uma quarta reunião de sensibilização.

3.3.4 Considerações sobre violência sexual contra crianças e adolescentes

A quarta reunião de sensibilização iniciou com o objetivo de que eles fizessem considerações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, porém foi necessário que eu explicasse antes que aquele espaço não estava sendo realizado para julgar se o que os professores estavam falando era certo ou errado, mas sim para ouvi-los e, a partir disso, ajudá-los a compreender este fenômeno.

Após este esclarecimento, começaram a emergir as primeiras impressões, lembranças e sentimentos sobre essa temática. Veja, a seguir, alguns comentários:

É um atentado ao pudor! (MARIELMA –r.s- 05/04/2019).

Quando eu era nova, bem assim, eu acho que tinha 12 anos, eu trabalhava na casa de uma senhora, eu fui na rua, eu fui sozinha. Mas como eu sempre tive minhas “partes” bem grandes mesmo, eu estava com um short colado e uma blusinha, o cara vinha de bicicleta e começou a olhar para as minhas “partes”, eu sozinha, só fiz andar de pressa. Ele não praticou o ato, mas só dele me olhar eu já sabia o que ele vinha imaginando, o que ele queria fazer. Uma vez eu vinha da escola e uma pessoa me parou e falou assim “olha, tu não vens mais com essa calça, porque a tua b***** (órgão sexual) fica deste tamanho (fez um gesto com as mãos) ” (ANA LÍDIA – r.s- 05/04/2019).

[...] infelizmente a violência sexual contra crianças e adolescentes é recorrente, e a gente sabe, que quando acontece com nós meninas e mais difícil, nós não temos a mesma força que a de um homem. Então, ele faz o que quer com a gente, e não tem como lutar com ele, a gente até tenta, mas não tem como. [...] e esse tipo de violência não existe só com a mulher, o homem também sofre (ARACELI –r.s- 14/12/2018).

A violência sexual é um crime que choca pessoalmente a maioria das pessoas, e, talvez, por isso, muitos evitam falar sobre este assunto. Isso pode explicar o desvio do foco na primeira roda de conversa sobre a temática. Além disso, o guia Escolar (2011) afirma que muitos professores quando se deparam com discussões sobre a temática, acabam revivendo processos violentos que eles mesmos sofreram, pois é natural que praticamente todas as pessoas que vivenciaram situações de algum tipo de violação sexual reconheçam essa violência ao falar sobre ela, e, logo, evitam-na para não reviver.

A fala da professora Araceli destaca a lógica de relação de poder que perpassa os casos de violência sexual. Para Arendt (1997), a verticalidade nas relações entre adultos e crianças se dá pela experiência e pelo domínio que os adultos têm sobre valores, saberes e fazeres e ao fato destes terem a responsabilidade de transmiti-lo para as gerações, ou seja, a assimetria é legitimada nessa relação, independente do lugar que o adulto ocupe. Além disso, a autora destaca que a arbitrariedade e a violência, física ou simbólica, são componentes historicamente presentes entre crianças e adultos.

Do mesmo modo, a violência sexual ocorre, segundo Faleiros e Faleiros (2007), quando uma pessoa fisicamente, sexualmente, psicologicamente mais desenvolvida

tira proveitos sexuais sobre crianças e adolescentes, para a satisfação de prazeres sexuais próprios ou de terceiros, concebendo assim uma relação de poder perversa.

A professora se retrata principalmente ao sexo feminino, de fato, casos de violência sexual, segundo os dados estatísticos, são mais recorrentes com crianças do sexo feminino, devido ao machismo enraizado e à hipersexualização e objetificação do corpo de meninas, principalmente, meninas adolescentes. Mas o machismo não atinge apenas crianças do sexo feminino, os meninos também são vítimas, e o preconceito e a masculinidade tóxica existente na sociedade faz com que muitos casos de violência sexual ocorridos com crianças do sexo masculino não sejam denunciados, além de tirá-los da condição de vítima para agentes da violação.

Os professores também relataram dificuldades existentes em realizar a denúncia quando suspeitam ou identificam casos de violência sexual. Esses relatos foram baseados, principalmente, nas experiências anteriores destes professores com o fenômeno:

Quando acontece uma situação assim, atípica, eu comunico a direção para que eles comuniquem o conselho, porque essa é uma situação que eu ainda piso muito em ovos, eu não sei como proceder, pois, quando a gente denuncia acaba virando um problema, então, como eu não sei como devo proceder, eu deixo a cargo de quem entende e tem formação pra isso, porque eu acredito que deva ter formação pra isso. (FLÂNIO – r.s- 05/04/2019)

Até porque quando a família chega ou a mãe confronta, os filhos começam a negar também, então a gente não sabe como deve agir nesses casos, são coisas muito complicadas[...]mais o que a gente vai fazer se a mãe tá dizendo que não? a gente não pode fazer nada! (ANA LÍDIA – r.s- 05/04/2019)

O Guia Escolar (2011) elenca vários fatores que levam educadores a não realizarem a denúncia, são eles: o desconforto emocional e psicológico com o trato da temática, principalmente, pela sexualidade infantil ser um grande tabu e uma dificuldade de ordem cultural; a falta de tempo, pois sabem que essas ações demandam um tempo, tanto para a proteção das vítimas quanto para a responsabilização dos autores e, por isso, acabam se omitindo; o medo de se envolver em “complicações” com os familiares ou legais; e a falta de credibilidade da polícia e da justiça para a resolução desses casos.

Nesse sentido, faz-se necessária a formação continuada destes educadores, pois, o educador, ao saber, ouvir ou suspeitar da ocorrência desse tipo de violência, precisa procurar ajuda. Então, ensinar as formas de notificações para professores é uma atividade necessária para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

E não só as formas de notificação, mas, também, possibilitar a familiarização destes professores com as políticas públicas e legislações destinadas para garantir direitos de crianças e adolescentes, pois muitos desconhecem esses instrumentos de garantia de direitos, como foi constatado no grupo de professores colaboradores da E.E.E.F.M. “Profª Marta da Conceição”:

Eu já li algumas coisas aí, porque eu estudei pra concurso, e nesses concursos cai muito sobre o ECA, né? Eu já fui pra algumas formações que SEMEC fornece pra gente que tratam dessa temática aí (MARIELMA –r.s-05/04/2019).

Como eu sou da Educação especial, eu me volto mais pras leis do autista, da pessoa surda, da pessoa com deficiência, mas no geral, essas questões da violência sexual é mais o ECA (FLÂNIO – r.s – 05/04/2019).

Eu já dei uma linda, mas nunca parei assim pra me apropriar, mas eu já li todinho o Estatuto da Criança e do adolescente (ANA LÍDIA – r.s-05/04/2019).

Incluir a compreensão de direitos de crianças e adolescentes nas práticas docentes garante que professores tenham uma atuação mais transformadora, e, conseqüentemente, a diminuição de crimes cometidos contra crianças e adolescentes, principalmente a violência sexual, em decorrência disso, a escola começa a desenvolver uma cultura de prevenção em seu contexto.

Ao incluir no cotidiano escolar a visão de crianças e adolescentes como sujeito de direitos, efetiva-se também o que sancionou a Lei 11.525 (BRASIL, 2007), que acrescentou à Lei 9.394 (BRASIL, 1996), de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a “inclusão de conteúdo que trate dos direitos da criança e do adolescente no currículo do Ensino Fundamental, observada a produção e distribuição de material didático adequado”, com base no ECA (BRASIL, 1990). Além disso, é necessário que professores tenham conhecimento que se omitir frente a ocorrências de casos de

violência sexual contra crianças e adolescentes é crime previsto em lei, e estes podem ser responsabilizados pela falta de denúncia:

Art. 245 Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990, Art.245, s/p).

Ao fim da conversa, foi questionei se os professores colaboradores sabiam qual era o papel da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e apenas um professor respondeu:

Eu acho que o papel da escola é isso, fazer a lei funcionar junto ao conselho, chamar pra averiguar a situação, pra saber o que aconteceu com a criança, junto aos responsáveis. Eu normalmente faço isso, falo com a coordenação, com a direção, pra que a gente possa acionar o conselho tutelar, pra que ele tome as medidas certas (FLÂNIO –r.s- 05/04/2019).

Como já dito anteriormente, um dos maiores desafios do enfrentamento está na necessidade de uma formação continuada de professores da escola de ensino fundamental e médio, os professores necessitam de um processo de capacitação para conseguirem elaborar projetos e ações que visem à inserção da temática no planejamento escolar para preencher lacunas da formação inicial. (BRASIL, 2011).

Diante de todos esses relatos e do que a literatura especializada retrata sobre as dificuldades na formação continuada de professores, principalmente, para tratar da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, entendo que o papel da pesquisadora colaborativa não era apenas o de sensibilizá-los para a realização da pesquisa na escola, mas, também, de se sensibilizar diante das dificuldades apontadas por esses professores a fim de elaborar um plano de formação que atenda às necessidades expressas durante as reuniões de sensibilização.

3.3.5 Definindo a estrutura de formação do ciclo de estudo e reflexão

Os principais pontos levantados pelos professores nas reuniões de sensibilização sobre a temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes apontam necessidades formativas que estão desde a compreensão dos conceitos, causas e consequências de abuso sexual e da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes a como realizar a identificação e notificação de suspeitas e/ou ocorrências de violência sexual, o que, conseqüentemente, aponta para a falta de informação sobre qual o papel do professor e da escola no enfrentamento deste tipo de violência.

Para pesquisar colaborativamente, pesquisadores e professores precisam se reunir para refletir sobre esses conhecimentos, a partir de ciclos reflexivos que auxiliem a análise, o dialogismo e a colaboração entre pares com diferentes níveis de competência profissional. Esse processo cria oportunidades para que sejam externalizados sentidos e significados, ajudando a reorganizar as estruturas já fixadas ampliando os níveis de conhecimento teórico e prático dos pesquisadores e dos professores (IBIAPINA, 2008, p. 44).

Nesse sentido, baseada nas falas dos professores e no que eles me expressaram em suas inquietações durante as reuniões de sensibilização, elaborei um escopo do plano de formação dividido em três eixos temáticos. Este plano foi apresentado aos professores para a avaliação e aprovação do mesmo.

A partir deste escopo foram confirmados os horários das sessões de estudo, as datas, o espaço, os recursos didáticos e humanos, a metodologia e as temáticas. Além disso, o plano foi flexibilizado em várias oportunidades, sendo possível a sua reorganização toda vez que algum imprevisto e/ou contratempo surgia na rotina da escola, dos professores e/ou da pesquisadora.

No quadro 13, apresentamos a estrutura final das formações realizadas na E.E.E.F.M “Prof^a Marta da Conceição” que ocorreram no período de abril a outubro de 2019.

Quadro 13 - Eixos temáticos de formação – Ciclo de estudo e reflexão.

CICLO DE ESTUDO E REFLEXÃO	
EIXOS	ABRIL
Eixo 1: “Tipos e formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes: Abuso Sexual”	1ª Sessão de Estudo: Os conceitos, as causas e as consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes
	MAIO
	2ª Sessão de Estudo: Aprendendo a identificar os sinais do abuso sexual
	JUNHO
	Reunião de Reorganização de Calendário de Ciclos 2º semestre
	AGOSTO
	1ª Sessão de análise reflexiva : vídeo “ O segredo: Aprendendo a Lidar com o Abuso”
Eixo 2: “Tipos e formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes: Exploração Sexual Comercial”	3ª Sessão de Estudo: Aprendendo a notificar os casos de suspeita e a ocorrência de abuso sexual
	2ª Sessão de análise reflexiva: vídeos e notícias jornalísticas sobre casos confirmados de abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes
	SETEMBRO
Eixo 3: “A escola e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”	4ª Sessão de Estudo: A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: conceitos, causas e consequências
	5ª Sessão de Estudo: A exploração sexual comercial: como a escola pode enfrentar esse desafio?
Eixo 3: “A escola e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”	OUTUBRO
	3ª Sessão de análise reflexiva: vídeos que tratam sobre o tema da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no contexto da Amazônia ribeirinha
	6ª Sessão de Estudo: A escola como espaço de construção de uma cultura de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes
	NOVEMBRO
Encerramento	Reuniões de organização da Intervenção
	Atividade de Intervenção: Feira de Ciências
	DEZEMBRO
	Reunião de encerramento, avaliação do ciclo de estudo e reflexão e entrega de certificados.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

De abril a outubro de 2019, ocorreu o ciclo de estudo e reflexão com o objetivo de aprofundar os diálogos inicialmente tecidos com os professores sobre a temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, e este processo será descrito e analisado nesta subseção.

O ciclo de estudo e reflexão iniciou com a participação de um quantitativo de sete professores, porém, no decorrer da pesquisa, dois professores desistiram. É importante destacar que não foi vetada a participação destes docentes durante as

sessões de estudos e, em algumas sessões, estes se fizeram presentes e contribuíram com o momento.

As sessões de estudos e as sessões de análise reflexivas aconteceram em uma das salas de aula da E.E.E.F.M. "Profª Marta da Conceição" que fora escolhida e organizada pelos próprios docentes colaboradores para ser utilizada durante todo o período do ciclo de estudo e reflexão; e assim ocorreu, sendo uma única sessão de estudo realizada fora da escola, no pátio do Anexo Urubuoca.

Utilizei como recursos didáticos para as sessões de estudos e de análises reflexivas o *datashow* disponibilizado pela gestão escolar e a apresentação em *powerpoint* para facilitar a exposição do conteúdo referente à temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, além de vídeos disponibilizados no *Youtube* para aprofundamento do tema e reflexão conjunta.

Este do ciclo de estudo e reflexão, bem como os conhecimentos e práticas produzidas durante esse período colaborativo na E.E.E.F.M "Profª Marta da Conceição", serão descritos e analisados nas próximas seções.

4 OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS SOBRE OS TIPOS E FORMAS DE OCORRÊNCIA DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nesta seção, irei descrever e analisar o processo das sessões de estudos e sessões de análise reflexivas do primeiro eixo formativo do ciclo de estudo e reflexão, intitulado “Tipos e formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes: Abuso Sexual”, que teve por objetivo apresentar e oferecer subsídios para que os professores pudessem compreender os conceitos, as causas e consequências do abuso sexual, bem como realizar a identificação, o acolhimento e a notificação de casos suspeitos ou confirmados deste tipo de violência.

4.1 Primeira sessão de estudo – Os conceitos, as causas e as consequências do abuso sexual contra crianças e adolescentes

No dia 26 de abril de 2019, de 10h às 12h, aconteceu a primeira sessão de estudo do ciclo. Neste dia, iniciei a formação relembrando alguns aspectos referentes à pesquisa colaborativa, além de retomar alguns acordos estabelecidos com os professores durante as reuniões de sensibilização.

O primeiro aspecto lembrado diz respeito ao processo de formação e pesquisa que ocorreria simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo em que eu me encontrava naquele espaço para contribuir com o grupo de professores, a partir de sessões sistemáticas de estudos, estava, também, coletando dados para a minha pesquisa e, assim como os docentes, em um processo de formação continuada.

O segundo aspecto destacado foi sobre o tipo de relação que seria estabelecida entre mim (pesquisadora) e os professores colaboradores durante o ciclo de estudo e reflexão. Considerei importante, mais uma vez, esclarecer aos docentes que meu papel enquanto pesquisadora colaborativa, naquele espaço, não era o de única detentora de todo conhecimento científico, mas de mediadora entre os conhecimentos, pois eles também eram produtores de conhecimento (não só da prática) e poderiam intervir sobre a própria realidade, e, quando se sentissem à vontade, poderiam contribuir na discussão.

Além disso, pontuei mais uma vez que o tipo de pesquisa que seria desenvolvida não possuía o objetivo de criar perfis de “bons ou maus professores”, que eu não estava ali naquele espaço para culpabilizá-los pela não realização de ações de enfrentamento à violência sexual no ambiente da escola, mas para colaborar, a partir do ciclo de estudo e reflexão, para o desenvolvimento de novas práticas e possibilidades de enfrentamento e de uma cultura de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes naquele espaço.

Nesse sentido, pontuei que o enfrentamento e suas ações não poderiam ser entendidas como uma ação individual, mas, sim, coletiva, nas quais o professor faz parte de um contexto social, portanto, não pode ser visto como o único responsável pela resolução dessa problemática que se origina em espaços para além do ambiente escolar.

Segundo Landini (2011), a prática de enfrentamento da violência sexual não se configura em uma atividade isolada, por isso, cabe uma articulação com outros profissionais para ajudar na identificação, na prevenção e no combate do fenômeno. Sendo assim, ao menor sinal de suspeita, o professor pode buscar ajuda com outro colega profissional para lidar com os procedimentos da situação caso não se sinta seguro.

A importância de se criar parcerias também é destacada pelo Guia escolar (2011), quando este diz que, se o educador desconfiar que alguma criança esteja sofrendo violência sexual, ainda que seja uma suspeita, em caso de dúvida, deve pedir opinião de um outro colega, porém, sempre tendo o cuidado de não revelar a identidade da criança.

Com relação aos acordos estabelecidos para a formação, lembrei-lhes do horário, da quantidade, do tempo e do dia definidos para a realização das sessões de estudo e sessões de análise reflexiva. Além disso, novamente, frisei sobre a importância da leitura prévia do Guia Escolar para auxiliar nas discussões e no melhor aprofundamento sobre a temática durante o tempo de formação.

Após esse momento, expliquei aos professores que, para compreender, identificar e enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes enquanto um fenômeno social, era de suma importância conhecermos os tipos e as formas distintas

de sua manifestação, ou seja, compreender as definições e distinções dos conceitos de violência sexual, abuso sexual e exploração sexual.

Diante disso, iniciei efetivamente a sessão de estudo com a exposição do conceito de violência sexual contra crianças e adolescentes, tomando como referência, além do Guia escolar (2011), alguns teóricos que discutem de forma contemporânea essa temática (AZAMBUJA, 2011; LANDINI, 2011; MIRANDA, 2016) e a legislação brasileira (CÓDIGO PENAL, 1940; CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988; ECA, 1990).

Em seguida, comecei a discorrer sobre o conceito de abuso sexual bem como das suas formas de ocorrência, e, para tanto, utilizei o quarto capítulo do Guia Escolar, intitulado “Os conceitos, as causas e as consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes”.

[...] faremos neste Guia Escolar uma diferenciação entre as três formas distintas e interconectadas que, segundo estudiosos, ativistas e formuladores de políticas sociais, compõem o conceito de violência sexual: o abuso sexual, a pornografia e a pedofilia nos meios de comunicação e a exploração sexual comercial [...] considerando que a ênfase deste Guia Escolar está no primeiro tipo de violência, conceituaremos neste capítulo apenas o abuso sexual. A exploração sexual comercial e a pornografia e pedofilia nos meios de comunicação serão objetos de outros capítulos (BRASIL, 2011, p. 63).

Os pontos de formação da sessão de estudo foram pautados em apresentar a definição de abuso sexual, especificando os tipos de abuso sexual e suas formas de ocorrência; explicar alguns contextos os quais ocorrem este tipo de violência sexual e as complexidades das causas dessas ocorrências, como: os aspectos culturais, econômicos, políticos, jurídicos e sociais; e, por fim, discutir as consequências acarretadas às vítimas.

Nesta primeira sessão a metodologia utilizada foi a aula expositiva. Não houveram intervenções durante a formação. Percebi que eles (professores) estavam com receio de falar sobre a temática e estarem “errados” em suas contribuições ou posicionamentos. Não forcei nenhum tipo de discussão durante a exposição, mas, ao final do estudo, mais uma vez, voltei a falar sobre o objetivo daquele momento, explicando-lhes que eu não estava naquele espaço para julgar se eles sabiam ou não lidar com o fenômeno, e muito menos para depositar-lhes a culpa da existência dessa

problemática, mas para oferecer-lhes subsídios teóricos e práticos para aprenderem a identificar, prevenir e denunciar esse tipo de violência, mesmo quando sejam apenas suspeitas de casos.

E, dessa forma, contribuindo para que eles não só cumprissem com o que está disposto juridicamente no ECA em seu artigo 245, mas, também, ajudando-os a serem agentes protagonistas na garantia de direitos e proteção de crianças e adolescentes, cumprindo, assim, enquanto educadores, uma das funções sociais da escola, que é a de garantir o desenvolvimento pleno do educando e o exercício da cidadania.

4.2 Segunda sessão de estudo – Aprendendo a identificar os sinais do abuso sexual

No dia 24 de maio, de 10h às 12h, reunimo-nos novamente para a segunda sessão de estudo. Este momento teve por objetivo apresentar aos professores as ações de prevenção secundária destinadas à proteção de crianças e adolescentes que objetivam evitar a ocorrência de casos suspeitos de abuso sexual, e o acolhimento e encaminhamento em caso de ocorrência de abuso sexual.

Para este momento, utilizamos o quinto capítulo do Guia escolar (2011), que tem por título “Aprendendo a identificar os sinais do abuso sexual”:

Com os subsídios conceituais apresentados no Capítulo 4, passaremos a ilustrar, no presente capítulo, as ações de prevenção secundária, que são aquelas destinadas à proteção especial de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, também chamadas de ações de “redução de danos”. O objetivo dessas ações é evitar que um abuso sexual iminente aconteça ou providenciar para que, uma vez ocorrido, a criança receba o devido cuidado e o fato seja comunicado às autoridades para a imediata responsabilização do autor da violência (BRASIL, 2011, p. 87).

Nessa sessão de estudo, destaquei a importância do professor enquanto agente de identificação do abuso sexual, pois os professores possuem mais possibilidades de prevenir, combater e identificar ocorrências de violência sexual devido ao seu contato direto com elas. Além disso, na maioria das vezes, os professores são os primeiros a perceberem as mudanças de comportamento das

crianças e dos adolescentes que estão sofrendo esse tipo de violência, por isso seu papel é primordial na identificação.

Durante a sessão de estudo, apresentei aos professores mais de 40 indicadores de ocorrência de abuso sexual, dentre eles: sinais corporais, sinais comportamentais, sinais no desempenho escolar, sinais nas formas de relacionamento social da criança e/ou do adolescente e sinais na conduta de pais e responsáveis; e a invisibilidade dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes com deficiência.

Dos indicadores apresentados, os professores identificaram alguns sinais presenciados no decorrer de sua trajetória profissional, não só na escola lócus da pesquisa, mas em outras instituições, nas quais, já haviam trabalhado. Os indicadores e/ou sinais identificados foram:

- Doenças psicossomáticas;
- Leões corporais;
- Dificuldades para caminhar;
- Desenhos de órgãos genitais com detalhes e características bem representadas;
- Brincadeiras sexualizadas;
- Incontinência urinária;
- Sonolência excessiva;
- Queda de frequência à escola;
- Aparecimento de bens que estão além da possibilidade da criança.

Entre os indicadores, os mais citados foram as brincadeiras sexualizadas e os desenhos de órgãos genitais. Segue alguns dos relatos de ocorrência de casos, nos quais esses sinais, segundo os professores, se apresentaram:

Ano passado eu tinha uma aluna que viu o desenho da outra e disse “Professora, ela tá de enxerimento”, aí eu fui verificar desenho, quando eu vi era um pênis perfeito, perfeito mesmo, com todos os detalhes, de adulto, não era de criança. Eu fiquei assustada e pensei, “Meu Deus, essa menina viu!” Porque não era possível tantos detalhes, mas aí eu fiquei sem saber o que fazer ou como agir (ANA LÍDIA, s.e- sessão 2- 24/05/2019).

Outro dia uma outra criança pegou o piloto e fez a mesma coisa lá no quadro, eu inicialmente fiquei sem entender o desenho, não identifiquei o desenho.

Depois que uma outra aluna foi me dizer o que era. Aí eu fiquei pensando como ela conseguiu fazer aquele desenho (FLÂNIO, s.e- sessão 2- 24/05/2019).

O meu aluno fez outro dia um desenho de um pênis introduzido em uma bunda, aí as outras crianças vieram me mostrar, eu fiquei assustada (MARIELMA, s.e- sessão 2- 24/05/2019).

Mas e se ele brinca com a boneca fazendo assim? (Gestos sexualizados) isso pode ser um sinal? (ANA LÍDIA, s.e- sessão 2- 24/05/2019).

Miranda (2016) diz que crianças que sofrem abuso sexual costumam fazer brincadeiras de conotação sexual que destoam das brincadeiras realizadas pela maioria das crianças da mesma faixa etária de idade, elas geralmente simulam ações sexuais e falam sobre conteúdo sexual, chegando a reproduzir esses atos sofridos por elas ou por outras crianças.

Azevedo e Guerra (1995) destacam que a presença isolada desses sinais pode indicar algum problema no emocional da criança e do adolescente, e não necessariamente que foram vítimas de abuso sexual, mas, quando esses sinais aparecem de forma coletiva, pode e deve ser considerado um indicador de violência sexual.

Os professores não afirmaram em suas falas que estas crianças estavam sofrendo abuso sexual, porém percebe-se, por seus relatos, que eles começaram a estranhar de uma forma mais direcionada estas situações, ou seja, já não era mais o choque pela criança está representando informações de conotação sexual no desenho ou nas brincadeiras, mas sim o choque pela possibilidade daquele acontecimento ser uma suspeita de violência sexual.

Após a apresentação dos indicadores, todos os professores retrataram um sentimento de culpa e impotência por não conseguirem identificar sinais de abuso sexual, e, segundo eles, muitos dos sinais apresentados eles nunca cogitaram que poderia ser uma suspeita de que a criança e/ou o adolescente estaria sofrendo algum tipo de violência sexual.

A fala do professor Flânio expressa de forma bem radical o sentimento coletivo de culpa pela não identificação desses sinais:

Acho que eu sou um pateta, porque eu nunca percebi esses indicadores em sala de aula. Meu Deus, como eu nunca me dei conta? Eu me sinto até culpado por isso, pois, a gente vive se deparando com estes sinais, e não nos atentamos. A gente se sente burro diante disso (FLÂNIO, s.e - sessão 2 - 24/05/2019).

Neste trabalho, o papel do professor no enfrentamento da violência sexual é entendido como parte de um contexto social e de extrema importância para que o ciclo da violência sexual contra crianças e adolescentes seja interrompido, portanto a ação de identificação de casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contribui para que uma cultura de prevenção seja criada dentro do ambiente escolar.

Contudo, entender a forma como este professor lida com a temática da violência sexual é de extrema importância, para saber o porquê o professor quer ou não contribuir para a promoção de uma cultura de prevenção na escola. Nesse sentido, como já abordado nesta seção, a violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo Landini (2011), é, talvez, uma das formas de maus tratos mais difíceis de se realizar a identificação, porque, segundo a autora, além do pacto de silêncio existente entre o violador e a vítima, esse pacto alcança também os profissionais da educação, que na sua maioria, não conseguem “perceber o abuso sexual”, seja por conta dos mecanismos criados pela vítima e pelo violador para manter em oculto a violência, seja pela necessidade pessoal de invisibilizar esses casos para não ter que lidar com a problemática.

E ter que lidar com o problema da violência sexual é, também, entrar no campo de discussão da sexualidade, e essa temática, principalmente na área da educação, ainda está cercada de muitos preconceitos, tabus e mitos dentro da sociedade, por isso este seja um dos motivos pelo qual muitos professores rejeitam as evidências apresentadas cotidianamente a eles.

Além disso, apesar de ser uma temática que está ganhando cada vez mais espaço na sociedade, esta, ainda se configura em um assunto de difícil abordagem e discussão, principalmente, nos espaços da escola. Portanto, os momentos formativos se tornam cada vez mais necessários para que os professores desconstruam “velhos tabus” e se sintam capacitados para lidarem com casos de suspeitas e/ou confirmações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Após a apresentação dos indicadores de abuso sexual, iniciamos a discussão sobre a invisibilidade de casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes com deficiência. O professor Flânio fez um destaque com relação ao desmerecimento da fala dessas vítimas:

Eu que trabalho no AEE, a gente percebe que tendem a desmerecer a fala da criança com deficiência. Talvez, por isso, eles sejam mais vulneráveis a violência sexual, por não expressarem de forma adequada aquilo que eles sofrem, aliás, por não expressarem como nós entendemos (FLÂNIO, s.e - sessão 2 - 24/05/2019).

O fato de crianças e adolescentes com deficiência terem formas peculiares de se expressarem faz com que suas maneiras de “contar” situações de abuso sexual que estejam sofrendo, sejam, por muitas vezes, negligenciadas por quem as escuta. Nesse sentido, os professores destacaram a necessidade de uma formação específica para lidar com esses casos.

Este tipo de formação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes com deficiência também é uma das recomendações feitas pela Convenção dos Direitos de Pessoas com Deficiência (2006):

Artigo 16 1. Os Estados Partes deverão tomar todas as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo aspectos de gênero.

2. Os Estados Partes deverão também tomar todas as medidas apropriadas para prevenir todas as formas de exploração, violência e abuso, assegurando, entre outras coisas, formas apropriadas de atendimento e apoio que levem em conta o gênero e a idade das pessoas com deficiência e de seus familiares e atendentes, inclusive mediante a provisão de informação e educação sobre a maneira de evitar, reconhecer e denunciar casos de exploração, violência e abuso. Os Estados Partes deverão assegurar que os serviços de proteção levem em conta a idade, o gênero e a deficiência das pessoas.

3. A fim de prevenir a ocorrência de quaisquer formas de exploração, violência e abuso, os Estados Partes deverão assegurar que todos os programas e instalações destinados a atender pessoas com deficiência sejam efetivamente monitorados por autoridades independentes. (BRASIL, 2006, s/p)

Diante de tudo o que foi discutido, os professores concordaram que o abuso sexual é um fenômeno de difícil identificação. Segundo eles, sem que se tenha um

olhar bem treinado, sem que existam formações e informações sobre o tema, não há como identificar algumas situações, então, destacaram que a ação de formação é uma demanda urgente da escola:

Nós não temos formação para isso, e acabava passando despercebido isso na nossa visão. E quando a gente consegue identificar, não sabemos como lidar. Essa formação está sendo importante para a gente e para a escola (ARACELI, s.e - sessão 2 - 24/05/2019).

Eu, por exemplo, dessa lista de mais de 40 indicadores, se eu identifiquei 12 foram muitos, por isso a necessidade de se formar e informar da temáticas como uma. Isso tem se apresentado cada vez mais como uma demanda da escola (EVANDRO, s.e - sessão 2 - 24/05/2019).

O Plano Nacional de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (2013) afirma que um dos primeiros passos para se compreender o fenômeno da violência sexual é compreender as suas definições, conceitos e diferenças entre as formas de ocorrência.

A não formação de professores para essa temática contribui para que eles continuem lidando de forma inadequada com casos de abuso sexual, já que não estão preparados para esse tipo de compreensão do fenômeno, e, conseqüentemente, não conseguem reconhecer os sinais apresentados no cotidiano, se tornando um agravante, principalmente, quando se trata de identificar sinais de abuso sexual em crianças e adolescentes com deficiência.

A partir das falas dos professores, pode-se dizer que começam a apontar a problemática, mas ao mesmo tempo estratégias de fuga do problema, de modo que não se aprofundam nas evidências para uma possível constatação de suspeitas de casos, revelando uma certa insegurança, assim como dificuldade de saber como intervir diante de uma situação como essa.

Esta sessão de estudos se configurou na última do primeiro semestre com o grupo de professores, pois o calendário escolar, às sextas-feiras, já estava comprometido para o período do mês de junho e, logo após esse período, no mês de julho, ocorreram as férias escolares.

É válido ressaltar que durante o primeiro semestre de 2018, nós tivemos vários eventos (atividades da escola, feriados, paralizações e etc) durante a sexta-feira, dia

em que ocorreram os encontros, que impossibilitaram que fossem realizadas mais formações, bem como sessões de reflexão. Por conta disso, nos reunimos em junho e reorganizamos as atividades para o segundo semestre.

4.3 Primeira sessão de análise reflexiva – Uma análise do vídeo “O segredo: Aprendendo a Lidar com o Abuso”

Retomei o ciclo de estudo e reflexão no dia 09 de agosto de 2019, de 10h às 12h, com a primeira sessão de análise reflexiva foi possível fazer um momento de articulação entre o que foi estudado nas sessões estudos e as experiências dos professores, tendo como apoio para realizarem a reflexão um vídeo sobre a temática do abuso sexual.

O vídeo escolhido para auxiliar na sessão de análise reflexiva tem como título “O segredo: Aprendendo a Lidar com o Abuso” e conta a história de Nara, uma menina que sofre abuso sexual do vizinho e vive um grande conflito interno por não conseguir lidar com as consequências dessa violência; além disso, ela sofre chantagens psicológicas do abusador, que faz com que ela mantenha em segredo o abuso sexual sofrido. Até que um dia sua professora nota as mudanças de comportamento e consegue descobrir o que houve com Nara. Este vídeo é uma animação coreana, produzida em 2005, que dura, aproximadamente, 30 minutos e mostra formas de como identificar o abuso sexual em crianças.

Este momento objetivou que eles realizassem a identificação, durante a exibição da animação, de alguns aspectos que compõem o conceito de abuso sexual e que haviam sido discutidos nas sessões de estudos anteriores, para que fizessem uma reflexão sobre as próprias práticas.

Os professores identificaram alguns sinais imateriais de abuso sexual que auxiliaram a professora de Nara na identificação do abuso sexual, quais sejam:

- O desenho;
- O desempenho escolar;
- A sonolência;
- A mudança de comportamento;

- Raiva excessiva;
- E choro sem motivo.

Além disso, os docentes chamaram atenção para algumas das atitudes que a professora teve ao perceber que estava acontecendo algo de errado com Nara e que eles consideraram relevantes para que a criança confiasse e “contasse” o que estava sofrendo, são elas: a sensibilidade para perceber as mudanças no comportamento da criança; a atenção para com as formas de expressar da criança; a forma como a professora conduziu a conversa, sem indagar ou culpar a criança pelo abuso sexual. Segue alguns relatos:

Ela foi totalmente profissional e totalmente sensível, quando ela percebeu a mudança de comportamento da criança, que ela ficou muito quietinha, só no canto dela recolhida, a professora desconfiou dessa mudança, percebeu que tinha alguma coisa errada acontecendo. E a professora foi com calma, ganhando a confiança da criança, até que a criança se abrisse com ela e contasse o que estava acontecendo (ANA LIDIA, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

A professora prestou atenção no comportamento dela, teve empatia para perceber que ela não estava bem, seja através do desenho que ela fez, das notas, da forma de se relacionar. A professora conseguiu identificar (ARACELI, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

E ela não fez aquele alarde, aquela coisa toda contar para as outras pessoas, ela primeiro quis ter certeza do que estava acontecendo, né? Ela foi com calma, averiguando, conversando com ela, perguntando à ela, mas não foi perguntando diretamente, né? Sem culpar ela, sem julgar (MARIELMA, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

Segundo Landini (2011), quando uma criança ou adolescente revela um caso de abuso sexual ou de exploração sexual, é importante que lhe digam que ela não é culpada pela violência que sofreu, isso faz com que ela se sinta entendida e esteja mais propensa a relatar os fatos.

Não é fácil para uma criança ou adolescente, vítima de abuso sexual, contar sobre o que está acontecendo, pois isso implica em reviver a violência sofrida ao relatar a violação. Normalmente, quando uma criança ou adolescente fala sobre a violência que sofreu, é porque já somatizaram todas as dores e consequências, sejam elas físicas, emocionais ou psicológicas. E o fato da carga de sofrer esse tipo de violência ser tão pesada, a vítima já não aguenta mais lidar com isso sozinha, precisando, então, de alguém para ouvi-la.

É importante, também, que o professor ao se deparar com uma situação de denúncia feita pela vítima, seja cuidadoso no ouvir e no que dizer, pois o momento do relato da criança é um grande pedido de ajuda. Além disso, a criança e ou o adolescente também terão que lidar com os traumas não só da violência sofrida, mas, também, tudo o que vai acarretar no processo que acontece após a denúncia do abuso sexual.

Os professores discutiram sobre a presença de pais e responsáveis no momento da denúncia. Eles afirmam que a presença dos responsáveis inibe, na maioria das vezes, a criança e/ou o adolescente de relatarem o que aconteceu, segundo eles, há uma relação de “obediência” e as vítimas sentem medo de falar sobre a violência na frente dos familiares, corroborando com o que estudos anteriores já apontaram.

A exemplo, os estudos de Lanning (2005 apud. LANDINI, 2011) indicam que esse tipo de conversa deve ser realizada sem a presença dos familiares, pois é provável que a vítima negue o que foi relatado ou crie uma nova versão que diminua o peso da violência. Diante disso, é preciso destacar que o professor não precisa procurar pais ou responsáveis para “confirmar” o relato da criança, basta ouvi-la e isso já é o suficiente para encaminhar a notificação, e deixar com que os órgãos responsáveis apurem a denúncia. Deixar de fazer isso implica em multa de três a vinte salários mínimo, como disposto no artigo 245 do ECA (1990).

Os professores destacaram a relação assimétrica de poder estabelecida na lógica do abuso sexual, entre o adulto e a criança e/ou o adolescente. Além disso, eles elencaram algumas “armas” que eles consideraram ser as mais utilizadas por um abusador para manter em segredo a violência sexual, sendo que duas das citadas pelo grupo foram retratadas na animação:

A chantagem psicológica, como “você vai ser presa”, “teus pais não vão te amar”, “teus amigos não vão mais brincar com você”, transferindo toda a culpa para a criança, como se ela tivesse sido a responsável pela violência que sofreu, para que não revele o segredo dele (ANA LIDIA, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

A vítima deixa isso em segredo porque ela está se sentindo culpada pela situação, ela se sente ameaçada pelo cara. Isso é o que mais eles utilizam para manter aprisionada a vítima (ARACELI, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

Geralmente, esses caras, usam também de ameaça física, eles ameaçam a criança de morte, ameaçam a família dela, e aí a vítima fica com medo e se cala (MARIELMA, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

A dinâmica na relação entre agressor e vítima se organiza em uma estrutura de controle e poder, estabelecidos de forma que a criança e/ou o adolescente internalizem que estão subordinados em todos os aspectos da sua vida ao agressor, e que este adulto lhes domina mesmo que contra a sua vontade (MIRANDA, 2016).

Essa discussão também gerou uma reflexão sobre como esse tipo de ameaça ou chantagem psicológica influencia diretamente na mudança de comportamento da criança ou do adolescente vítima de violência sexual, e eles (professores) não percebem essa mudança.

Azambuja (2006) afirma que os maus tratos contra crianças e adolescentes podem ser indicados através de marcas físicas no corpo ou de distúrbio no comportamento, e que a suspeita do crime pode ser identificada a partir dos desenhos, do comportamento sexualizado, através de referências verbais e demais tipos de comunicação direta ou indireta.

Nesse sentido, os professores destacaram que o que mais chama atenção, normalmente, são as marcas físicas e que os demais indicadores acabam sendo invisibilizados e, mais uma vez, eles afirmaram que não se sentem preparados para identificar a ocorrência de abuso sexual, como apresentado a seguir em alguns dos relatos:

O vídeo me fez perceber que a questão psicológica da criança influencia diretamente no comportamento dela dentro da escola. Não tinha nenhum traço físico, nada aparente com a Nara, mas as questões emocionais e comportamentais foram o que mais estiveram presentes e que ajudaram a professora a identificar o abuso sexual. Nesse sentido, nós não estamos preparados para realizar a identificação, pois o que mais nos chama atenção são as marcas físicas, o que faz com que deixemos os outros indicadores passarem despercebidos (FLÂNIO, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

Nós não estamos preparados para identificar isso, aquilo que é físico, salta muito mais aos nossos olhos dos que os indicadores emocionais. Algumas crianças elas já são retraídas por si só, e quando acontece alguma coisa a gente acaba não percebendo. Ainda bem que estamos recebendo essa formação (ARACELI, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

De acordo com as teorias comportamentais, crianças e adolescentes vítimas de violência podem se isolar e retrain, bem como podem se tornar mais agressivas, atentando contra si mesmas ou contra outras pessoas do seu convívio diário (FERRARI, 2002).

Quando a professora Araceli diz que algumas “crianças são retraídas por si só”, isso apresenta uma outra problemática que cerca vítimas de violência sexual. Segundo Miranda (2016), quando algumas crianças vítimas de violência se tornam retraídas, o comportamento delas é visto como apatia e falta de motivação para os estudos, e como isso não interfere na dinâmica de sala de aula, esses sinais podem ser facilmente ignorados.

Nesse momento, os professores destacaram fatores que, segundo eles, dificultam a identificação desses sinais imateriais de abuso sexual. O primeiro diz respeito à carga de trabalho, pois, segundo os relatos, são muitos alunos, há uma quantidade de trabalho maior, o que gera uma falta de tempo para prestar atenção com alguns detalhes específicos das crianças:

A própria carga de trabalho pela quantidade de alunos acaba dificultando que a gente preste atenção neles (FLÂNIO, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

Eu trabalho com 24 na turma daqui e 8 na turma de lá (anexo pedra branca), a gente tem muita atividade (ANA LÍDIA, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

O meu é 28 de manhã e 28 à tarde. Tem relatório, tem prova, tem atividade (MARIELMA, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

O meu é em torno de 47 de manhã e 42 à tarde (ARACELI, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

A superlotação das salas e a carga horária excessiva de trabalho contribui para que não tenha condições de acompanhamento individualizado para percepção desse tipo de problema. Segundo os estudos de Lima e Carvalho (2012), os professores se encontram divididos entre projetos de longo prazo e preparação das suas aulas, e, por isso, se deparam com a multiplicidade de tarefas, ou seja, as condições de trabalhos oferecidas aos professores influenciam diretamente na sua prática cotidiana.

E apesar de os professores serem agentes primordiais no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, as condições de trabalho oferecidas

a eles estão apoiadas diretamente em um modelo de educação burguês, que não oferece oportunidade de capacitação para que esses profissionais lidem com fenômenos que se originam para além do exercício da docência, como é o caso da violência sexual.

Diante disso, ocorre uma precarização na formação inicial e continuada destes profissionais com relação à temática da violência sexual contra crianças e adolescentes e esse é um segundo fator apresentado pelos professores como algo que dificulta na identificação desses casos.

Segundo o relato da professora Ana Lídia, a falta de aprofundamento teórico sobre a temática da violência sexual faz com que professores não consigam identificar e ainda reforcem alguns mitos sobre o abuso sexual:

Aquela situação do desenho perfeito de um órgão sexual que minha aluna fez que eu já lhe falei aqui no estudo, hoje, pensando, eu não levei a frente para querer saber o que estava acontecendo, mas vendo esse filme e com os estudos, eu sinceramente acredito que a minha aluna tenha sofrido alguma violência sexual. Só que na época eu não tinha esse aprofundamento teórico sobre o assunto, então para mim ela poderia ter visto alguém ou alguém mostrou para ela, mas até isso eu aprendi que é um tipo de abuso, o sem contato físico, o problema é que a gente tende a pensar que abuso sexual só ocorre se tiver o ato em si (ANA LÍDIA, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

Se os professores não sabem como agir quando as demandas a respeito da violência sexual se apresentam no ambiente escolar, é devido as limitações em sua formação teórica sobre o assunto. Segundo Vagliati (2014), os professores não sabem lidar com as questões da violência sexual e também não recebem apoio ou incentivo para aprenderem a enfrentar a problemática, os professores não têm acesso a materiais que os ajudem a lidar com o fenômeno na escola, e os que possuem contato com estes materiais buscam por iniciativa própria.

Por fim, os professores relataram algumas situações vividas, direta ou indiretamente, com casos de abuso sexual. Nesse momento, eles apontaram a falta de denúncia dos professores como sendo uma realidade recorrente na Ilha de Cotijuba. E destacaram algumas das causas que, segundo eles, levam os professores a não efetivarem a notificação:

- A direção se omite com relação à denúncia;

- Os professores não querem se envolver com o caso;
- Os professores acham que é um assunto muito delicado de lidar e que requer um tempo.

Para Scodelario (2002), é comum que profissionais que atendam crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, ao tomar conhecimento, mantenham-se em silêncio, por choque, por medo ou por sigilo, porém a notificação é condição pela qual este profissional não se torna conivente com o pacto de silêncio que mantém a criança e/ou o adolescente em risco pessoal, por isso, ele deve pensar estratégias para interromper a condição da vítima.

Mas, apesar da obrigatoriedade das denúncias a serem feitas por estes profissionais em casos de suspeitas ou confirmações de violência sexual, Gonçalves e Ferreira (2002) dizem que o ato de notificar no Brasil não depende apenas das orientações gerais da legislação, mas, sim, das peculiaridades de cada caso, sendo este influenciado, também, por fatores de ordem pessoal dos profissionais e as especificidades de cada caso.

Essa falta de notificação de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes pelos profissionais da educação sugere a falta de envolvimento desses profissionais com a temática, consequência das dificuldades já apontadas neste estudo, como: o despreparo na identificação e a falta de espaços formativos sobre o tema.

Os professores chegaram à conclusão de que é preciso ser cuidadoso e sensível na abordagem da criança e do adolescente quando o caso de abuso sexual for identificado. De acordo com o grupo é necessário buscar estratégias que deixem a criança ou o adolescente confortável para “contar” o que está acontecendo e dessa forma efetivar a denúncia aos órgãos responsáveis, não compactuando com o silêncio que sonda essa temática.

A gente tem que ter muito cuidado, procurar estratégias que deixem a criança confortável, que nem a professora do filme fez, porque é muito complicado a gente lidar com uma criança nessa situação (ANA LÍDIA, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

Ainda tem aquela questão de que nós como professores não podemos resolver sozinhos esses casos, temos que levar para a direção para depois encaminhar para o conselho tutelar. A gente não pode ficar calado (ARACELI, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

Nós professores, precisamos ser sensíveis com essas situações, é muito delicado, e a escola tem que buscar mais formas de ajudar com a denúncia, todo mundo precisa se envolver, né? Direção, professores... (MARIELMA, a.r – sessão 1 – 09/08/2019).

Mais uma vez, a escola é colocada como uma instituição privilegiada na rede de proteção a crianças e adolescentes, principalmente quando se trata em realizar ações de enfrentamento à violência sexual, e isso se dá, porque é a instituição que mais possui contato com crianças e adolescentes durante toda a sua vida.

Na ponta inicial da rede de proteção estão as instituições de saúde e educação. Esta última é vista, nos dias de hoje, como o local preferencial da infância, e adolescência, exatamente porque crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo e sua vida nesta instituição. Além disso, a função social da escola permitiu que ela se constituísse em um local privilegiado para intervenções educativas e preventivas acerca da violência sexual (MIRANDA, 2016, p.14).

Além disso, existem dispositivos legais que orientam professores para a realização da denúncia em casos suspeitos ou confirmados de violência sexual (Constituição Federal, 1988; ECA, 1990; LDBENB, 1996; PCN, 1997). E a denúncia realizada por estes profissionais ainda se configura em uma das mais importantes e mais eficientes estratégias de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes realizadas pela escola, por isso a importância dos profissionais da educação se sensibilizarem com a temática e perceberem o espaço escolar como um local de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes.

4.4 Terceira sessão de estudo – Aprendendo a notificar os casos de suspeita e a ocorrência de abuso sexual

No dia 23 de agosto de 2019, de 9h às 11h, retomamos com as sessões de estudo. Esta sessão objetivou mostrar a importância da notificação para interromper ciclos de abuso sexual, destacando o papel do professor como agente dessa notificação e a suas responsabilidades enquanto profissional. Além disso, foram apresentadas as razões pelas quais se devem notificar, quais sejam elas: humanas, morais ou legais.

Para esta sessão, foi utilizado o sexto capítulo do Guia Escolar intitulado “Aprendendo a notificar os casos de suspeita e a ocorrência de abuso sexual”:

Existem várias razões pelas quais os membros da comunidade escolar devem notificar os casos de suspeita e as ocorrências de abuso sexual. A mais importante é que o ato de notificar as autoridades responsáveis pode contribuir para interromper o ciclo da violência sexual que, reiteradas vezes, vem sendo transmitido de geração para geração. Em casos extremos, a decisão de não notificar pode acarretar sérias consequências para a vida de crianças e adolescentes (BRASIL, 2011, p. 95).

Foram pontos de formação: os motivos que levam professores a não notificar casos de abuso sexual; as formas de notificar as suspeitas ou ocorrências de abuso sexual, nesse ponto, trouxe algumas informações sobre a legislação brasileira para facilitar a compreensão dos professores sobre as formas de notificação, como proceder, para onde encaminhar; o acolhimento à criança ou o adolescente vítima de abuso sexual; algumas dicas para a superação de dificuldades encontradas durante o processo de notificação dos casos; e o passo a passo da notificação, ou seja, como acompanhar o caso.

Nesta sessão de estudos, as intervenções dos professores foram realizadas principalmente em torno das dificuldades apresentadas para a realização da denúncia. Alguns professores relataram casos em que não souberam como agir diante da suspeita de abuso sexual, e outros expuseram alguns fatores que, segundo eles, são os motivos que dificultam a realização da denúncia por parte dos profissionais da educação.

O primeiro motivo está atrelado ao medo de realizar a notificação e se envolver em problemas com a família da vítima. Segue o relato de uma das professoras do grupo:

Eu estou com uma situação de uma aluna que tem 11 anos e está se relacionando com o menino de 17 anos. Ela me contou que o menino chamou ela e fez gestos obscenos com a mão. Eu perguntei se ela sabia o que era e ela disse que sim. Eu conversei com ela, dizendo que ela era uma criança, e que ele já era bem mais maduro, que ela tinha que brincar ao invés de namorar. Ela virou para mim e disse “eu não sou mais criança”, e pediu que eu não contasse para ninguém e nem para a mãe dela, porque se não a mãe ia endoiar de vez. Aí eu fico no mato sem cachorro, sem saber o que fazer! Se eu colocar isso em uma reunião, os pais vão me jogar contra a parede, podem até ficar contra mim (ANA LÍDIA, s.e – sessão 2 – 23/08/2019).

A Ana Lídia está entre a cruz e a espada (MARIELMA, s.e – sessão 2 – 23/08/2019).

Os professores destacaram que em comunidades pequenas, como a Ilha de Cotijuba, esse tipo de denúncia, quando realizada diretamente à instituição responsável por atender crianças e adolescentes, na maioria das vezes, não fica em sigilo, pois, devido à proximidade entre as pessoas da comunidade, a identidade do denunciante logo é revelada, e, conseqüentemente, isso acaba gerando problemas com os responsáveis da criança e/ou do adolescente:

Nas comunidades pequenas como Cotijuba é mais complicado esse negócio de denúncia, porque todo mundo se conhece e todo mundo é um pouco próximo, então, é mais rápido da nossa identidade vazar. E isso traz muitos problemas para a gente com a família da vítima (EVANDRO, s.e – sessão 3 – 23/08/2019).

Além disso, é preciso destacar que por uma questão ética e de segurança o sigilo deve ser resguardado para todos os envolvidos, desde o denunciante até a vítima de violência sexual e sua família, afim de evitar possíveis ameaças, atentados ou represálias.

O Guia Escolar (2011) orienta que as denúncias também podem ser realizadas de forma anônima, mesmo não sendo a melhor solução. E em caso dos professores se sentirem ameaçados eles podem solicitar uma medida de proteção à polícia.

Existem medidas legais que amparam o denunciante e até mesmo a vítima da violência sexual quando há possibilidades de correrem risco de morte.

Mas, apesar dessas medidas de proteção aos notificadores e às vítimas, os professores também apontam, como um fator, a desconfiança no serviço que é prestado pelas instituições responsáveis pela defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes:

A gente não denuncia porque até o conselho tutelar acaba não tomando nenhuma providência, está ali para não fazer nada, por conta de apadrinhamento político, muitas vezes. Então a gente se sente de mãos atadas de tudo quanto é jeito (EVANDRO, s.e – sessão 3 – 23/08/2019).

Infelizmente, essa tem sido a uma realidade constante, tu chegas no conselho ele está conivente, tu chegas na polícia está conivente, aí para quem tu vais recorrer se isso já virou uma quadrilha? (ARACELI, s.e – sessão 3 – 23/08/2019).

Os professores possuem ciência do descaso dos órgãos responsáveis pela defesa e proteção de crianças e adolescentes com relação à resolução dos crimes sexuais, que acabam favorecendo uma cultura de impunidade da violência sexual. Porém, a denúncia desses casos ainda se constitui na estratégia mais efetiva de enfrentamento à violência sexual, visto que é a partir das denúncias, anônimas ou não, que essa problemática vem ganhando mais visibilidade na sociedade e nos espaços em que a discussão sobre o tema era velada, a exemplo do ambiente escolar:

Vários educadores não acreditam que a notificação possa garantir a proteção de crianças e adolescentes ou que a justiça responsabilize os autores de violência sexual. A esses educadores é importante esclarecer que:

- os serviços de disque-denúncia têm registrado números cada vez maiores de denúncias, indicando que as campanhas estão surtindo o efeito desejado;
- inúmeras denúncias recebidas vêm se transformando em inquéritos. Antes, os casos de exploração sexual nem chegavam a ser investigados;
- o número de autores de violência sexual responsabilizados penalmente por seus atos vem aumentando de forma significativa;
- o número de programas de atendimento a crianças tem aumentado progressivamente desde o começo da década de 1990.

Resumindo, a mobilização social de enfrentamento da violência sexual tem surtido efeito. Por isso, vale a pena se juntar aos que querem erradicar o problema. Violência sexual contra crianças ou adolescentes é crime (BRASIL, 2011, p. 97).

Diante de todos estes fatores elencados pelos professores que, segundo eles, os levam a não notificarem casos de abuso sexual, eles retrataram uma sensação de impotência, mais uma vez, na resolução desses casos, como se todo esforço dispensado por eles para a notificação fosse inútil diante de todas as dificuldades apresentadas:

Às vezes a gente se omite por algumas questões que eu nem sei te dizer, a gente se sente inútil, como se não fossemos nada, principalmente quando a direção não apoia. Eu não consigo entender como é que uma direção ainda se omite? Porque são crianças indefesas, fingir que não está acontecendo nada, que as professoras estão mentindo, para mim é demais. Eu via a criança e me dava dó no coração por não conseguir fazer nada (ARACELI, s.e – sessão 3 – 23/08/2019).

Às vezes elas só querem manter o cargo, mostrando que a aquela escola não dá problema. Mas uma escola que não tem problemas, a gente tem que prestar atenção, abrir o olho, porque não existe isso! Ai essas direções elas já veem o professor, como professor que traz o problema para a escola e não aquele que tem a intenção de solucionar (FLÂNIO, s.e – sessão 3 – 23/08/2019).

A gente travando esse debate aqui, me sinto uma inútil, uma fraca, uma pessoa que poderia ter feito alguma coisa e não fez, uma denúncia anônima, sei lá, por medo, eu me sinto uma pessoa fraca com relação a isso. Além disso, tudo o que foi colocado aqui, todas essas dificuldades e impunidades nos desmotivam (ARACELI, s.e – sessão 3 – 23/08/2019).

Sobre isso, Scodelario (2002) diz que um aspecto que faz com que não haja a denúncia de casos de violência sexual está relacionado com o fato deles se sentirem impotentes e desvalorizados ao pensar que nada pode ser feito para tirar a vítima da situação de sofrimento na qual ela se encontra. Isso pode ser observado, acima, nos relatos realizados, principalmente, pelos professores Araceli e Evandro.

Considero importante destacar que a ação do professor frente a casos de violência sexual contra crianças e adolescentes depende também da forma como ele lida e percebe essa problemática na sociedade e no seu cotidiano. Além disso, fatores como a existência ou a falta de apoio profissional e pessoal, falta de formação para lidar com a violência e de conhecimentos acerca do tema são condicionantes e influenciam na sua atuação frente a casos de violência sexual.

Ibiapina (2013), corroborando com os estudos de Guerra (2000), destaca que as notificações por parte dos professores ainda são pouco expressivas, pois, quando estes se defrontam com alguma situação de violência, se abstêm da discussão

científica e até mesmo de recorrerem às instâncias de proteção à infância, porque para aprenderem a lidar e discutirem cientificamente este fenômeno, eles necessitam de formação continuada, em uma perspectiva de direitos humanos, sob o apoio pedagógico.

As intervenções foram concluídas com o grupo destacando que, apesar de entenderem a importância da notificação para inibir o abusador e quebrar o ciclo da violência sexual, ainda existem muitas dificuldades no encaminhamento dessas denúncias, gerando assim, alguns receios com o ato de notificar. Além disso, eles destacaram que antes da formação não tinham conhecimento de algumas orientações sobre como proceder nas denúncias e também desconheciam o que a legislação dispõe sobre a obrigatoriedade do profissional da educação em realizar a notificação.

4.5 Segunda sessão de análise reflexiva – Uma análise de vídeos e notícias jornalísticas sobre casos confirmados de abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes

Ainda no dia 23 de agosto, realizei a segunda sessão de análise reflexiva, de 11h às 13h, onde foram utilizadas notícias jornalísticas sobre casos confirmados de abuso sexual cometidos contra crianças e adolescentes como estratégia para auxiliar no momento de reflexão. O objetivo desta sessão foi perceber quais conhecimentos foram produzidos pelos professores após as sessões de estudos, e, para tanto, solicitei aos professores que realizassem a caracterização de cada um dos casos relatados baseados nos estudos do Guia Escolar.

Durante o momento reflexivo, os professores voltaram suas análises conjuntas para a forma como foi identificado o abuso sexual, a caracterização do tipo de abuso sexual ocorrido, a caracterização do abusador e para as formas como foram encaminhados os casos. Além disso, algumas das discussões trouxeram à tona outros apontamentos fundamentais e que estão interconectados com a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para este momento de análise reflexiva, foram apresentadas e relatadas notícias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, as quais, ao longo do texto,

indicarei a manchete e alguns dos principais trechos da notícia, e, logo em seguida, apresentarei os comentários realizados pelos professores.

- a) **1ª MANCHETE:** Abusada sexualmente, adolescente de 15 anos diz que se apaixonou por padrasto no Sul do ES.

[...] adolescente de 15 anos que era abusada pelo padrasto e se apaixonou por ele[...] A mãe da jovem vai responder pelo crime de estupro de vulnerável, na modalidade de omissão[...] a denúncia foi feita pela vizinha em agosto do ano passado e, desde então, foram iniciadas as investigações[...] “Os abusos ocorriam enquanto a vítima dormia na mesma cama com o suspeito e a mãe. O crime foi flagrado pela genitora da adolescente que pedia para o suspeito parar, mas ela tinha medo de perder o companheiro e dele sair de casa já que ele era o provedor da família”[...] após a denúncia, o suspeito e a adolescente fugiram para o município de Santa Leopoldina. “A adolescente se apaixonou pelo padrasto e, por isso, aceitou fugir com ele para o interior do Estado onde viviam como casal (PORTAL AQUI NOTÍCIAS, 29/07/2019).

Neste caso, os professores evidenciaram com indignação a postura da mãe da adolescente, que se omitiu diante do abuso sexual por não querer abandonar o companheiro. Os professores destacaram que o fato do abusador ser o mantenedor da família contribuiu para que a mãe se mantivesse omissa diante do abuso sexual:

Esse abuso intrafamiliar, ainda tem um agravante, a mãe concordou, porque ela estava ciente (ANA LÍDIA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Era ele quem trabalhava e colocava o sustento para dentro de casa, então a mãe tinha medo de perder isso (MARIELMA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

A mãe da adolescente mantinha uma relação de dependência com o abusador, porque o fato dele colocar o sustento para dentro de casa servia de justificativa para ela não denunciar o abuso (FLÂNIO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Às vezes a gente acaba percebendo que a família se fecha nisso, do mantenedor, e acaba acontecendo diversas opressões, os familiares acreditam estar protegendo a família e acabam sucumbindo e velando a violência que crianças e adolescentes estão sofrendo em nome do bem-estar familiar (EVANDRO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Os professores atentaram, também, para o fato da denúncia ter sido realizada pela vizinha da família, e apontaram que isso é uma situação muito comum na Ilha de Cotijuba. Segundo o professor Evandro, as pessoas externas ao convívio familiar são as que mais realizam a denúncia na comunidade:

No caso, foi a vizinha quem denunciou já que a mãe sabia e ela não queria perder o conforto dela, o sustento da família. E isso é muito forte aqui na ilha, a pessoa de fora se sensibilizar, identificar e denunciar, porque a própria família percebe, mas faz vista grossa para isso, não querem se meter, querem evitar escândalo, querem deixar em segredo (EVANDRO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Foi destacado pelo grupo que a sociedade tende a imputar uma maturidade precoce à vítima e responsabilizá-la sobre o abuso sexual sofrido, aplicando juízo de valor, e oferecendo um tratamento diferenciado para casos como este:

A gente percebe que normalmente quando esses casos acontecem com meninas de 15 anos eles não são denunciados justamente pelas pessoas colocarem uma maturidade precoce na adolescente, como se ela fosse responsável por aquilo também, entendida. Eu fiz algumas leituras e percebi que as denúncias são na maioria de casos acontecidos com crianças (FLÂNIO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Nesse caso, a vizinha poderia ter ignorado, porque é com uma adolescente, ter achado que ela “estava gostando”, como muita gente julga logo de início, mas não, ainda existem pessoas sensíveis com o outro e que querem ajudar (ARACELI, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Diante disso, o grupo questionou a forma como essa relação, abusador e vítima, foi romantizada durante a notificação. Eles destacaram, ainda, que não existe garantia nenhuma de que, de fato, ela possuísse um envolvimento amoroso com o violador, visto que, ele, com um desenvolvimento psicológico e físico maior do que o dela, poderia ter utilizado de diversas estratégias para aliciar a adolescente:

A reportagem não diz, mas, percebesse que existia uma relação de poder também que atingia a adolescente, porque quem garante que ela amava ele? Quem garante que ela não era ameaçada? Que tipo de ameaça será que ele não fazia? Fica nítido que também existia esse tipo de coação em cima da adolescente (FLÂNIO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Ele seduziu a adolescente, foi seduzindo até que ela se apaixonou. Nesse processo de sedução imagina o que não foi dito para ludibriar ela, né? Para conquistar ela. Porque ele é bem mais maduro e desenvolvido psicologicamente do que a adolescente, o que ele não mexeu com o emocional dela até ela se sentir dependente desse cara, para afirmar que estava apaixonada, né? Será que foi ela quem falou mesmo isso? (ANA LÍDIA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Segundo os professores, a romantização da relação de poder no abuso sexual entre abusador e vítima também pode ser considerada uma forma de negar a identidade das vítimas de serem crianças e adolescentes com necessidades específicas e peculiares de desenvolvimento, pois, ao afirmarem que a vítima se apaixonou pelo abusador, ignoram as formas aproveitadoras que o abusador utiliza para envolver as vítimas nessa relação de poder violenta.

- b) **2ª MANCHETE:** Professora descobre abuso sexual por desenho de aluna no sul da Bahia.

[...] um homem de 57 anos suspeito de abusar de uma menina de cinco anos. Ele era conhecido da família e era responsável por levar e buscar a criança e seus dois irmãos na escola. Desconfiada, foi a professora quem percebeu a mudança de comportamento da menina na sala de aula. Depois de conversar com a criança e pedir para ela fazer um desenho, veio a confirmação do abuso sexual. "Ela estava fechada no 'eu' dela. Fui perguntando o que era aquilo que ela estava desenhando, e ela falando... 'É isso aqui, isso daqui dele... Ele fez desse jeito...'. As partezinhas íntimas estavam com lesão mesmo"[...] Imediatamente, ela avisou o caso a uma tia da menina, que disse que também percebeu o problema e denunciou à polícia. "Ela falou que estava doendo muito e que tinha um tio que tinha mexido nela, na casa dele. Viemos diretamente na delegacia falar com a polícia. Todos os dias ele ia às 7h levar as crianças na escola e às 17h pegava e levava a criança diretamente para a casa dele. Quando era 20h, pegava e levava elas para a casa da mãe", afirmou a tia[...] A mãe das crianças informou que não desconfiou de nada. "Ele sempre foi muito lá em casa, todo mundo conhece, os vizinhos todos sabem, eu nunca tive problema com ele, não tem passagem, nada, os meninos já gostam dele, nunca chegaram para me falar nada", disse a mãe (PORTAL G1, 21/05/2013).

Após a exposição do caso, o grupo de professores ressaltou que a postura da professora na condução do caso foi de muita sensibilidade, ao notar a mudança de comportamento da vítima e responsável na abordagem do tema com a criança. Este caso alertou alguns professores sobre a própria prática cotidiana.

Segundo a professora Marielma, não é comum prestar atenção nos comportamentos dos seus alunos diariamente:

O que me chamou a atenção foi a forma como a professora identificou que a criança estava sofrendo abuso, e voltando um pouco para a nossa realidade, não é comum a gente procurar prestar atenção muito nesses comportamentos. Temos muitas demandas, muitos alunos (MARIELMA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

A professora Araceli relatou que no início da sua profissão era mais atenciosa com as crianças, e que esse período de formação fez com que ela se percebesse dentro dessas dificuldades de identificar e lidar com o tema da violência sexual:

Eu tenho 42 alunos hoje, e eu percebo que antigamente eu prestava mais atenção nos meus alunos, e hoje eu já não me atento muito a essas coisas, e quando vem uma formação dessas, quando a gente começa a debater isso, eu procuro sempre me alertar, a me rever com minhas práticas. Depois dos estudos, eu tenho me cobrado sobre isso, sobre como lidar com o tema. Eu me sensibilizo muito, fico muito preocupada, com essas situações, apesar de ter um pouco de medo, como eu já disse. Eu vejo como ponto positivo essas formações, porque a gente já vai aprendendo a como lidar, se informando de como agir quando isso acontece, revendo e identificando as dificuldades do cotidiano (ARACELI, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Diante disso, os professores destacaram algumas características que eles conseguiram identificar, baseadas nos estudos realizados sobre abuso sexual e as dificuldades para essa ação, como:

- Tipo e forma de ocorrência: Abuso sexual intrarrede social com contato físico;
- Indicadores de ocorrência: mudança de comportamento da criança, o desenho feito pela criança e a lesão no órgão sexual da vítima;
- Características do abusador: pessoa do ciclo social da família, conhecia e participava da rotina das crianças, obtinha a confiança dos responsáveis da vítima, acima de qualquer suspeita.

c) **3ª MANCHETE:** Criança deixa bilhete para avó relatando sobre abuso sexual de padrasto: 'A mesma coisa que ele faz com a mamãe, ele faz comigo'.

Avó de uma criança de nove anos denunciou, no Conselho Tutelar da Zona Leste de Manaus, o padrasto da menina, suspeito de cometer abuso sexual contra a neta durante três anos. A denúncia aconteceu após a menina entregar um bilhete pedindo para morar com a avó e relatando os estupros. “A mesma coisa que ele faz com a mamãe, também faz comigo”, ela relatou no bilhete[...].Segundo a conselheira tutelar Iolene Oliveria, dias antes a avó apareceu na sede do Conselho realizando a denúncia contra o padrasto. “Foi a avó que, depois que recebeu o bilhete da neta, veio aqui procurar ajuda porque não sabia o que fazer. Ela mostrou o bilhete pra gente, trouxe a criança e a menina relatou que ele [padrasto] já fazia isso desde quando ela tinha seis anos”, disse a conselheira[...].O Conselho Tutelar afirmou que após o episódio, a criança chegou a relatar o estupro para a mãe, que não tomou

nenhuma medida. “Ela ficou sangrando, falou para a mãe e a mãe não disse nada. Levou a criança ao médico alegando que achava que era infecção urinária e não falou as outras coisas”, disse a conselheira[...] “A avó chamou a mãe e perguntou, mãe disse que ia entregar [a filha] pra avó porque ela já estava contando mentiras, e agora ela está morando com a avó há cerca de uma semana”[...] “Foi pedido exame de conjunção carnal e ela foi encaminhada para o Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS). A gente trabalha primeiro com a saúde da criança, ela também vai passar pela psicóloga e após isso a gente vai iniciar as investigações”, afirmou a delegada (PORTAL TRI, 05/10/2018).

O professor Evandro chamou atenção para a quantidade de casos de abuso sexual ocorridos no ambiente familiar, tendo como parâmetro, naquele momento, os casos expostos na sessão de análise reflexiva, “Dos três casos que já lemos até agora, a maioria foi acontecido dentro da família, quando não com pessoas próximas do ciclo familiar. Isso não deveria, mas já se tornou comum ” (EVANDRO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Os professores refletiram sobre as relações sociais e afetivas e as normas de conduta existentes nas estruturas familiares que fazem com que casos envolvendo algum membro da família continuem cada vez mais velados e sem punições, pois o segredo familiar dificulta que a denúncia seja efetivada.

De acordo com os docentes, é comum nesses casos de violência intrafamiliar o descrédito dos relatos de violência feitos pelas crianças, seja por ignorância ou por conveniência, é mais fácil dizer que a criança está mentindo ou inventando o abuso que sofreu, pois, dessa forma, ninguém precisa lidar com o tema da violência sexual:

Os tratados sociais dentro do ambiente familiar fizeram com que a mãe escutasse a denúncia da filha e a chamasse ela de mentirosa. Deve ser porque ela não queria colocar a família como alvo de fofoca, não queria colocar a família em evidencia, pode ser também a questão da dependência financeira. Mas eu acredito, que principalmente, para não ter que lidar com as consequências da visibilidade do abuso (FLÂNIO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Geralmente desconfiam da fala da criança porque pra sociedade não é “normal” uma criança falar sobre sexo, imagine relatar com muitos detalhes um ato sexual? As pessoas acham logo que ela está mentindo, que é inxirida (ARACELI, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Eu acredito que a mãe não queria ver o que estava debaixo do nariz dela, talvez porque ela gostasse muito do marido, aí já e uma dependência emocional. Na verdade, ela já sabia, a criança estava sangrando e ela se omitiu e chamou a criança de mentirosa porque não queria ver, estava

ignorando aquele fato. Ela preferiu deixar a filha sofrer violência para continuar vivendo com ele (ANA LÍDIA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Diante disso, os professores destacaram a necessidade de “darmos voz à criança” e entendermos as suas formas de expressão, que nem sempre é verbalizada, principalmente em casos de crianças e adolescentes com deficiência, e efetivar a denúncia para não fortalecer mais o pacto do silêncio.

- d) **4ª MANCHETE:** Sofro abuso do meu pai, diz menina de 11 anos, em bilhete na escola.

Um bilhete escrito por uma menina de 11 anos, entregue a uma colega de escola, levou à prisão de um homem suspeito de estuprar as três filhas menores, em Paulínia, interior de São Paulo. "Eu sofro abuso do meu pai", escreveu a criança a lápis, num pedaço de papel, juntando à frase o desenho um desenho indicando tristeza. O bilhete foi parar nas mãos do motorista da van escolar usada pela estudante, que o entregou à Polícia Civil. O vigilante José Maria Rodrigues Pinheiro, de 56 anos, pai da menina, foi preso na última sexta-feira, 7[...] depois que os exames confirmaram que a menina teve o hímen rompido. As outras duas filhas, de 10 e 12 anos, também denunciaram os abusos que vinham sendo praticados pelo pai há pelo menos um ano[...] conforme o delegado, o homem admitiu que acariciava as filhas, mas negou ter consumado o estupro [...] segundo ele, a mãe das crianças desconhecia a situação, por isso continuará na guarda das menores, que serão acompanhadas pelo Conselho Tutelar. As meninas já estão tendo atendimento psicológico (PORTAL CORREIO 24 HORAS, 08/05/2018).

Neste caso, os professores focaram a discussão em torno da prática do incesto, o que remeteu ao contexto em que eles estão inseridos, pois, de acordo com os relatos, nos interiores como Cotijuba, ou nas comunidades distantes da capital já se tornou cultural pais se relacionarem sexualmente com seus filhos e filhas.

Segundo os professores, esta é uma prática enraizada dentro dessas comunidades, pois é comum crianças e adolescentes aparecem grávidas e ninguém questionar a procedência da gestação.

Nesse caso também foi incesto. E isso é cultural nos interiores, de pais terem filhos com as filhas biológicas e ninguém se perguntar sobre quem é o pai da criança (MARIELMA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Aqui na ilha mesmo, a gente suspeita de algumas situações, mas nada é confirmado, são apenas suspeitas. Mas as vezes está na cara e ninguém denúncia (FLÂNIO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Por fim, eles destacaram alguns indicadores de ocorrência de abuso sexual identificados na imagem do bilhete entregue pela criança e destacaram a importância da denúncia na resolução do caso, contribuindo, dessa forma, com um ciclo de abusos sexuais frutos de relações incestogênicas:

No bilhete ela quis destacar em caixa alta o “EU sofro”, como se fosse um grito de socorro (MARIELMA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Ela quis deixar muito claro para quem iria ler, o que ela estava passando nesses anos todinhos (ANA LÍDIA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

E no final ela ainda desenha uma carinha chorando, ela expressa as emoções dela naquele bilhete (FLÂNIO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Foi através do relato da criança, que esse e mais dois casos de abusos, os das irmãs, foram descobertos. Ela confiou que a colega iria lhe ajudar. E o motorista acreditou no relato e realizou a denúncia. A criança conseguiu romper o silêncio. É por isso que é importante ouvir e dar importância no que a criança diz (MARIELMA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

- e) **5ª MANCHETE:** Polícia investiga estupro coletivo de menino; vídeo foi publicado na web.

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) investiga uma ocorrência de estupro coletivo contra uma criança de 12 anos. A vítima é um menino, morador de Santa Maria. O ataque foi filmado, publicado em redes sociais[...] os suspeitos são três adolescentes e dois adultos, de 18 e 21 anos. Uma mulher, a pessoa mais velha do grupo[...] acusada de armazenar e compartilhar pornografia infantil. Ela também foi indiciada por estupro de vulnerável e ameaça, porque presenciou o momento do ataque. A jovem registrou tudo em vídeo[...] nas imagens, os autores obrigam o garoto a vestir roupas femininas, a usar maquiagem e é coagido a dizer o que esturadores queriam ouvir na hora da agressão sexual[...] o investigador contou que os cinco envolvidos ameaçaram o garoto de morte. "Eles disseram que se a vítima comentasse o fato com alguém teria membros do corpo cortados, e seria torturada até a morte. O caso só chegou ao nosso conhecimento porque a jovem de 21 anos divulgou o vídeo nas redes sociais e a mídia repercutiu", explicou o delegado (CORREIO BRAZILIENSE, 10/10/2108).

O gênero e a idade dos abusadores chamaram a atenção dos docentes, eles relataram que nunca tiveram conhecimento sobre crimes de violência sexual cometidos por mulheres e/ou adolescentes que, naquele momento, era a primeira vez

que eles tinham contato com uma notícia desse tipo, pois, normalmente, esses casos de abuso sexual estão ligados à figura masculina e adulta.

Nesse caso, é uma abusadora mulher e também menores de idade, eu nunca tinha visto notícias assim, eu nunca vi, juro. Sempre é a figura masculina e sempre um adulto. Eu não tinha conhecimento (FLÂNIO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Eu tô surpresa com o fato de adolescentes serem os abusadores, não é comum isso (MARIELMA, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Eu não tô surpresa, mas não é comum, também, serem noticiados casos de violência sexual onde a mulher é a agente da violação. Eu acredito que são poucas as denúncias, mas existem. (EVANDRO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Após a apresentação das notícias, realizei a exibição de dois vídeos que tinham relação com o caso de abuso sexual contra uma adolescente de 16 anos, vítima de estupro coletivo, após sair de um baile funk na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo era identificar se eles conseguiam perceber os discursos que são produzidos sobre casos desse tipo na internet e fizéssemos uma reflexão conjunta sobre os nossos próprios discursos.

O primeiro vídeo trata-se de um relato da vítima do estupro coletivo fornecido para uma matéria jornalística exibida no dia 29 de maio de 2016, no programa semanal “Fantástico” da Rede Globo de Televisão. Em sua fala, a adolescente relata que não estava saindo de casa, porque vinha sofrendo ameaças, além disso as pessoas estavam culpando-a pela violência. Ela destaca que o acolhimento recebido na delegacia não foi adequado, que tentaram incriminá-la e que o delegado a culpou pelo estupro e a desrespeitou.

O segundo vídeo é uma produção caseira que foi compartilhada e viralizada nas redes sociais e publicada no Youtube de um homem que aparenta ter mais ou menos uns 40 anos, tentando justificar o estupro coletivo sofrido pela adolescente de 16 anos. No discurso, o homem usa como argumentos o estereótipo de classe social (favelada), o local que a vítima frequentava e o uso de drogas para justificar o estupro coletivo.

Os professores destacaram que os discursos reproduzidos nas redes sociais, na época, a maioria dos comentários eram falas machistas e incitavam à violência ou

culpabilizavam a vítima pelo estupro que sofreu. Segundo os docentes, o que mais chama a atenção, nesse caso, é que esses discursos machistas foram reproduzidos, principalmente, por mulheres:

Quando o caso rolou, e eu estava acompanhando na internet, e a gente percebia desrespeito com a menina através de memes, de comentários, gente culpando a menina como se ela fosse responsável pelo estupro dela... comentários de tipo “Não cabia mais um?” (FLÂNIO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

O vídeo do estupro sendo compartilhado, como se aquilo fosse algo legal de ser propagado, ninguém queria saber da vítima, ou como ela estava, todos queriam ver a atrocidade e ainda culpavam ela (EVANDRO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Muitas mulheres reproduzindo falas machistas do tipo “isso não acontece comigo porque eu ando em lugares sérios, ela estava no baile funk”, falavam da roupa que ela estava vestida, do lugar que ela morava, uma série de comentários na internet sempre depreciando a vítima (ARACELI, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Além disso, os professores discutiram sobre a forma como a internet tem sido usada para a propagação desses tipos de conteúdo violentos. E, para, além disso, a internet tem contribuído para formar opiniões equivocadas e preconceituosas sobre esses casos na sociedade, fortalecendo a cultura do estupro.

É desse jeito que as pessoas acabam se formando através desses vídeos compartilhados no whatsapp com gente falando um monte de besteiras, fortalecendo essa cultura machista. E nesse sentido a mídia e as redes sociais tem contribuído na precarização da informação (EVANDRO, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Outra questão que chamou a atenção do grupo foi a maneira que o delegado responsável pela investigação conduziu o depoimento da vítima, já lhe imputando, mesmo que indiretamente, a responsabilidade sobre o estupro coletivo, como se tivesse sido algo prazeroso e consentido pela adolescente.

Eu fico indignada de as pessoas acharem que ela gostou, que foi bom, que ela queira. O delegado desrespeitando ela. Em nenhum momento levam em consideração o psicológico da vítima, o emocional, o físico e ficam tirando essas brincadeiras sem graça, violentando ela (ARACELI, a.r – sessão 2 – 23/08/2019).

Ao final da sessão de análise reflexiva, os professores avaliaram que as formações para essa temática não poderiam ser limitadas apenas a um pequeno grupo, mas que a escola e a comunidade também precisavam ter acesso a esses tipos de conteúdo para fomentarem conhecimento acerca da temática.

Segundo os docentes, a sociedade precisa se sensibilizar para o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e entender que a prevenção contra esse crime é uma questão de garantia de direitos humanos a todos. E que construção de alguns conhecimentos, antes desconhecidos, com relação ao abuso sexual só foi possível através dos momentos de formação continuada. E que, nesse sentido, era importante pensar estratégias para introduzir essa temática na agenda da escola.

Os professores conseguiram identificar que na maioria dos casos a família tem ciência da ocorrência de abuso sexual, mas mantém em segredo para evitar qualquer escândalo na comunidade, usando a desculpa de manutenção do bem-estar da família, velando, dessa forma, o abuso sexual intrafamiliar ou incestogênico.

Sabemos que, na maioria das vezes, o pai biológico é o violador mais identificado seguido pelo padrasto. E toda a dinâmica da família é organizada de tal forma que a mãe se torna conivente com a violência. Essa dinâmica para manter o segredo do abuso perpassa o medo e a manipulação, que faz com que as pessoas confundam os sentimentos de amor, obediência, medo e abuso (MIRANDA, 2016).

Alguns estudos apontam que a relação estabelecida na violência sexual é uma relação de poder assimétrica entre o violador e a vítima. Essa relação é estabelecida dentro de uma lógica de sobreposição de um indivíduo sobre o outro, é intencional e tem o objetivo de obter vantagens sexuais, de dominação ou de lucro, ela nega os direitos sexuais da pessoa violada (AZEVEDO; GUERRA, 1995; FALEIROS; FALEIROS, 2007).

Segundo a Abrapia (2002), o violador é um aproveitador pelo fato de crianças e adolescentes estarem em processo de construção e descoberta da sua sexualidade. Dessa forma, esses violadores manipulam os seus desejos, suas vontades, fazem com que a vítima se sinta culpada por sentir prazer na violência, e isso é utilizado contra a vítima para consolidar e acobertar a situação de violação.

Vagliati (2014) diz que crianças que sofrem violência sexual geralmente já sofreram outras formas de violência, tais como a violência física e psicológica. Nesse sentido, o contato com esses outros tipos de violência faz com que elas tenham dificuldades em diferenciar as demonstrações de afeto e a agressão na figura do violador. Essa relação de poder adulto parental dentro da família para com a criança provoca a naturalização do seu lugar de submissão.

Sobre o gênero e a idade do violador, o Guia Escolar (2011) acerta que, apesar das denúncias serem poucos com relação a casos envolvendo abusadoras mulheres ou adolescentes, eles existem, e as denúncias não expressam a realidade. Com relação à figura feminina, enquanto abusadora, ainda há uma resistência em se aceitar esta condição, pois figura na mulher ainda a imagem daquela que é mãe, que cuida e que ama incondicionalmente, e, por isso, práticas como essas são vistas como não são da sua “natureza”.

Diante de toda essa reflexão coletiva, considerei muito satisfatória a segunda sessão de análise, professores realizaram reflexões aprofundadas, tendo como base os conhecimentos primários adquiridos nas sessões de estudos. Acredito que todos os relatos, questionamentos, reflexões e apontamentos são retalhos importantes para a construção desse processo de produção de conhecimento.

E perceber que os professores conseguiram identificar e refletir sobre esses fatores que perpassam a lógica da violência sexual, e outros que estão para além do que foi informado nas notícias, me fez confirmar que, nesse processo de produção de conhecimento, estávamos caminhando no rumo certo para a construção de novas práticas acerca do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

5 OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS SOBRE OS TIPOS E FORMAS DE OCORRÊNCIA DA EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nesta seção, iremos descrever e analisar o processo das sessões de estudos e sessões de análise reflexivas do segundo eixo de formação do ciclo de estudo e reflexão, intitulado “Tipos e formas de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes: Exploração Sexual Comercial”, que objetivou apresentar aos professores o conceito de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes para que eles pudessem compreender as formas de ocorrências desse tipo de violência sexual e distinguir as diferenças entre a exploração sexual comercial e o abuso sexual.

5.1 Quarta sessão de estudo – A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: conceitos, causas e consequências.

No dia 20 de setembro de 2019, das 10h às 14h, ocorreu a quarta sessão de estudo. Essa formação em específico ocorreu em uma das comunidades dos arredores da Ilha de Cotijuba, Urubuoca. Nesta comunidade, localiza-se um anexo escolar da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição”, sendo um dos colaboradores da pesquisa, o professor Evandro, responsável pela turma multisseriada do anexo, solicitou que a formação ocorresse nesse espaço.

Figura 9 - Sessão de Estudo no Anexo Urubuoca.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Para este momento, utilizamos o sétimo capítulo do Guia escolar, com o título “A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: conceitos, causas e consequências”, como subsídio da formação:

Neste capítulo, tratamos de outra violação de direito que também é considerada violência sexual, mas que possui características bastante distintas das do abuso sexual que estamos discutindo neste Guia Escolar: a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

O termo “exploração sexual” vem sendo utilizado nas duas últimas décadas para designar uma prática muito antiga: a prostituição de crianças e adolescentes. O foco deste capítulo situa-se principalmente no aspecto comercial da exploração do trabalho sexual de crianças e adolescentes (BRASIL, 2011, p. 113).

Objetivando apresentar os conceitos desse outro tipo de violação sexual que tem como foco o aspecto comercial produzido pelo sistema econômico-social desigual e injusto, essa sessão de estudo teve como pontos de formação as seguintes discussões: apresentação e discussão dos conceitos de troca sexual, trabalho sexual autônomo, trabalho sexual agenciado, turismo com motivação sexual e tráfico de crianças, adolescentes para fins de exploração sexual e pornografia; as características do fenômeno no Brasil; as causas e os fatores que levam crianças e adolescentes a serem explorados sexualmente; e as consequências desse tipo de exploração.

A partir dessas discussões, as intervenções se deram em torno de algumas das características do fenômeno da exploração sexual comercial que os professores identificaram dentro dos conceitos apresentados. Segundo os docentes, estas características já se tornaram um tipo de “cultura” que fortalece as práticas de exploração sexual no Brasil.

Os professores chamaram atenção para as campanhas turísticas das agências de turismo e, até mesmo, de instituições governamentais que são pensadas e divulgadas para pessoas de fora do país:

Os turistas vêm procurar no Brasil as negras, mulatas... (ANA LÍDIA, s.e – sessão 4 – 20/09/2019).

O bundão, o peitão, o corpo sexy... (MARIELMA, s.e – sessão 4 – 20/09/2019).

Na verdade, criou-se uma cultura, né, em que a mulher negra se tornou uma espécie de atrativo comercial. Se a gente for ver nas campanhas do governo, sempre tem uma mulher negra bonita lá, normalmente dançando samba com aquela mini roupa, a exposição mesmo da figura feminina, normalmente as cidades são panos de fundos tipo “venha ao brasil, conheça essas mulheres bonitas e belas que aqui tem” e por traz disso tudo existe a questão da exploração sexual (FLÂNIO, s.e – sessão 4 – 20/09/2019).

No Brasil, existe um marketing pautado na projeção de um perfil de corpo hipersexualizado, um gênero (mulher) e uma etnia (negra) muito bem definidas e que são objeto do turismo sexual no Brasil. Guedes (2012, p.38) diz que “há um forte apelo midiático pela banalização do sexo, do corpo feminino, pela erotização da sociedade”. Segundo ele, há uma maturação precoce da imagem de meninos e meninas. Sendo que, no caso das meninas, existe um apelo maior para as vestimentas, nos acessórios e maquiagens, tudo isso facilitado pelos filmes, novelas, propagandas que estão fortemente ligadas à lógica do capital, de oferta e demanda.

Além disso, existe uma cultura de exploração que se instaurou no Brasil desde a sua ocupação pelos portugueses, que perpassou a ideia de que mulheres e/ou meninas indígenas ou negras escravas eram seres passíveis de serem sexualmente exploradas. Sobre o fato de mulheres negras terem seu corpo objetificado no mercado do sexo, Pereira (2005) relata que, em meados do século XIX, a prostituição era a associada à situação de escravidão, nesse sentido, a maioria das prostitutas eram escravas negras.

Isso, talvez, explique o porquê de as empresas de marketing, contemporaneamente, “venderem” corpos de mulheres, principalmente negras, para fortalecer o turismo no Brasil, pois é dentro dessa estrutura cultural que as redes de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes se fortalecem cada dia mais. A lógica de mercado dentro de uma sociedade neoliberal de exploração não se importa se para obter seus lucros comerciais, for preciso explorar corpos de pessoas, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes.

A Declaração aprovada durante o I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial (1996) diz que esse tipo de violência é uma violação fundamental dos direitos humanos, e compreende o abuso sexual realizado por adultos e a

remuneração deste abuso em espécie a meninos, meninas ou terceiros (exploradores), onde a criança é tratada como objeto sexual, uma mercadoria.

Nesse contexto, os professores apontaram que esse tipo de crime sexual tem sido a opção mais rápida de sobreviver, principalmente em casos envolvendo adolescentes LGBTQIA+ que não são aceitos por seus familiares e crianças e/ou adolescentes que sofrem tentativas ou são vítimas de violência sexual de algum ente familiar:

Normalmente, no caso dos homossexuais, a família coloca a pessoa fora de casa, então aquela pessoa de repente se ver perdida. Então o que se tem de imediato? É esse tipo de troca sexual, porque ele em dentro de um dia vai precisar comer, de casa, de roupa, uma série de coisas, que em um emprego normalmente você levaria 30 dias para conseguir com seu salário, e ele precisa de algo de imediato. Essa troca é uma maneira mais rápida e por isso se faz perversa (FLÂNIO, s.e – sessão 4 – 20/09/2019).

A história que ela contou, é que ela tinha dificuldades familiares dentro de casa, e ela começou a se prostituir desde os 12 anos, a irmã dela já fazia faculdade e também se prostituição para pagar. Aos 12 anos o pai dela tentou abusar dela, ela fugiu de casa e foi um meio que ela teve de sobrevivência, mas ela nunca deixou de estudar, e esse foi o meio que ela conseguiu de vencer na vida, de avançar e conseguir algo melhor para ela, hoje, graças a deus ela tem um trabalho formal, é concursada. Mas foi o único meio que ela arranhou! (EVANDRO, s.e – sessão 4 – 20/09/2019).

As opressões de gênero e sexualidade reproduzidas no ambiente familiar obrigam crianças e adolescentes, fugidas ou expulsas de casa, a buscarem formas de sobrevivência fora do lar, logo começam a trabalhar, de forma agenciada ou não, no mercado negro do sexo com a prostituição.

Segundo o Guia Escolar (2011), os conflitos culturais e familiares fazem com que uma porcentagem significativa de crianças e adolescentes se engajem no mercado do sexo, e a maioria são adolescentes que vivem alguma situação conflituosa com a família e por isso a maioria mora fora de casa ou foi expulsa. Além disso, o Guia retrata que as diversas violências domésticas, entre elas a sexual, levam filhos a fugirem de casa.

Os professores destacaram que o conceito de prostituição está fortemente atrelado à imagem feminina, sendo a imagem mais desejada no mercado da prostituição, principalmente, quando se trata de uma adolescente em desenvolvimento físico e início da puberdade.

Normalmente, essa questão da prostituição a gente coloca muito em foco a mulher, né...”ah, porque ela gosta! ” (FLÁNIO, s.e – sessão 4 – 20/09/2019).

Ah os encartes, tem o perfil, idade, imagem e quanto você vai pagar pela mulher, se você quer pagar somente pela noite, pela temporada, existem pacotes de 5000 mil reais que a pessoa não ganha nem 10%... eu conheço gente que trabalha com isso (EVANDRO, s.e – sessão 4 – 20/09/2019).

Segundo o que eu li em um outro material, as adolescentes no início da puberdade são mais procuradas, 17 anos já não é uma idade muito procurada na exploração, mulheres mais maduras não são uma área de interesse (MARIELMA, s.e – sessão 4 – 20/09/2019).

Quando se pensa em prostituição, normalmente se pensa que a prostituição só ocorre com pessoas do gênero feminino. Não se cria uma imagem do gênero masculino, sempre é direcionado para a mulher, isso faz com que muitos casos sejam negligenciados (ARACELI, s.e – sessão 4 – 20/09/2019).

A imagem da menina e mulher cis, trans, travesti ou de homossexuais com traços femininos são mais visibilizadas em casos de exploração sexual comercial. Alguns fatores culturais, como a estrutura machista e patriarcal da sociedade, provoca uma invisibilidade para casos envolvendo homens cisgêneros e/ou transgêneros, o que conseqüentemente vulnerabiliza ainda mais esta parcela das vítimas, pois estes casos são negligenciados e as denúncias são menores com relação quanto a casos envolvendo meninas.

Barros (2015) salienta que a exploração sexual contra crianças e adolescentes atinge pessoas de todas as classes sociais, e, na maioria dos casos, indivíduos do sexo masculino. Segundo a autora, em algumas ocasiões, as crianças e adolescentes são afastadas de suas famílias e comunidades iludidas com promessas de um futuro melhor, por conta disso um número expressivo dessa parcela da população é vítima desse tipo de crime.

5.2 Quinta sessão de estudo – A exploração sexual comercial: como a escola pode enfrentar esse desafio?

Na semana seguinte, dia 27 de setembro, das 9h às 13h, aconteceu a quinta sessão de estudo, dando continuidade às discussões sobre exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Utilizamos para este momento o oitavo

capítulo do Guia Escolar (2011), que tem como título “A exploração sexual comercial: como a escola pode enfrentar esse desafio?”:

A princípio, pode parecer que a escola tem muito pouco a ver com o fato de adolescentes estarem envolvidos em trabalho sexual ou mesmo em uma rede de exploração sexual comercial. Contudo, neste capítulo, queremos oferecer subsídios para que os participantes da comunidade escolar se transformem em agentes de proteção de crianças e adolescentes. A comunidade escolar pode ajudar muito na prevenção das ocorrências, no apoio a crianças e adolescentes e na notificação de suspeitas ou fatos de exploração sexual comercial (BRASIL, 2011, p. 125).

Esta sessão de estudo objetivou oferecer recursos teórico-metodológicos para que os professores pudessem se identificar enquanto agentes de proteção de crianças e adolescentes, e, dessa forma, apresentar ações de prevenção e a notificação de casos de exploração sexual comercial que poderia ser realizada por eles para ajudar no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Os pontos formativos foram os seguintes: apresentar indicadores de casos de exploração sexual que pudessem ajudar os docentes a realizar a identificação; ações preventivas que poderiam ser realizadas pela comunidade escolar; estratégias de como ajudar e acolher as crianças e os adolescentes sexualmente explorados; e como denunciar casos de exploração sexual comercial.

Nessa sessão, constatei que às atribuições diárias e ao encerramento do período letivo, com várias atividades na escola, os professores não haviam realizado as leituras antecipadamente. Então, ocorreu uma leitura na qual eles atentamente prestavam atenção, com a qual possuíam o primeiro contato e, talvez, por isso, não quiseram falar ou se sentiram inseguros com relação à discussão. Diante disso, optei por tentar resgatar discussões anteriores que pudessem fazer algum link com a temática da exploração sexual comercial para ver se os professores se encorajavam a iniciar uma discussão.

Reforcei que a cultura machista alimentava diretamente a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, nesse momento, os professores se manifestaram sobre algumas atitudes machistas que eles conviviam, haviam presenciado ou reproduziam no seu cotidiano.

Alguns dos docentes, a partir de uma reflexão pessoal, conseguiram identificar a influência da cultura machista dentro das suas próprias vivências e atitudes e como isso é fortemente reproduzido por eles:

Sempre que a mulher está vestida, até eu faço isso, com a minha sobrinha. Ela usa um shortinho bem curtinho, aparecendo a polpa da bunda e uma blusinha curta, aí a gente fala “essa daí só se veste como perigete, já vai ganhar a vida”, ou seja, até o modo de como as meninas se vestem hoje, a gente já tem isso na mente (ANA LÍDIA, s.e – sessão 5 – 27/09/2019).

A gente faz reprodução, professora, porque nós sofremos com isso a vida toda (ARACELI, s.e – sessão 5 – 27/09/2019).

A gente sempre ouve para a vítima de estupro “Ah, ela estava vestindo aquela roupa, então ela queria” (FLÂNIO, s.e – sessão 5 – 27/09/2019).

Tem muitas piadas machistas de conotação sexual que fazem com crianças que me tiram do sério (MARIELMA, s.e – sessão 5 – 27/09/2019).

Apesar de não aprofundarem diretamente o tema da sessão de estudo, acredito que a produção de conhecimento se expressa no momento em que os professores conseguem realizar uma reflexão de suas práticas docentes a partir de assuntos que estão interconectados com o tema da exploração sexual comercial contra crianças e adolescentes, como é o caso da temática do machismo.

Em grupo, em que a maioria são professoras, os/as docentes conseguiram perceber dentro de suas posturas e vivências o quanto sofrem com o machismo e o quanto o reproduzem diariamente. Para mim, configurou-se como um processo de desconstrução, onde, a partir de processos formativos que auxiliem na autoreflexão, é possível ser concebido um novo modo de pensar e agir dentro da realidade social. Isso revela o que Libâneo e Pimenta (1999) falam sobre a capacidade do docente de pensar, refletir e intervir na sua própria prática e na transformação da sua realidade.

5.3 Terceira sessão de análise reflexiva – Uma análise de vídeos que tratam o tema da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no contexto da Amazônia ribeirinha

No dia 18 de outubro, aconteceu a última sessão de análise reflexiva. Para este momento, selecionei dois vídeos que tratavam sobre o tema da exploração sexual comercial no contexto da Amazônia ribeirinha. O objetivo era mostrar como este fenômeno tem ocorrido dentro de uma realidade familiar para os professores e para escola e assim contextualizar os estudos realizados até o momento, além de motivar uma discussão no grupo em torno dessa temática para identificar e analisar quais conhecimentos foram produzidos pós-sessão de estudo e as tomadas de decisão.

O primeiro vídeo trata-se de uma série jornalística intitulada “Marajó – Meninas em risco”, produzida pela emissora de televisão Rede Record e exibida no ano de 2017 pelo Jornal da Record. Foi uma série em três episódios, com duração máxima de 10 minutos cada, que mostra o drama de crianças vítimas de exploração sexual no Estado do Pará. O vídeo exibido corresponde ao episódio de número um, intitulado “Série JR: crianças são aliciadas sexualmente em troca de óleo diesel na Ilha de Marajó”, e retrata como crianças e adolescentes, em busca de sobrevivência, nessa região de extrema pobreza, são explorados sexualmente em troca de dinheiro, comida e óleo diesel.

O segundo vídeo trata de uma declaração da Ministra da Mulher, Família e Direitos humanos, Damares Alves, justificando que ocorre a exploração sexual de meninas na Ilha do Marajó por falta de calcinhas e trazendo como solução para enfrentar o fenômeno a implantação de uma fábrica de calcinhas. A declaração foi realizada durante um evento oficial no Palácio do Planalto no dia 24 de julho de 2019, onde a ministra apresentou alguns resultados do programa Abraço o Marajó.

Este momento reflexivo iniciou com alguns relatos acerca de casos de exploração sexual que eram de conhecimento dos docentes e tinham relação com o vídeo exibido. Os professores reiteraram que essa prática tem se tornado cultural e naturalizada dentro das regiões de ilha, algo que vai passando como uma herança de pais para filhos.

Eu vejo assim, que chega um momento que aquilo se torna cultural deles lá, daquelas famílias, chega um momento que elas naturalizam isso e às vezes se submetem e não pedem nada em troca, é realmente a perda da infância. Quem sabe se isso não foi passado de mãe para filha, né? As vezes a mãe foi submetida, cresceu assim, e naturalizou esse tipo de “trabalho” para o seu sustento. Elas foram criadas nesse contexto (ARACELI, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

O que a gente percebe é que isso já se tornou uma cultura da nossa região. Porque essas crianças elas não querem fazer isso, elas são forçadas com certeza, para trocar por comida, por pão, por óleo... principalmente nas regiões mais distantes. Aí elas vão crescendo e vão se acostumando com essa forma de trabalho. A gente vê no vídeo que eles já têm toda uma logística para entrar nas embarcações, arriscam a vida (MARIELMA, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Além disso, os professores reconheceram que esta é uma realidade da região e que está presente no cotidiano deles e no cotidiano da escola, mas que, com a correria e falta de tato para tratar a temática, eles acabam deixando “passar despercebido” as situações que se apresentam:

Isso não é distante da nossa realidade, principalmente aqui a orla de Icoaraci. O que a gente vê de meninas e meninos vendendo seu corpo. Como tu disse na formação é uma realidade de zonas assim dos rios, a gente sempre vê notícia, ó que no dia a dia a gente acaba passando despercebido, e olha que eu pego barco todo dia nessa orla (MARIELMA, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Diante disso, os professores fizeram emergir uma reflexão sobre como a vulnerabilidade econômica produzida pelo sistema capitalista e explorador impulsiona crianças e adolescentes a se submeterem ao trabalho sexual, fortalecendo, dessa forma, a rede de exploração sexual no país:

Isso tudo também é culpa do nosso sistema que não atende os mais necessitados, que leva as pessoas a ficarem desempregadas, com fome, os nossos atuais governantes cortaram tudo quanto é benefício que ajudava, a gente sabe que tem gente que precisa, e são essas as pessoas mais atingidas e que ficam vulneráveis a esse tipo de coisa (ANA LÍDIA, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Na nossa ilha a gente vive do açaí, dentro das novas leis e portarias, as nossas terras agora serão tidas como improdutivas, ou seja, eles vão ter direito de derrubar as árvores, queimar e fazer o que quiser. Se acontecer isso, do que as pessoas da nossa região vão viver? Então, a exploração sexual vai surgir como alternativa de sobrevivência (FLÂNIO, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Guedes (2012) demarca que existem alguns contornos que forjam esse tipo de crime sexual, entre eles: o contorno econômico que é delineado pela troca de dinheiro por serviços sexuais com o conhecimento dos pais e aliciamento das crianças; e o contorno social que reflete as situações de miserabilidade da maioria das famílias marajoaras, não sendo um fator determinante, mas que influencia na utilização das crianças para ajudar na sobrevivência da família, dentre as quais estão inclusas, os pedintes dos rios.

Historicamente, no Brasil, essa é uma prática que acontece, só não é divulgada, denunciada, ficando no anonimato, e isso tem sido um fator quase determinante para que a de exploração sexual de crianças e adolescentes se tornem, cada vez mais, uma alternativa de sobrevivência para as famílias das regiões ribeirinhas, estas que são ainda as mais afetadas com os cortes dos benefícios sociais e políticas implementadas pelos atuais governantes.

Os professores acreditam que as zonas mais vulnerabilizadas para a ocorrência de crimes sexuais com fins lucrativos são áreas em que o fluxo de homens é bem maior que o de mulheres, como as áreas de garimpo, barragens, zonas portuárias e regiões distanciadas da zona urbana.

No Amazonas e no Pará que tem zonas totalmente esquecidas até por Deus, sem assistência nenhuma do poder público, as crianças e adolescentes estão a mercê dessas redes de exploração, porque isso dá dinheiro e eles precisam se sustentar (ANA LÍDIA, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Hoje, eu me atentei que as explorações sexuais acontecem principalmente em região de garimpo, fronteiras, barragens, portos, rodovias, eu acredito que é porque normalmente o fluxo de homens é bem maior. Claro que tem mulheres, mas homens são maioria (MARIELMA, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Sobre isso, eles ainda conseguiram refletir sobre como algumas das dinâmicas do fenômeno da exploração sexual comercial se desenvolvem dentro do contexto da Ilha de Cotijuba:

A gente não vai longe, aqui em Cotijuba, sempre foi visto como o local que tem sexo fácil (ARACELI, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Você ia na locadora e tinha uma seção que era só sobre Cotijuba, tipo como se fosse uma ilha paradisíaca, propícia para o sexo turismo (FLÂNIO a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Logo quando eu vim trabalhar pra cá, meu amigo me perguntou se eu tinha certeza que ia trabalhar em Cotijuba, aí eu disse que sim, ele dizia que era porque aqui era a terra da mulher fácil, era a terra onde marido vai trair a mulher (MARIELMA, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Essas explorações sexuais acontecem muito nas regiões das ilhas, mês de julho em Cotijuba se tu parar e observar na praça, na praia, tá por todo lugar, mas geralmente a gente não se toca, a gente acompanha a multidão (EVANDRO, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

Aqui nas ilhas é o barqueiro que faz parte da rede de exploração sexual no turismo (ANA LÍDIA, a.r – sessão 3 – 18/10/2019).

A exploração sexual está ligada ao turismo em zonas portuárias e de fronteiras e é um fenômeno encontrado nas regiões de rios navegáveis na região Norte e são os próprios moradores do lugar os principais exploradores da região ribeirinha (STOLTZ; WALGER, 2008).

Além da localização geográfica, ainda existem outros fatores que facilitam e fortalecem a ocorrência de exploração sexual comercial nessas regiões, são alguns deles: a falta de políticas públicas de assistência social, pobreza extrema, desemprego, a falta de educação básica, o silêncio ou a falta de denúncia, a cultura da região, entre outros aspectos econômicos, jurídicos, culturais e sociais que estão presentes nestes lugares.

6 OS CONHECIMENTOS PRODUZIDOS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nesta seção, iremos descrever e analisar o processo das sessões de estudos e sessões de análise reflexivas do terceiro eixo de formação do ciclo de estudo e reflexão, intitulado “A escola e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”. O objetivo deste eixo foi discutir a escola enquanto parte da rede de proteção de crianças e adolescentes como um espaço de construção de uma cultura de prevenção à violência sexual e a importância do papel do professor e da formação de professores no enfrentamento desse tipo de violência.

6.1 Sexta sessão de estudo – A escola como espaço de construção de uma cultura de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes

A escola pode ser um local ideal para a identificação, intervenção e promoção de prevenção que diminuam o impacto do fenômeno da violência sobre o desenvolvimento infantil (INOUE; RISTUM, 2008) quando se compromete em garantir direitos de crianças e adolescentes e quando os educadores fortalecem a militância pela garantia desses direitos (GUEDES, 2012).

Deste modo, para se efetivar um espaço de garantia de direitos de crianças e adolescentes, implica em realizar uma aproximação real entre a escola e uma perspectiva inclusiva para os direitos humanos. O Plano Nacional de Educação em Direitos humanos propicia alguns direcionamentos para esta aproximação:

[...] a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos fundamentais da educação básica e **permeiar o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação**, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação. (BRASIL, 2008, p. 39, grifos da autora)

Nesse trabalho, a escola é compreendida como um ambiente de luta pela garantia de direitos de crianças e adolescentes, e não se pode responsabilizar os

professores ou a escola pelo não enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, tendo em vista, que esse enfrentamento só pode ocorrer quando dá possibilidades e subsídios para se desenvolver essa atividade.

Diante disso, no dia 18 de outubro de 2019, aconteceu a sexta e última sessão de estudos desse ciclo, e utilizamos para subsidiar esse momento de discussão o capítulo “A escola como espaço de construção de uma cultura de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes”. Destaco, abaixo, a seguinte passagem:

Construir, junto com a comunidade escolar, uma cultura de prevenção ao abuso sexual é o objetivo fundamental a ser atingido com este Guia Escolar. A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno extremamente complexo e estatisticamente expressivo, como mencionado na introdução. Mas não são apenas os especialistas que acompanham crianças e adolescentes que precisam adequar sua sensibilidade e sua capacidade de “escutar” – os pais e os professores que convivem com eles em sua rotina diária têm papel fundamental na prevenção da violência sexual. Depende deles a construção de um ambiente de proteção para crianças e adolescentes, bem como a identificação dos primeiros sinais do problema, assim possibilitando a revelação do abuso e seu atendimento pela rede de apoio (BRASIL, 2011, p. 195).

Esta sessão de estudo teve como objetivo conscientizar os professores de que a prevenção primária é uma das maneiras mais eficazes de se evitar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Este momento teve como principal ponto de formação a discussão de três eixos de ações preventivas que a escola poderia viabilizar para a construção de um ambiente de proteção para crianças e adolescentes, quais sejam: a capacitação de professores para lidarem e tratarem a temática da violência sexual; a realização de um trabalho de prevenção com os estudantes e família como uma atividade curricular ou extracurricular; e, por último, articular essas ações com os demais órgãos da rede de proteção de crianças e adolescentes.

Durante a sessão de estudo, os professores reforçaram que a formação de professores para enfrentar as violências e, principalmente, a violência sexual contra crianças e adolescentes, é de fundamental importância para a prevenção desses crimes, mas que ainda existem muitas lacunas na formação inicial e continuada, e que

essas lacunas dificultam que as escolas, em específico os professores, desenvolvam atividades de prevenção com a comunidade escolar.

As dificuldades mais destacadas corroboram com alguns estudos que focam a discussão na formação de professores para essa temática, são elas: os currículos dos cursos de formação de professores não atendem a essa demanda em nenhuma disciplina, e que o ideal era uma disciplina específica para discutir as violências; e que os espaços de formação continuada dentro da escola são escassos, quase nenhum.

A maioria das lacunas existentes dentro da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes se encontra na área da educação, pois o professor não tem recebido nos cursos de formação aporte teórico que os deem noção mínima das diversas manifestações dos maus tratos contra crianças e adolescentes (AZAMBUJA, 2006).

Libório (2004) destaca que a escola não se configura enquanto espaço de proteção, e diz que isso ocorre porque o tema da violência sexual e a legislação voltadas para a prevenção ou punição desse tipo de crime não têm sido discutidas na formação inicial do professor.

Os professores afirmam que, se não fosse a pesquisa que estava sendo desenvolvida, eles não teriam se aproximado da temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e nunca saberiam como agir para criar uma cultura de prevenção:

É difícil essa temática virar uma disciplina, a gente não tem como, é quase um sonho impossível, é muito difícil isso acontecer, e se você não tivesse aqui com a gente, nem isso tinha de formação aqui, nós nunca teríamos nos aproximado do tema (MARIELMA, s.e – sessão 6 – 18/10/2019)

Isso é uma temática que já vem se apresentando a muito tempo, mas a gente não tem discutido sobre isso, a gente não tem formação dentro da universidade, nem na graduação e nem em lugar nenhum (FLÂNIO, s.e – sessão 6 – 18/10/2019)

Sem formação que oriente é muito difícil nós desenvolvermos essas ações de enfrentamento (ANA LIDIA, s.e – sessão 6 – 18/10/2019).

Ibiapina (2013) afirma que os educadores têm necessidades de aprender como enfrentar o fenômeno da VSCCA, e, por isso, é indispensável que sejam promovidos

cursos de formação e capacitação continuada para estes professores, sendo de competência dos cursos de formação garantir aos professores uma fundamentação teórica e uma ampla reflexão filosófica. Além disso, a autora, entendendo a importância da escola no enfrentamento, diz que as secretarias de educação precisam lutar por recursos humanos e materiais que viabilizem essas formações na escola para orientar sobre o desenvolvimento dessas ações de prevenção.

Ao final desta sessão, os professores sugeriram fazer uma intervenção durante a Feira de Ciência da Escola que aconteceria no mês de novembro. Nesse momento, mais uma vez, eles atentaram para a importância dessa temática ser discutida por toda comunidade escolar. Esta seria uma oportunidade de apresentar a discussão sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como os resultados da formação que tiveram ao longo do ano para a comunidade da escola.

6.2 Os conhecimentos incorporados orientando as práticas docentes na E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição”

Segundo Abrapia (2002), a escola tem um papel importante na prevenção e no enfrentamento do fenômeno da violência sexual quando educa crianças e adolescentes sobre os seus direitos e quando assegura ações que possam prevenir contra essa problemática.

Diante da sugestão de desenvolver uma atividade de intervenção para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescente na escola, realizada pelo grupo de professores na última sessão de estudo do ciclo, no dia 01 de novembro de 2019, os professores apresentaram uma proposta de produzir uma cartilha informativa sobre enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes baseada nos estudos do Guia Escolar (2011).

Os professores justificaram a escolha da proposta de cartilha como uma forma de produzir algum material que explicitasse os resultados das sessões de estudos realizadas durante o ano de 2019, e possibilitasse um retorno para a comunidade escolar. Além disso, os professores, também, propuseram criar um espaço de sensibilização para a temática, como: palestras, exibição de vídeos informativos e

disponibilização de dados sobre o fenômeno que funcionasse durante a programação da feira de ciências, apesar da programação ter objetivado uma proposta de diferentes estudos voltados para temática da violência sexual.

Figura 10 - Reunião de organização da atividade de intervenção na II Feira de Ciências.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Quando as ações de prevenção são promovidas pela própria escola por meio de atividades voltadas para a realidade escolar com vistas na autodefesa, conscientização, e que envolve temas transversais, principalmente, os referentes à educação sexual, possibilita que crianças e adolescentes se sintam apoiados e alertados sobre o fenômeno (IBIAPINA, 2013).

E com o objetivo de estruturar e viabilizar todas as propostas de intervenção, no dia 08 de novembro, reunimo-nos para discussão sobre a construção da cartilha, bem como para a organização da programação do espaço. Nesse dia, os professores levantaram alguns aspectos que foram estudados com relação à identificação, notificação e ao encaminhamento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que eles acreditavam serem necessários para compor o material informativo, são eles:

- Os sinais de violência sexual;
- O papel da escola;
- O papel da família;
- O papel do professor;

- As formas de identificação;
- Os procedimentos de notificação.

Os professores sugeriram que o material fosse contextualizado para a realidade da comunidade e das crianças e adolescentes da Ilha de Cotijuba, pois, segundo eles, dessa forma, quem tivesse acesso ao material, durante a sua leitura, não perceberia o fenômeno como um acontecimento distante daquele ambiente.

Ainda nesse dia, os professores dividiram, entre si, as atividades que seriam realizadas para viabilizar tanto a construção da cartilha, quanto a construção do espaço durante a feira de ciências. Eles também criaram um grupo no whatsapp intitulado “Resistência Marta” com o objetivo de organizar estas duas atividades, e me incluíram, visto que eu só estava presente na escola durante às sextas-feiras, e este foi o meio de comunicação para que eles pudessem esclarecer dúvidas que surgissem durante o processo de produção do material e da atividade da feira de ciências.

No dia 18 de novembro, os professores me enviaram por e-mail o material que eles haviam construído como proposta de cartilha e o slide que seria exposto durante a feira. Ambos os materiais trouxeram muito bem delineados pontos relevantes no que tange a identificação, notificação, encaminhamento e acolhimento de vítimas de violência sexual.

Sobre a cartilha, o material foi intitulado como “João, Pepe e Tatá: enfrentando o perigo da violência sexual na Amazônia Paraense”, e conta história de três amigos (João, Pepe e Tata) que moram na Ilha de Urubuoca, uma das comunidades aos arredores da ilha de Cotijuba, que se deparam com o fenômeno da violência sexual em suas vivências. Na história, os personagens (Pepe e Tatá) que sofreram a violência sexual, veem suas vidas envolvidas na trama da relação de poder violenta entre abusador e vítima. E são os personagens de João e “Tia Marta” (professora) que descobrem e ajudam as crianças a lidarem com a situação de violência sexual. Este material tem oito páginas e apresenta formas de como identificar e notificar o abuso sexual em crianças.

O Segundo material enviado foi o slide de apresentação para a palestra que seria realizada na feira de ciências. Nesse material, eles trouxeram, em 16 slides, informações como: os conceitos e as definições de abuso e exploração sexual; os tipos e as formas de ocorrência da violência sexual; os mitos e realidades; dados sobre

violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil; os desafios para o enfrentamento; o papel do professor; e as formas de notificação.

No dia 20 de novembro, aconteceu a II Feira de Ciências da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição”, com o tema “As Dimensões da sustentabilidade”. Durante este dia, na sala 11 da escola, foram ministradas palestras e exibidos vídeos para crianças e adolescentes alunos da escola, e demais pessoas da comunidade com relação à temática do enfrentamento à violência sexual.

Figura 11 - Atividade de intervenção II Feira de Ciências.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Infelizmente, os professores não conseguiram finalizar esta cartilha em tempo hábil para ser lançada na Feira de Ciências da escola, que era o objetivo, pois ainda havia algumas atividades de desenvolvimento a serem feitas, tais como: ilustração, revisão, edição, impressão. Mas os professores não descartaram o projeto, e planejam, ainda em 2020, retomarem com a proposta de lançamento do material.

Figura 12 - Professores Colaboradores na Atividade de Intervenção II Feira de Ciências.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Após a realização da feira de ciências, reunimo-nos no dia 13 de dezembro para uma avaliação destas atividades e do ciclo de estudo e reflexão. Os professores teceram as suas considerações sobre as formações, e como elas foram importantes para a sua prática docente:

Antes da formação, eu não sabia de que forma lidar com o abuso sexual, como já disse, eu sei de alguns casos que eu não soube o que fazer, como agir, eu tinha algumas suspeitas e não sabia como proceder, as formações foram importantes para isso, hoje eu já consigo perceber algumas coisas que antes eu não me atentava. Eu já sei qual atitude tomar. Fora que é a primeira vez que a gente teve um espaço assim na escola, de formação mesmo, onde nós utilizamos a nossa HP (hora pedagógica). E esse tema é muito importante, nós professores precisamos de ajuda para discutir isso (ARACELI, avaliação – 13/12/2019).

Eu vejo que a gente vai sair bem diferente do que iniciou, eu por exemplo, não tinha noção das dimensões dessa violência, eu não conseguia percebê-la para além do senso comum, do que todo mundo sabe. Essas formações foram fundamentais para que eu me atentasse para algo que acontece, na maioria das vezes, debaixo do meu nariz. E como a Araceli bem falou, essa é a primeira vez que eu a gente está tendo uma formação específica para isso, é a primeira vez que a escola oferece isso para a gente, esse espaço, a gente até estava lamentando outro dia, dizendo que com o fim da tua pesquisa, está também finalizando o nosso horário pedagógico (FLÂNIO, avaliação – 13/12/2019).

A gente não sabe se tu estás disponível, se tu tens interesse em voltar, mas a gente até pensou em propor que essa formação acontecesse na semana pedagógica e que fosse para todos os professores, até mesmo para eles entenderem a importância da temática, e para eles perceberem que durante esse ano a gente estava produzindo algo para a escola, não era um dia de “folga” (EVANDRO, avaliação – 13/12/2019).

Ainda relataram que após o ciclo de estudo, eles começaram a buscar outros conhecimentos a respeito da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, e que eles se assustaram com os dados disponíveis sobre a temática, coisa que antes eles não se atentavam, como, por exemplo, a democratização do acesso à internet como facilitador da indústria de pornografia infantil:

Por exemplo, depois eu comecei a estudar eu comecei a perceber muitas coisas que antes eu não via, e a gente tem que ficar muito atento com essas situações, as vezes a gente recebe um vídeo no whatsapp e nem se atenta para mensagem daquele vídeo, aí a gente acaba compartilhando e sem querer a gente fortalece esse crime, então a gente tem que ter cuidado e analisar muito o que a gente compartilha na internet, as vezes a gente acha que é uma denúncia, mas é só a propagação desse mercado (ARACELI, avaliação – 13/12/2019).

Eu dei uma lida, e tem aqui outra coisa que eu queria destacar, a democratização do acesso à internet, aqui diz assim: que a internet tem o potencial de aumentar o público produtor e consumidor de pornografia infantil, ao mesmo tempo que cresce o acesso dessas crianças a esses espaços sem nenhuma orientação, ou seja, deixando-os mais propícios ao aliciamento. Então, a gente tem acesso a esse tipo de formação e fica pensando, que a gente nunca imagina que pode acontecer com nossos filhos, sobrinhos ou pessoas próximas, é sempre com o outro, com gente de fora. Mas a gente precisa ter esse cuidado, porque essas redes elas estão apostas, e não é que elas apreçam de repente, elas já estão lá, mas a gente percebe elas num descuido (FLÂNIO, avaliação – 13/12/2019).

Por fim, outro ponto destacado foi a forma de lidar e perceber o fenômeno no cotidiano escolar, os professores atribuem à formação que tiveram, a mudança de atitude e pensamento com relação a algumas situações que eles já haviam se deparado durante a sua trajetória profissional.

A escola, enquanto aparelho ideológico do Estado (GRAMSCI, 2000) , tem um papel privilegiado no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, ela pode ser transformadora e mais humanizada para estas questões quando seus atores sociais (professores, coordenadores, técnicos, comunidade) se colocam enquanto protagonistas deste enfrentamento, mas isso só é possível quando por meio de formações, orientações, capacitações são oferecidos subsídios, principalmente para o corpo docente, lidarem com a temática. Na próxima seção, explanarei minhas conclusões sobre o processo colaborativo de formação de professores desenvolvido na E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição”.

7 CONCLUSÃO

Não há dúvidas de que a temática do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes é emergencial e precisa ser demandada nos currículos de cursos de formação de professores e na agenda da escola básica. Como este e outros estudos apontam, a violência sexual contra crianças e adolescentes é um crime de violação aos direitos humanos, em específico, o direito de crianças e adolescentes se desenvolverem sexualmente saudáveis. Este tipo de violação acarreta várias consequências para as vítimas, que podem se manifestar através de marcas ou sinais físicos, comportamentais, emocionais e sociais.

A violência sexual contra crianças e adolescentes, em suas formas de ocorrência, é um tipo de crime difícil de ser denunciado, seja por motivos internos e particulares da vítima (medo, culpa, vergonha, necessidade de se manter) ou por motivos externos e sociais (a omissão da família, a falta de credibilidade e a culpabilização da vítima na hora da denúncia) que fortalecem o pacto de silêncio, no qual, esse tipo de violência vem se estruturando na sociedade.

Mas, ainda assim, as denúncias vêm se configurando na maior estratégia de enfrentamento desse tipo de violência. E, para fortalecer este tipo de atitude, é necessário que sejam realizadas ações educativas de prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes por diversos setores da sociedade: saúde, educação, jurídico e assistência social.

Nesse sentido, a escola básica possui papel fundamental no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, pois, seu espaço é um local privilegiado para que sejam desenvolvidas atividades relacionadas à educação sexual e à sexualidade que tenham como foco a prevenção deste tipo de violação, além da educação ser um instrumento importante para a sensibilização da comunidade escolar para a importância de se discutir e enfrentar a problemática em todos os âmbitos da sociedade.

Além disso, incluir a discussão da temática do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito da escola básica tem se tornado uma das tarefas primordiais para que a escola cumpra o seu papel de instituição que forma para o desenvolvimento pleno do educando e o exercício da cidadania como disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96).

No centro destas ações estão professores, trabalhadores da educação, que possuem um papel importante e significativo no enfrentamento a esse fenômeno. São esses sujeitos que passam a maior parte do tempo com crianças e adolescentes, e, por isso, é necessário e urgente que eles sejam qualificados para prevenir, identificar e notificar casos suspeitos e/ou confirmados de violência sexual.

Além disso, os docentes, também, podem contribuir para que sejam viabilizadas atividades de enfrentamento com maior frequência no ambiente escolar, criando assim, uma cultura de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes na escola em que atuam.

Realizar um estudo sobre o tema do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, através de uma pesquisa colaborativa (ciclo de estudo e reflexão) desenvolvida entre universidade e escola básica, não foi uma atividade fácil, visto que esse tipo de pesquisa rompe com a racionalidade técnica (apenas coletar e analisar) presente no tradicionalismo das pesquisas em educação, e que durante muito tempo concebeu a escola e seus sujeitos apenas como objetos a serem estudados.

Saviani (2013) diz que a escola possui uma situação privilegiada da qual pode se detectar a dimensão pedagógica que subsiste o interior da prática social. Então, desenvolver atividades de formação e capacitação com professores a partir de uma metodologia colaborativa, onde os professores sujeitos desta pesquisa participaram de todas as etapas de seu desenvolvimento (planejamento, negociação de espaço e tempo, diagnóstico, sessões de estudo e sessões de análise), ao meu ver, foi extremamente positivo e reafirmou o papel da escola básica enquanto instituição que é ponto de partida da rede de proteção social, e do professor enquanto agente fundamental do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Desde que iniciei o movimento colaborativo, busquei fornecer os subsídios teórico-metodológicos necessários para auxiliar os professores, sujeitos da minha pesquisa, a identificar, notificar e desenvolverem estratégias de prevenção no ambiente escolar, visto que, como discutido durante esse texto de dissertação, não adianta apenas culpabilizar a escola e/ou os docentes de não protagonizarem ou não estarem desenvolvendo ações de enfrentamento, é necessário fornecer-lhes condições para tal.

Entendo que os professores da educação básica não são apenas meros reprodutores de saberes práticos, mas, mostram-se capazes de refletirem sobre a própria prática cotidiana ao ponto de produzirem conhecimentos que os ajudem na transformação do contexto em que estão inseridos, rompendo assim, com a ideia presente na sociedade, na academia e no próprio ambiente escolar, de que no espaço da escola básica não se produz conhecimento científico com vistas na transformação social.

Sendo assim, esta pesquisa teve como problemática a ser investigada “Que conhecimentos acerca do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes podem ser produzidos por professores dos anos iniciais do ensino fundamental a partir do ciclo de estudo e reflexão?”. E, para desvelar esse problema, busquei responder a três questões de investigação.

A primeira questão foi “Qual a compreensão que os docentes da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” possuem acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes e as suas formas de enfrentamento a partir da escola antes do início do ciclo de estudo e reflexão?”.

O diagnóstico das necessidades formativas constatou que os professores não se sentiam seguros para desenvolver uma discussão sobre a temática, poucos foram os conhecimentos apresentados, foram relatadas impressões sobre diversos tipos de maus tratos, mas a violência sexual foi secundarizada. E em primeiro momento, eles também desconheciam o papel da escola no enfrentamento.

Além disso, ficou evidente que os professores tinham anseios por estudos que contribuíssem com as suas práticas cotidianas, pois, segundo os referidos docentes, as pesquisas que haviam participado até o momento não produziram nenhum tipo de mudança no contexto em que eles estão inseridos, já que muitos pesquisadores apenas coletavam os dados que precisavam e não retornavam à escola.

Lidar com um tema que envolve sexualidade causa desconforto. As lacunas existentes na formação inicial e continuada limitam professores a pensarem na violência sexual como sendo uma problemática presente no cotidiano da escola, visto que ainda existem muitos tabus a serem quebrados com relação à discussão da sexualidade humana, principalmente quando envolve crianças e adolescentes.

As formações foram pensadas e realizadas a partir das necessidades formativas apresentadas pelos docentes que surgiram ao longo da sua trajetória profissional. Por isso, defendo que o diagnóstico das necessidades formativas se constituiu em uma etapa e em um instrumento fundamental para que sejam pensadas e planejadas formações de professores e ações educativas com perspectivas de atender as necessidades polissêmicas e reais da prática docente.

A segunda questão a ser respondida foi “Que conhecimentos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes foram produzidos pelos docentes durante o ciclo de estudo e reflexão?”, e, antes de discorrer sobre essa questão, acredito que os conhecimentos produzidos incluem não só a conceituação das diversificadas manifestações da violência sexual contra crianças e adolescentes e formas de identificação e notificação desse fenômeno, como também assuntos que estão interconectados com o mencionado tema.

Portanto, durante esse processo de produção de conhecimento, identifiquei que os professores voltaram suas reflexões não só para o fenômeno sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, mas também para questões que também estruturam e perpassam esse fenômeno, quais sejam: a cultura do machismo, o sistema econômico que produz e fortalece a exploração sexual e os aspectos históricos, políticos e socioculturais que perpassam a lógica do abuso e da exploração sexual, entre outros.

Outrossim, o grupo conseguiu estabelecer links durante as sessões de estudos e sessões de análises reflexivas nas quais eles contextualizavam este fenômeno, tanto para a realidade da Ilha de Cotijuba, quanto para um parâmetro nacional.

As principais dificuldades evidenciadas pelos professores na identificação da violência sexual foram: a falta de formação (inicial e continuada) e informação sobre a temática; a dificuldade de perceber sinais de abuso sexual não aparentes; a superlotação das salas e a carga de trabalho excessiva que contribuem para que não haja uma percepção mais aprofundada e individualizadas sobre seus alunos.

Os professores refletiram sobre suas falhas, omissões e dificuldades com relação à temática da violência sexual no ambiente escolar durante toda a sua trajetória profissional, e, nesse sentido, essas análises (pessoais e coletivas) sobre as

próprias práticas docentes foram fundamentais para que a terceira questão de investigação fosse respondida.

A última questão de investigação perguntou: “Que práticas foram implementadas pelos docentes após o ciclo de estudo e reflexão para a promoção do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes? ”.

Esta pesquisa colaborativa possibilitou que os professores percebessem o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes como um projeto coletivo, que precisa da articulação e mobilização de todos os setores da sociedade (família, Estado, escola, comunidade...) para que esta prática se torne uma ação mais efetiva.

Os professores reconheceram a importância da atuação docente para o enfrentamento deste tipo de violência, reafirmando assim, que lutar em favor da garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes também precisa fazer parte das práticas cotidianas docentes e do papel da escola para que, de fato, seja oferecida uma educação baseada no exercício da cidadania e no desenvolvimento pleno dos educandos.

E como relatado na seção anterior, os docentes entenderam que os conhecimentos sobre violência sexual contra crianças e adolescentes não poderiam se restringir apenas a um pequeno grupo e que a escola deveria alcançar mais pessoas, pois, de acordo com os professores, foi a partir das formações que eles se sensibilizaram para a importância de se discutir e enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Apesar de considerar que o processo formativo foi satisfatório, existiram algumas fragilidades no decorrer da execução das atividades, as principais foram: o longo espaço de tempo entre as sessões de estudos e de reflexão que se deu por consequência de alguns contratemplos que ocorreram durante o desenvolvimento da pesquisa, e logo, levou-me a modificar o planejamento inicial que previa uma quantidade maior de encontros formativos com os professores; a extensa carga horária de trabalho e as demandas cotidianas que os professores possuem influenciaram na falta de uma leitura antecipada dos textos disponibilizados para as sessões de estudos, dificultando por vezes no aprofundamento das discussões teóricas.

Ainda que tenham apresentado dificuldades, as formações resultaram em duas ações/estratégias de enfrentamento a VSCCA: a organização de uma atividade de prevenção que foi desenvolvida pelos professores na Feira de Ciências da escola; e a produção de uma cartilha que aborda o tema do abuso sexual contra crianças e adolescentes no contexto da Ilha de Cotijuba, a qual, seria lançada também na Feira de Ciências, mas infelizmente não foi finalizada a tempo, porém, os professores prospectaram dar continuidade na produção e finalização deste material para lançar no ano de 2020.

É importante destacar que o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes não pode ser um evento pontual no calendário escolar, mas uma ação constante e integral que inclui não só a formação e capacitação dos professores para o tema, mas uma abordagem curricular que contribua para a disseminação de conhecimento sobre esta temática visando, principalmente, a preparação de crianças e adolescentes para prevenirem-se de forma ativa contra a violência sexual.

Posto isso, enquanto pesquisadora, considerei relevante esse período de colaboração com a escola e com os professores, pois ambos trocamos e produzimos conhecimentos conjuntamente durante as sessões de estudos e análises reflexivas. O que evidencia que formações baseadas na reflexividade são importantes para que os sujeitos possam confrontar o que está posto na teoria com o que vem sendo desenvolvido em suas próprias práticas, e assim, mobilizar conhecimentos que os ajudem a orientar futuras intervenções em suas realidades. Isso comprova que professores capacitados podem produzir novas práticas cotidianas frente aos fenômenos que se apresentam no ambiente escolar e fora dele.

A presente pesquisa colaborativa reafirmou o compromisso da universidade com a educação pública através do fazer ciência e da produção de conhecimento com o objetivo de torná-los mais democráticos. Um conhecimento socialmente referenciado que serve ao povo, que é do povo e para o povo. E desenvolver esse tipo de pesquisa, no atual contexto, é um ato de resistência frente aos ataques desse (des)governo neonazista, neofacista e neoconservador que instaurou um sistema de retrocessos, através da retirada de direitos humanos, direitos sociais e do processo de sucateamento, precarização e desmonte do projeto político de educação pública nacional por meio de cortes de verbas e reformas educacionais, principalmente na área da pesquisa.

Por fim, as atuais políticas educacionais não garantem formações específicas para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes e, por isso, essa atividade educativa ainda é bastante secundarizada no cotidiano da escola, daí a importância de serem desenvolvidas mais pesquisas de caráter colaborativo, que auxiliem professores através de momentos formativos e de compartilhamento entre pares a refletirem sobre este fenômeno e a importância do seu enfrentamento.

REFERÊNCIAS

ADED, Naura Liane de Oliveira *et al.* Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Archives Of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, [S.L.], v. 33, n. 4, p. 204-213, 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-60832006000400006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rpc/v33n4/a05v33n4.pdf> . Acesso em: 9 jan. 2019.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (Brasília). **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**: guia de referência jornalística. 2. ed. Brasília - DF: Veet Vivarta, 2013. 116 p. (Série Jornalística Amigo da Criança). Disponível em: [file:///C:/Users/Thais%20Merc%C3%AAs/Downloads/Guia-Viol%C3%Aancia-Sexual_WEB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Thais%20Merc%C3%AAs/Downloads/Guia-Viol%C3%Aancia-Sexual_WEB%20(1).pdf) . Acesso em: 25 maio. 2018.

AMORIM, Luciano Henrique da Silva. **Materna-idades**: trajetórias femininas e pedagogias de um currículo marginal na periferia de Maceió - AL. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/3420/1/Materna-idades%20trajet%c3%b3rias%20femininas%20e%20pedagogias%20de%20um%20currículo%20marginal%20na%20periferia%20de%20Maceió%c3%b3.pdf> . Acesso em: 28 dez. 2019.

Arendt, H. **A condição humana**. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2016. 474 p.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 196 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. 3.ed. Pétropolis: Autores & Agentes & Associados, 2002. 60 p. (Coleção Criança Carinho).

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Inquirição da criança vítima de violência sexual**: proteção ou violação de direitos?. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. 1. ed. 238 p.

AZAMBUJA, M. R. F. DE. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 1, p. 1-19, 23 nov. 2006. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/issue/view/90> . Acesso em: 7 jan. 2019.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Pele de asno não é só história...** um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Rocca, 1998. 151 p.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.

AZEVEDO, M.R.F de; FERREIRA, M. H. M. et al. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. 352 p.

BANDEIRA, H.M.M. **Necessidades formativas de professores iniciantes na produção da práxis [manuscrito]**: realidade e possibilidades. 2014. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

BARAZAL, Neusa Romero. Sobre Violência e Ser Humano. **Convenit Internacional (Porto)**, n.15, p. 77- 89, mai/ago. 2014. Disponível em: <http://hottopos.com/convenit15/77-86NeusaRB.pdf> . Acesso em: 17 nov. 2019

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: 70 LDA/Almedina Brasil editora, 2016. 280 p.

BARROS, M.M.A.C. DE. **Imagem de quadro Extraído da Tese de Doutorado intitulada “A Participação Da Escola No Enfrentamento Da Exploração Sexual Contra Crianças E Adolescentes Em Municípios Impactados Por Grandes Projetos Minero-Metalúrgicos: Um Estudo De Caso Em Juruti (Pa)**. 2015. Figura 1.

BARROS, M.M.A.C. DE. **A Participação Da Escola No Enfrentamento Da Exploração Sexual Contra Crianças E Adolescentes Em Municípios Impactados Por Grandes Projetos Minero-Metalúrgicos: Um Estudo De Caso Em Juruti(Pa)**. 2015. 251 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p. (Coleção Ciências da Educação).

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1988). Constituição nº 191, de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 25 maio 2018.

BRASIL. **Guia Escolar**: Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito. Seropédica/RJ: EDUR, 2011. 239 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Imagem de tabela extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (Características sócio-demográficas de crianças vítimas de violência sexual)**. 2018.Figura 3.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Imagem de tabela extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (Características da violência sexual contra crianças)**. 2018.Figura 4.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Imagem de tabela extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (características sociodemográficas de adolescentes vítimas de violência sexual)**. 2018. Figura 5.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Imagem de tabela extraída do Boletim Epidemiológico de Saúde (Características da violência sexual contra adolescentes)**. 2018. Figura 6.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Imagem extraída do Boletim Epidemiológico (Número de notificações)**. 2018. Figura 2.

BRASIL. Congresso. Senado. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n. 11/2010, de 7 de julho de 2010. Sobre as **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.126p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> . Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF, 2013. 49 p. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf . Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Balanco Geral 2011 a 1º quadrimestre de 2019 - Violência sexual contra Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100> Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. 377 p.

BRASIL. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> > Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria de vigilância e saúde. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Ministério da

Saúde, jun.2018 vol.49. Disponível em:
<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf> . Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência República. **Relatório Disque Direitos Humanos: Módulo Criança e Adolescente**. Brasília-DF, 2017.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], n. 119, p. 113-128, 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742003000200006> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a06.pdf> . Acesso em: 9 jan.2019.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N (org). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. 182 p.

CUNHA, Joana. Seminários Folha. Diagnóstico do fórum exploração sexual infantil. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 22 mai.2017. Disponível em:
<https://m.folha.uol.com.br/especial/2017/forum-exploracao-sexual-infantil/index.shtml>. Acesso em :12 jun. 2018.

DESGAGNÉ, S. O conceito de pesquisa colaborativa: a ideia de uma aproximação entre pesquisadores universitários e professores práticos. **Revista Educação em Questão**, v. 29, n. 15, 15 ago. 2007. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4443/3629>. Acesso em: 2 mai. 2018.

ESTEVES, M.; RODRIGUES, A. **Análise de necessidades na formação de professores**. Porto: Porto Editora, 1993.

FALEIROS, V.; FALEIROS, E. **Escola que protege: enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília: Unesco/MEC, 2007. 100 p.

FERRARI, Dalka C. A. **Definição de abuso na infância e na adolescência**. In: FERRARI, Dalka C. A.; VECINA, Tereza C. C. (Org.). O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Ágora, 2002a. 336 p.

FERREIRA, M. H M.; AZAMBUJA, M. R. F. (org). **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. 392 p.

FRANCISCHINI, Rosângela; SOUZA NETO, Manoel Onofre de. Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: projeto escola que protege. **Revista do Departamento de Psicologia. Uff**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 243-251, 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-80232007000100018> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v19n1/18.pdf> . Acesso em: 9 jan. 2019.

FRANCO, Maria Laura Puglisie. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. 79 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 26.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148p.

GALINDO, C. J. **Análise de necessidades de formação continuada de professores**: uma contribuição às propostas de formação. 2011. 384 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara.

GARCIA, Carlos Marcelo. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. *Sísífo*. **Revista de Ciências da Educação**, n. 8, p. 7-22, jan./abr. 2009. Disponível em:

http://www.unitau.br/files/arquivos/category_1/MARCELO_Desenvolvimento_Profissional_Docente_passado_e_futuro_1386180263.pdf . Acesso em: 07 mai. 2019.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores para uma mudança educativa**. 2. Ed. Porto: Porto Editora, 1999. 272 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 216 p.

GOMES, Sandra Regina. Grupo focal: uma alternativa em construção na pesquisa educacional. **Cadernos de Pós-Graduação**, [S.L.], v. 4, p. 39-46, 4 set. 2009.

University Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/cpg.v4n0.1793>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/1793/1398> . Acesso em 1 jan. 2019.

GONÇALVES, Hebe Signorini; FERREIRA, Ana Lúcia. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 315-319, fev. 2002. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2002000100032>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v18n1/8168.pdf> . Acesso em: 1 jan. 2019.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, [S.L.], v. 12, n. 24, p. 149-161, 2002. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x2002000300004> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n24/04.pdf> . Acesso em: 09 jan. 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000. 432 p.

GUEDES, Leonildo Nazareno do Amaral. **A Participação das Escolas de Ensino Fundamental de Breves-Pa no Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós - graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação Universidade Federal do Pará, Belém.

IBIAPINA, A.C. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de

enfrentamento. 2013. 316 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

IBIAPINA, I, M, L, M; BANDEIRA, H, M, M; ARAUJO, F,A,M. **Pesquisa Colaborativa: multirreferências e práticas convergentes**. 1. ed. Universidade Federal do Piauí: EDUFPI, 2016. 376 p.

IBIAPINA, I.M.L.M. **A pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. 136 p.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.127 p.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**. São Paulo: Cortez, 2009. 120p.

INOUE, Silvia Regina Viodres; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 11-21, mar. 2008. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0103-166x2008000100002> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n1/a02v25n1.pdf> . Acesso em: 3 jan. 2020.

KINALSKI, Daniela dal Forno *et al.* Focus group on qualitative research: experience report. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 70, n. 2, p. 424-429, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0091>. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v70n2/pt_0034-7167-reben-70-02-0424.pdf Acesso em: 09 jan. 2019.

LANDINI, Tatiane Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011. 112 p.

LEAL, C. P. **Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes Realizado Na Escola Dom Rino Carlesi No Município De São Raimundo Das Mangabeiras-Ma**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

Leal, M. L. P.; Leal, M. F. P. (2002). **Pesquisa sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual no Brasil**. PESTRAF: Relatório Nacional. Brasília/DF: CECRIA

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 20, n. 68, p. 239-277, dez. 1999. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73301999000300013> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2019.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. **Exploração sexual comercial infanto-juvenil: Categorias explicativas e políticas de enfrentamento.** In: LIBÓRIO, R.M.C; SOUSA, S.M.G (Orgs). A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 384 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=gye8NrnqwewC&pg=PA49&lpg=PA49&dq=Explora%C3%A7%C3%A3o+sexual+comercial+infanto-juvenil:+Categorias+explicativas+e+pol%C3%ADticas+de+enfrentamento&source=bl&ots=6nmDg2uMDb&sig=ACfU3U3Lj9153TqD3NfHZRKwk0vOtyB1DQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwidzf71jNXgAhV4F7kGHT0tCUYQ6AEwAnoECAYQAQ#v=onepage&q=Explora%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20comercial%20infanto-juvenil%3A%20Categorias%20explicativas%20e%20pol%C3%ADticas%20de%20enfrentamento&f=false> . Acesso em: 15 jan. 2019.

LIMA, Isana Cristina dos Santos; CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. Formação de Professores e Condições de Trabalho implicações na identidade docente: implicações na identidade docente. *In*: ENDIPE – ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 16., 2012, Campinas. **Anais [...]** . Campinas: FE/UNICAMP, 2012. p. 5437-5445. Disponível em: <http://endipe.pro.br/ebooks-2012/3289p.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2019.

LIRIO, Flávio Corsini. **Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá - Belém/PA.** 2013. 231 p. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MAGALHÃES, M. C. C. Sessões reflexivas como ferramenta aos professores para a compreensão crítica das ações da sala de aula. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL PARA A PESQUISA CULTURAL E TEORIA DA ATIVIDADE, 5., 2002, Amsterdam. **Anais [...]**. Amsterdam: VrijeUniversity. 2002.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 47, n. 165, p. 1044-1066, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053143988> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n165/1980-5314-cp-47-165-01044.pdf> . Acesso em: 25 maio 2019.

MERCÊS, T.S.T. DAS. **Atividade de intervenção II Feira de Ciências.** Figura 11.

MERCÊS, T.S.T. DAS. **Professores Colaboradores na Atividade de Intervenção II Feira de Ciências.** 2019. Figura 12.

MERCÊS, T.S.T. DAS. **Reunião de organização da atividade de intervenção na II Feira de Ciências.** Figura 10.

MERCÊS, T.S.T.DAS. **Sessão de Estudo no Anexo Urubuoca**. 2019. Figura 9.

MINAYO, M. C. S (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. 108 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [S.L.], v. 4, n. 3, p. 513-531, nov. 1997. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59701997000300006> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06.pdf> . Acesso em: 7 jan. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Técnicas de pesquisa**. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 416 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 91-102, ago. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-38292001000200002> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v1n2/v1n2a02.pdf> . Acesso em: 8 jan. 2019.

MIRANDA, Fernanda Pimentel Faria de. **O enfrentamento à violência sexual na escola: seus sentidos e significados para os educadores**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2016. 163 p.

NASCIMENTO, Alexandre Ferreira do; DESLANDES, Suely Ferreira. A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 1171-1191, out. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312016000400006> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v26n4/1809-4481-physis-26-04-01171.pdf> . Acesso em: 3 jan. 2020.

NOTÍCIAS R7. **Marajó - Meninas em Risco**. 2017. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/series/serie-jr-marajo-meninas-em-risco-29092018> . Acesso em: 9 out. 2019.

NÓVOA, Antônio. **Professores para 2050**. In: FARIAS, I. M. S.; JARDILINO, J. R. L.; SILVESTRE, M. S. (Org.). **Aprender a ser professor: aportes de pesquisa sobre o PIBID**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. 200p.

O SEGREDO: APRENDENDO A LIDAR COM O ABUSO. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UVINOVGMWa0&feature=youtu.be> Acesso em: 8 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração de Estocolmo**. Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Estocolmo, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/onu.php> Acesso em: 8 nov. 2019.

PAIXÃO, Ana Cristina Wanderley da; DESLANDES, Suely Ferreira. Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 114-126, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902010000100009> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/09.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em buenos aires e no rio de janeiro, fim do século xix. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 25, p. 25-54, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332005000200002> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26521.pdf> . Acesso em: 1 jan. 2020.

PORTAL AQUI NOTÍCIAS. **Abusada sexualmente, adolescente de 15 anos diz que se apaixonou por padrasto no Sul do ES**. 29.jul.2019. Disponível em: <https://www.aquinoicias.com/2019/07/abusada-sexualmente-adolescente-de-15-anos-diz-que-se-apaixonou-por-padaastro-no-sul-do-es/> . Acesso em: 20 ago. 2019.

PORTAL CORREIO BRASILIENSE. **Polícia investiga estupro coletivo de menino; vídeo foi publicado na web**. 10.out.2018. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/10/10/interna_cidade_sdf,712063/policia-investiga-estupro-coletivo-de-menino-crime-foi-filmado.shtml . Acesso em: 20 ago. 2019.

PORTAL CORREIO 24 HORAS. **Sofro abuso do meu pai, diz menina de 11 anos, em bilhete na escola**. 08.mai.2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sofro-abuso-do-meu-pai-diz-menina-de-11-anos-em-bilhete-na-escola/> . Acesso em: 20 ago. 2019.

PORTAL DE MATRICULAS DA SEDUC. **Número de matrículas de 2019 da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” – SEDE**. 2019. Figura 7. Disponível em: http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculas.php . Acesso em: 19 Jan. 2020.

PORTAL G1 BAHIA. **Professora descobre abuso sexual por desenho de aluna no sul da Bahia**. 21.mai.2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2013/05/professora-descobre-abuso-sexual-por-desenho-de-aluna-no-sul-da-bahia.html> . Acesso em: 20 ago. 2019.

PORTAL G1 PARÁ. **Pará é o 10º no ranking de denúncias de exploração sexual de crianças**. Belém, 6. nov. 2015. Disponível em : <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/11/para-e-o-10-no-ranking-de-denuncias-de-exploracao-sexual-de-criancas.html> . Acesso em: 07 jan. 2019.

PORTAL TRI. **Criança deixa bilhete para avó relatando sobre abuso sexual de padrasto: 'A mesma coisa que ele faz com a mãe, ele faz comigo'**.

05.out.2018. Disponível em:

<https://www.portaltri.com.br/1/noticias/2/policial/88876/crianca-deixa-bilhete-para-avo-relatando-abuso-de-padrasto--a-mesma-coisa-que-ele-faz-com-a-mamae--ele-faz-comigo> . Acesso em: 20 ago. 2019.

POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999. 190 p.

POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa** – enfoques epistemológicos e metodológicos. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 464 p.

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Ilha de Cotijuba, 2018.

RAMALHO, B. L.; NUNEZ, I. B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios**. Porto Alegre: Sulina, 2004. 208 p.

ROCHA, G. O. R; LEMOS, F. Cristina; LIRIO, F. C. Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola. **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel , Pelotas v.38, p. 259 - 287, janeiro/abril 2011.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932003000400010> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n4/v23n4a10.pdf> . Acesso em: 20 maio 2018.

SANTOS, B. R dos. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo : Childhood - Instituto WCF-Brasil : Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009. 148 p. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf Acesso em: 8 fev. 2019.

SANTOS, Rita de Cássia Ferreira dos. **Violência sexual e a formação de educadores: uma proposta de intervenção**, 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdades de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

SANTOS, V. A. DOS; COSTA, L. F.; GRANJEIRO, I. A. C. L. Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: ingerência invasiva ou proteção devida?. **Psico**, v. 40, n. 4, 7 jan. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4009/4939> . Acesso em: 20 maio. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. 233 p.

SCODELARIO, Arlete Salgueiro. A família abusiva. In: FERRARI, Dalka C. A.; VECINA, Tereza C. C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. 3ª.ed. São Paulo: Agora, 2002. 336 p.

SILVA, P. V. B; LOPES, J. E; CARVALHO, A. **Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de Cultura da Paz UFPR, 2008. 100 p.

STOLZ, Tania; WALGER, Américo Agostinho Rodrigues. **Violência contra crianças: exploração e abuso sexual**. In: SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; LOPES, Jandicleide Evangelista; CARVALHO, Ariane. **Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. (Orgs). Ponta Grossa, Editora UEPG; Curitiba, Cátedra UNESCO de Cultura da Paz UFPR, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. 328 p.

TOLEDO, Michele Abdo Merlone dos Santos. **Um estudo acerca de crianças vítimas de violência em uma instituição de atendimento em campo grande**. 2003. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7831-um-estudo-acerca-de-criancas-vitimas-de-violencia-em-uma-instituicao-de-atendimento-em-campo-grande-ms.pdf> . Acesso em: 7 jan. 2019.

TREVIZAN, Anaíde. **Um processo de Formação Continuada: das necessidades formativas às possibilidades de formação**. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

URZETTA, Fabiana Cardoso; CUNHA, Ana Maria de Oliveira. Análise de uma proposta colaborativa de formação continuada de professores de ciências na perspectiva do desenvolvimento profissional docente. **Ciência & Educação (Bauru)**, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 841-858, 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-73132013000400005> . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v19n4/v19n4a05.pdf> . Acesso em: 30 mar. 2019.

VAGLIATI, Ana Carla. **Gritos de Silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

VALE, J.R.B. **Mapa de localização da E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” na Ilha de Cotijuba**. Organizado por: MERCÊS, T.S.T.DAS. 2019. Figura 6.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 104 p.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sujeito pesquisado: Diretora da Escola

1. A E.E.E.F.M “Profª Marta da Conceição” teve conhecimento de algum caso ou suspeita de caso de violência sexual envolvendo criança ou adolescente do corpo discente da escola?
2. Esta instituição escolar desenvolve ou desenvolveu alguma atividade para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes?
3. Os professores que fazem parte desta escola participam ou participaram de alguma formação relacionada a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes?
4. A senhora possui algum conhecimento sobre as políticas públicas de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA COLETA DE DADOS NA INSTITUIÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Pesquisa: **A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DE CICLO DE ESTUDO E REFLEXÃO EM UMA ESCOLA DE BELÉM -PA.**

Pesquisador Responsável: **THAIS SILVA TRINDADE DAS MERCÊS**

Orientador: **Prof. Dr. GENYLTON ODILON RÊGO DA ROCHA**

Declaro que recebi cópia do projeto referente a intenção de pesquisa aqui tratada, que a li e que me sinto perfeitamente esclarecida (o) sobre o seu conteúdo, objetivos e procedimentos metodológicos, assim como seus riscos e benefícios.

Declaro ainda que AUTORIZO a realização da pesquisa na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição pela qual sou responsável, cooperando com a coleta de dados para posteriores análises.

Belém, 14 de setembro de 2018.

Assinatura da (o) responsável pela instituição

APÊNDICE C – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROFESSORES

NOME: _____

IDADE: _____

GÊNERO: () HOMEM () MULHER () OUTRO, QUAL? _____

VOCÊ RESIDE NA ILHA DE COTIJUBA?

() SIM () NÃO

CASO A RESPOSTA SEJA NEGATIVA, ONDE VOCÊ RESIDE?

QUAL A SUA FORMAÇÃO?

() MAGISTÉRIO

CURSO: _____

() GRADUAÇÃO

CURSO: _____

() ESPECIALIZAÇÃO

CURSO: _____

() MESTRADO

CURSO: _____

() DOUTORADO

CURSO: _____

QUANTO TEMPO ATUA COMO PROFESSOR (A)?

QUANTO TEMPO ATUA NA REDE ESTADUAL?

QUANTO TEMPO ATUA NA REDE ESTADUAL COMO PROFESSOR (A)?

QUANTO TEMPO TRABALHA NA ESCOLA MARTA DA CONCEIÇÃO?

ATUA EM QUAL/ QUAIS ANO (S) DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA?

ATUA EM QUAL/ QUAIS TURNO (S)?

() MANHÃ () TARDE () NOITE

ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO NO CICLO DE ESTUDO E REFLEXÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO ESTUDOS TRANSDICIPLINARES EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____
portador do RG. Nº _____, CPF: _____ aceito participar da pesquisa intitulada “ **A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MEIO DE CICLO DE ESTUDO E REFLEXÃO EM UMA ESCOLA DE BELÉM -PA.**” desenvolvida pela Acadêmica Pesquisadora **Thais Silva Trindade das Mercês** e permito que obtenha fotografia / filmagem / gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, filmagens e/ou gravações de voz ficarão sob a propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Ilha de Cotijuba,de de 2019

Nome completo do pesquisado

Acadêmico/Pesquisador: _____

Professor Orientador: _____